

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

ITABIRA E A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE:
interações e identidade no tempo da modernidade

Elaine Viza Bastos

Belo Horizonte
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Elaine Viza Bastos

**ITABIRA E A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE:
interações e identidade no tempo da modernidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lucília de Almeida Neves Delgado

Belo Horizonte

2008

Elaine Viza Bastos

Itabira e Companhia Vale do Rio Doce: interações e identidade no tempo da modernidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 2008.

Prof^a Dr^a Lucilia de Almeida Neves Delgado

Lucilia de Almeida Neves Delgado (Orientadora) – PUC Minas

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Tarcísio Rodrigues Botelho – PUC Minas

Prof^a Dr^a Tania Maria Ferreira de Souza

Tania Maria Ferreira de Souza – PUC Minas

Prof^a Dr^a Maria Eliza Linhares Borges

Maria Eliza Linhares Borges – UFMG

Dedico esta dissertação à cidade de Itabira, que inspirou esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Algumas instituições e várias pessoas cooperaram para que esta pesquisa fosse desenvolvida. A todos, registro aqui, minha gratidão.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ – pela concessão da bolsa de pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pela oportunidade de aprimorar meu conhecimento científico.

À Prof^a Dr^a Lucília de Almeida Neves Delgado, a quem tenho eterna gratidão pela confiança em mim depositada, pelos conselhos e ensinamentos transmitidos, pela amizade e orientação com que fui presenteada desde minha graduação.

Em Itabira, agradeço ao Sr. José Pena, pela disponibilidade irrestrita em conduzir-me pela cidade; e à sua esposa, D. Ana, pelo carinho com que fui recebida em sua residência durante estes quase cinco anos de pesquisa, entre a graduação e a Pós-Graduação. Agradeço, também, à D. Rosário Rosa, sempre prestativa no apoio dispensado ao meu trabalho de campo.

Agradeço aos moradores de Itabira, meus queridos depoentes que se dispuseram a relatar suas histórias de vida e a revelar os segredos da antiga Itabira. A estes, que de modo tão amável me receberam em suas residências, concedendo-me entrevistas regadas a muitos sucos, cafés e bolos, meu sincero agradecimento!

À D. Celina Figueiredo, pela disponibilidade em responder-me todas as questões relativas à Itabira quando as dúvidas me sobrevinham.

Ao Pr. Renato Romero, pela gentileza em disponibilizar a fotografia do antigo templo da Igreja Metodista de Itabira.

Ao Leandro P. Abreu, funcionário do Centro de Memória da PUC-Minas, pela digitalização de algumas fotografias; e à Rosalice Sampaio, pelas dicas relativas às normas da ABNT.

Ao amigo Gerson Freire e Edielce Cristina Caixeta, por revisarem meu texto em inglês.

À minha querida colega Sheila Venâncio, companheira de turma, de desabafos e confidências, agradeço pela generosidade das caronas e o companheirismo que se fez presente ao longo desses dois anos.

À Janine e Wilson agradeço de coração pelo empréstimo de materiais tão necessários ao trabalho de entrevista bem como a paciência e orientação quanto à utilização dos recursos do computador.

Agradeço à amiga Mayara pelo carinho e dedicação na leitura atenta e apreciações críticas às redações que prepararam a versão final desta dissertação; agradeço suas orações e incansável apoio nos momentos de desafios com que me deparei durante este trabalho.

À pastora Silva, pelas orações, sábios conselhos, por colocar-se como instrumento nas mãos de Deus para abençoar minha vida.

Aos amigos e irmãos, Isabel Fragiacomio, Rúbia Carla, Carolina Rocha, Emerson (Climber), Gerson Freire, Daniel Gehri e Maria Anália, pelas orações que ajudaram a me sustentar durante o curso.

À Leila Gomes de Moraes Affini, pela carinhosa e paciente instrução às minhas pesquisas na FFLECH (USP).

À Pra. Terezinha de Lisieux, pela revisão gramatical desta pesquisa.

Às tias Divanir e Lily, pelo *scanner* e por me fazerem sorrir nos momentos mais tristes.

E em especial...

Agradeço a meus pais, Izaltina e Francisco, pelas orações, pelo amor, compreensão e paciência em todos esses anos de estudos. Amo vocês!

À minha amada amiga e superirmã Eliane, pela leitura e revisão, pelos conselhos, e por ouvir meus desabafos; a você, e a meu cunhado Jonas, sou grata pelas orações e pelo incentivo para que eu prosseguisse firme até o fim. Muito obrigada!

Ao meu maior amor, Jesus Cristo, razão da minha vida, motivo da minha alegria. Tu sonhaste este sonho muito antes de mim e, de forma maravilhosa, sustentaste-me e fizeste-me crescer nesta caminhada. Nada teria sido feito se não fosse a Tua intervenção a meu favor. Tu és Deus e por isso O louvo!

A cidade que hoje conhecemos em seu tipo sugestivo será irreconhecível daqui a alguns anos, tal a transformação a operar-se em todos os seus aspectos. Assinalará um ponto de partida numa fase nova da vida brasileira.

[...]

A exploração das minas de Itabira será feita pelo Brasil e para o Brasil. Tornamos efetivo o aproveitamento de uma grande riqueza natural que intimamente se relaciona com a vida da nacionalidade.

RESUMO

O objetivo central desta dissertação é a análise do processo de incorporação da “identidade nacional moderna” em Itabira na conjuntura da implantação da Companhia Vale do Rio Doce na cidade, abrangendo, para tanto, as fases de instalação e consolidação da empresa entre os anos de 1942 e 1961. Trata-se, pois, da reflexão acerca das circunstâncias históricas que possibilitaram essas transformações identitárias. Dentro deste enfoque, propõe-se uma discussão mais elaborada acerca do papel do Estado – no período do Estado Novo e do governo de Juscelino Kubitscheck – como elemento formador de uma “identidade nacional moderna” que enfatiza os ideais de crescimento, progresso e desenvolvimento da nação. Considera-se que esses ideais foram introduzidos no município de Itabira não apenas por intermédio da propaganda política, mas através da Companhia Vale do Rio Doce; o que alterou profundamente a identidade local que passou a absorver cada vez mais uma identidade moderna em detrimento de uma identidade mais tradicional.

Palavras-chave: identidade nacional, modernidade, desenvolvimentismo, cidade, empresa.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is the incorporation process analysis of the "modern national identity" in the juncture of the Vale do Rio Doce Company deployment in Itabira, which covers, so far, the stages of the company's installation and consolidation between 1942 and 1961. It is, therefore, an approach to analyze the historical circumstances that allowed these identity changes. As a result of such approach, a more elaborated discussion about the role of the state – in the *Estado Novo period* and the government of Juscelino Kubitscheck – is proposed as part of a "modern national identity", which emphasizes the ideals of growth, progress and development of the nation. It is considered that these ideals were introduced in the county of Itabira not only through the political propaganda, but also by Vale do Rio Doce Company, which profoundly changed the local identity, from a more traditional identity to an even more modern identity.

Key-words: national identity, modernity, development, city, company

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Teto da Igreja do Rosário	49
FIGURA 2: Sobrado pertencente ao Coronel José Batista	51
FIGURA 3: Vista panorâmica de Itabira no início do século XX	52
FIGURA 4: Grupo de operárias e meninas do núcleo fabril da Cia. União Itabirana	55
FIGURA 5: Banda Euterpe Itabirana, fins do século XIX	58
FIGURA 6: Alfredo Duval	59
FIGURA 7: Pico do Cauê	61
FIGURA 8: Bandeira de Itabira	61
FIGURA 9: Procissão em Itabira, início do século XX	62
FIGURA 10: Estação de trem em Itabira, década de 1940	67
FIGURA 11: Bairro Campestre, década de 1940	85
FIGURA 12: Bairro Campestre, década de 1950	86
FIGURA 13: Hotel Itabira ao lado da sede do Clube Atlético Itabirano	87
FIGURA 14: Edifício dos Correios, 1959.	87
FIGURA 15: Antigo edifício do teatro, início do século XX	88
FIGURA 16: Desenho de Gentil Assis Ferreira, década de 1940	94
FIGURA 17: Primeiro templo protestante em Itabira	100

LISTA DE TABELA

TABELA 1 População da cidade de Itabira, 1940-1960	79
TABELA 2 Crescimento populacional, 1940 a 1960	80

LISTA DE SIGLAS

ACESITA – Aços Especiais Itabira S.A.

AÇOMINAS – Aço Minas Gerais S.A.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL MODERNA	18
2.1 Considerações teóricas	18
2.2 O Estado Novo e a identidade nacional moderna	22
2.3 O governo Kubitschek e a identidade nacional moderna	31
2.4 Breve trajetória da Companhia Vale do Rio Doce como um dos símbolos do Brasil moderno	36
3 CAPÍTULO II – ITABIRA: UMA BREVE HISTÓRIA	40
3.1 Do ouro ao ferro, de povoado à cidade	40
3.2 Itabira: a perpetuação das tradições	47
4 CAPÍTULO III – A INCORPORAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL MODERNA EM ITABIRA	66
4.1 Uma nova política: a cidade, o minério e seus senhores	66
4.2 Uma nova economia: minério de ferro, sinônimo de modernidade	72
4.3 Um novo espaço: tradição e modernidade encontram-se na paisagem itabirana	79
4.4 Uma nova sociabilidade e uma nova cultura: transformam-se as identidades	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6 PESQUISA ORAL E DOCUMENTAL	107
6.1 Pesquisa oral: entrevistas realizadas	107
6.2 Pesquisa documental	108
6.2.1 <i>Documentos</i>	108
6.2.2 <i>Jornais</i>	109
6.2.3 <i>Revistas</i>	110
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

1 INTRODUÇÃO

A dissertação “Itabira e a Companhia Vale do Rio Doce: interações e identidade no tempo da modernidade” é um estudo cujo objetivo central volta-se para a análise acerca do processo de incorporação da “identidade nacional moderna” em Itabira na conjuntura da implantação da Companhia Vale do Rio Doce na cidade, abrangendo, para tanto, as fases de instalação e consolidação da empresa entre os anos de 1942 e 1961.

A preocupação motivacional da pesquisa busca verificar a hipótese segundo a qual a cidade de Itabira, a partir da instalação da Companhia Vale do Rio Doce, na conjuntura do Estado Novo (1937-1945) e do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi influenciada pelo ideal de progresso da época, por meio da incorporação de uma “identidade nacional moderna”.

Entre o período que compreende os governos desenvolvimentistas supracitados, a identidade nacional brasileira sofreu forte influência de um ideário de “modernidade” através de discursos que recorreram à idéia de progresso e desenvolvimento da nação por meio da industrialização. O País queria romper com as tradições que impediam o progresso e caminhar em direção à modernidade. Intelectuais investigavam os obstáculos que se interpunham à formação de uma esfera pública moderna no País e, conseqüentemente, de uma identidade nacional que se fizesse moderna. Buscavam, assim, conhecer os caminhos que conduziriam o Brasil a um crescimento que, de alguma forma, o aproximasse da etapa de desenvolvimento vigente em países de economia desenvolvida e estável.

A estatal “Companhia Vale do Rio Doce” – hoje empresa privada denominada “Vale” – nasceu no contexto mencionado da política econômica de fomento à industrialização do governo Vargas na década de 1940, alcançando importante crescimento no período do desenvolvimentismo no governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950.

A, até então, pequena cidade mineira de Itabira, detentora da maior reserva mundial de minério de ferro, foi o berço dessa nascente indústria. Quando da instalação da mineradora na cidade, havia ali um espaço habitado, há pouco mais de duzentos anos, por uma sociedade que desenvolvia atividades econômicas, tais como: agricultura, pecuária extensiva, exploração do ouro e do minério de ferro, indústrias têxteis e de alimentos e fabricação de pequenos instrumentos para a lavoura e mineração realizada em pequenas forjas. Tais atividades, porém, eram economicamente modestas. Significativa parcela da população – principalmente os trabalhadores – almejava transformar a história da cidade e colocá-la na direção do

progresso. A instalação da Companhia Vale do Rio Doce possibilitou tais mudanças que impactaram tanto a vida econômica quanto a infra-estrutura urbana e o modo de vida do município. Consequentemente, segmentos significativos da população passaram a aspirar cada vez mais uma “identidade nacional moderna” em detrimento de uma identidade mais tradicional.

É precisamente sobre a formação de uma “identidade nacional moderna” no Brasil que versa o primeiro capítulo da dissertação. Nesse capítulo, são apresentados os principais referenciais teóricos acerca da “identidade coletiva”, da “nação” e de “modernidade” que possam dar suporte à definição de uma “identidade nacional moderna”. O capítulo trabalha a hipótese segundo a qual tal identidade foi sendo incorporada ao imaginário social brasileiro à medida que se intensificava o processo de modernização do País nos períodos do Estado Novo (1937-1945) e do governo Kubitscheck (1956-1961).

O segundo capítulo busca resgatar um pouco da história e da cultura itabirana, traçando-lhe o perfil identitário vigente até a implantação da Companhia Vale do Rio Doce na cidade. Em um primeiro momento, resgatam-se os aspectos políticos e econômicos salientando o engajamento na luta política pela exploração do minério de ferro no início do século XX. Em um segundo momento, a ênfase recai sobre os aspectos considerados mais expressivos da cultura itabirana. Tal abordagem permite uma visão mais ampla acerca da identidade de Itabira, que experimentou profundas mudanças a partir da década de 1940.

O terceiro capítulo recupera as considerações acerca da “identidade nacional moderna” e tenta inseri-la no contexto de Itabira, pós-CVRD. Desta forma, analisa-se a hipótese segundo a qual a “identidade nacional moderna” é incorporada ao imaginário social itabirano à medida que se intensifica o processo de modernização da cidade, levado a cabo pelas atividades da Companhia Vale do Rio Doce.

De forma particular, foram analisadas as principais conseqüências da presença acentuada do Estado empresário, de forma direta ou por intermédio da CVRD, nas mudanças ocorridas no município nos campos político e econômico. Buscamos, ainda, demonstrar como o campo sociocultural foi afetado a partir da chegada da mineradora.

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi organizada em conformidade com as seguintes orientações:

Primeiramente, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica que pudesse dar suporte à definição do conceito de “identidade nacional moderna”. A partir das considerações de sociólogos, como Domingues (2001), Anderson (1989) e Giddens (2001) acerca da identidade coletiva, da nação e da modernidade, respectivamente, elaboramos uma definição de

“identidade nacional moderna”, qual seja: “[...] a percepção dos próprios cidadãos, de diferentes regiões ou cidades de um país, de integração à coletividade inserida em um contexto nacional dinâmico, caracterizado pela busca do “novo” e direcionado para um processo de formação, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista-industrial, orientando transformações sociais, políticas e culturais”¹.

Em um segundo momento, foi organizada uma pesquisa bibliográfica buscando articular a experiência nacional do período estudado – 1942 a 1961 – na conjuntura de criação da Companhia Vale do Rio Doce e sua relação com o projeto desenvolvimentista brasileiro. Silva (2001), Ianni (1996), Oliveira (1982; 2002; 2003), Lenharo (1986) e Cardoso (1977) foram alguns dos nomes selecionados para esta empreitada.

Procedemos, ainda, a uma seleção de trabalhos acerca da história de Itabira e outras publicações acerca da relação entre a cidade e a empresa. Entre os trabalhos selecionados, destacam-se os seguintes: “Os homens de Ferro” de Maria Cecília Souza Mynaio; “Itabira, a cidade e o minério” de Alisson Guimarães; “Vila da Utopia” In: “Escritos Bissextos”, de Clóvis Alvim; “Itabira: um perfil de sua história” In: “No tempo do Mato Dentro”, de Jussara França; “A terceira Itabira”, de Maria das Graças Souza e Silva.

Outra fonte privilegiada nesta pesquisa foi a leitura de obras de escritores memorialistas como Carlos Drummond de Andrade, Antônio Alvim e Clóvis Alvim. Para Lucilia Delgado:

[...] o memorialista, para se identificar com o leitor, trabalha com duas categorias inerentes ao ato de recordar: espaço e tempo. A busca incessante do tempo passado relaciona-se à dos espaços das vivências coletivas e individuais. Reencontrar temporalidades é reencontrar lugares e identidades. (DELGADO, 2006a, p.120).

É nesse sentido que a memória desses itabiranos, em forma de crônica, traduz fatos e acontecimentos importantes que ajudam a compreender a identidade itabirana no período anterior à CVRD. Esses trabalhos foram incorporados em diversos momentos dessa dissertação, em especial, no Capítulo II.

Estabelecidos os limites da pesquisa bibliográfica, o passo seguinte foi a pesquisa documental. Grande parte dos discursos e panfletos políticos, bem como relatórios de governo, foram encontrados no arquivo do museu de Itabira. O arquivo da Imprensa Oficial de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro e a Hemeroteca da cidade de Belo Horizonte contribuíram com jornais e documentos contendo relatos da história e da cultura itabirana, discursos oficiais, decretos-lei e estatutos da Companhia Vale do Rio Doce, entre outros

¹ Conceito elaborado pela autora.

documentos. Em acervos particulares, tivemos acesso a jornais e revistas referentes à história e à cultura da cidade e sua relação com a mineradora.

O trabalho com esses documentos compreendeu principalmente a análise dos discursos intelectuais e políticos, buscando interpretar o significado das falas, transpondo a mensagem e conhecendo significados latentes.

Outra fonte consultada e utilizada nessa dissertação foi a iconográfica. Nessa perspectiva, a imagem proporciona a observação de uma determinada realidade, ilustra o texto e o texto interpreta a imagem, contribuindo para proporcionar uma reflexão sobre o tema em questão. No decorrer da pesquisa, foram encontradas – em fontes diversas – várias imagens atribuídas ao fotógrafo itabirano Brás Martins da Costa e datadas de fins do século XIX e início do século XX. A pesquisa desse acervo possibilitou uma ampla gama de opções para se retratar a cidade de Itabira, sua história e cultura, no período anterior à instalação da Companhia Vale do Rio Doce. Além do material de Brás Martins da Costa, selecionamos imagens posteriores à implantação da CVRD na cidade, como fotografias publicadas nas obras de Mayrink (2002) e Guimarães (1961) bem como pinturas, imagens da cidade e um desenho, provenientes, respectivamente, do Atlas de Itabira e jornais locais.

Utilizamos, ainda, o recurso das entrevistas. A seleção dos depoentes não se fundamentou em um critério numérico para garantir a sua representatividade, mas, sim, na seleção de sujeitos que sustentassem um vínculo significativo com o problema a ser investigado.

Por meio dessas entrevistas, buscou-se traçar a relação entre suas memórias e a identidade coletiva. Segundo Lucilia Delgado, a memória é “base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas.” (DELGADO, 2006a, p.38). Identidade e memória, portanto, reforçam-se mutuamente. Nesse sentido, a memória dos atores sociais que compõem a história de Itabira é importante princípio esclarecedor de sua identidade cidadina, à medida que as características locais – no período anterior à CVRD e nos vinte primeiros anos de sua presença na cidade – foram registradas por diferentes testemunhas.

Esse procedimento compreendeu a seleção de depoentes que habitavam Itabira no período anterior e posterior à instalação da CVRD como antigos moradores em geral – incluindo ex-políticos, ex-professores, comerciantes, entre outros. Objetivando mapear os elementos emblemáticos que poderiam expressar a identidade coletiva itabirana, em um primeiro momento, solicitamos aos nossos entrevistados que falassem acerca de fatos ou lugares carregados de significado para eles e, em segundo momento, como esses lugares foram impactados com a presença da CVRD.

Selecionamos, ainda, sujeitos nascidos nessa cidade na primeira década após a instalação da CVRD e outros que para ela se dirigiram em função das oportunidades de trabalho na mineradora. De modo semelhante ao grupo anterior, solicitamos a estes que falassem acerca de fatos ou lugares plenos de significados para eles, objetivando perceber como a presença da mineradora poderia influenciar convicções, valores e escolhas desses depoentes.

A importância de tais depoimentos concentra-se em diferentes fatores. Além de se referir a acontecimentos específicos, paisagens naturais ou traçados urbanos, estão carregados de sentido simbólico. A partir daí, esses fatos e lugares funcionaram como impulso para uma sequência de sensações, idéias e vivências individuais que se ligam às experiências coletivas, proporcionando um sentimento de “identidade” e consciência de si mesmo e dos outros que as compartilham.

Com relação à temática identitária – e suas múltiplas expressões –, esta vem ocupando cada vez mais posição de destaque nas análises desenvolvidas pelas Ciências Humanas e Sociais. Consideramos, portanto, que a presente pesquisa encontra seu núcleo na identidade. Por decorrência, este estudo dialoga com conceitos como “identidade” “nação” e “modernidade”, conceitos estes que, além de caros às Ciências Sociais – nos campos político e sociocultural –, estabelecem, ainda, diálogo com a história das cidades.

De modo particular, a dissertação procura apresentar um panorama de dados e informações relativos à sua própria história e cultura da cidade, trazendo à tona acontecimentos, atores e lugares significativos para a população. Tais análises e informações podem também servir à cidade como uma ferramenta que ajude a fortalecer os processos de reflexão em torno de suas potencialidades e diversidade sociocultural.

2 CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL MODERNA

O presente capítulo apresenta considerações teóricas acerca do conceito de “identidade nacional moderna”, enfatizando o processo de construção e o papel privilegiado do Estado nesse complexo processo. A escolha da abordagem decorre não somente da importância intrínseca dessas questões para o entendimento das transformações na identidade itabirana pós-CVRD, mas também do fato de que são aspectos que se apresentam de forma particularmente adequada a um estudo acerca da conjuntura política de criação da mineradora.

2.1 Considerações teóricas

Pensar o Brasil como uma nação moderna tornou-se imperativo entre a intelectualidade brasileira desde o século XIX quando a noção de "modernidade" incorporou-se ao imaginário coletivo e ao discurso intelectual no Ocidente².

O termo é rico e complexo, o que tem motivado e sustentado um número considerável de discussões e publicações que procuram melhor apreender seu significado. No conjunto dessas análises destacam-se os trabalhos de Antony Giddens, por apresentarem observações cuidadosas acerca das características da modernidade. Ele a define como um estilo, um costume ou organização social que irrompeu na Europa logo após o período feudal e que, em razão de sua influência, estendeu-se, posteriormente, aos demais continentes. A “modernidade” pode ser entendida, ainda, como “[...] aproximadamente equivalente ao ‘mundo industrializado’, desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional.” (GIDDENS, 2001, p.21).

Resultado de um longo processo histórico que apresentou tanto elementos de continuidade quanto de ruptura, a modernidade formou-se e consolidou-se por meio de um complexo processo que durou séculos. Tal processo envolveu um acúmulo de conhecimentos e técnicas, bem como contribuiu para o surgimento de novas variáveis sociais, tais como classes, ideologias e instituições que se formaram, desenvolveram-se e vigoraram em meio a conflitos no “coração” da sociedade feudal e na seqüência da própria sociedade moderna.

² Para uma leitura mais aprofundada sobre o pensamento moderno dos séculos XIX e XX, ver Berman (1986). Em sua obra "Tudo que é sólido desmancha no ar", o autor examina clássicos da modernidade, como Goethe, Marx, Baudelaire e Dostoiévski, investigando, a partir de seus principais trabalhos, o espírito da sociedade e da cultura dos séculos XIX e XX.

Como projeto que se autodenomina civilizatório, a modernidade define sua inserção no mundo estabelecendo-se através de valores tidos como universais. Dentre eles se destacam a racionalidade, o individualismo e a crença no progresso. Dessa forma, está associada a um complexo de instituições econômicas – em especial às dedicadas à produção industrial, à economia de mercado e a toda uma gama de instituições políticas como a democracia de massa e o Estado-Nação (GIDDENS, 2000), este último personificando princípios de direito e de unificação cultural e identitária de coletividades diversificadas por etnias, culturas ou geografias que conformam a imensurável diversidade do mundo.

Sob a égide da modernidade, os ambientes, o tempo e as culturas são transformados e o conhecimento científico se converte em tecnologia. Acelera-se o crescimento urbano a partir da transferência de um número considerável de pessoas do campo para as cidades e para as fábricas. Edificam-se, ainda, novos espaços e desfazem-se outros, reunindo sociedades, uniformizando hábitos e valores, alterando a vida de populações inteiras em nome do progresso.

O termo sugere, ainda, um “estado de espírito” vivenciado pelo homem moderno que produz uma idéia do tempo descontínuo (GIDDENS, 2001), do rompimento com a tradição, a sensação de novidade e afetividade para com a essência incerta e transitória do presente (FRISBY, 1986). Sugere uma vida dinâmica, sempre impulsionada em direção ao futuro e em constante renovação, sendo possível dizer que a modernidade “[...] inventou a tradição do novo.” (KUMAR, 1996, p.473). Assim, a natureza transitória e dinâmica da modernidade influencia tanto o ritmo da mudança social – mais rápida que em períodos anteriores – quanto a extensão e a profundidade com que esse dinamismo afeta práticas sociais e o modo de vida das populações (GIDDENS, 2001).

As rápidas transformações da sociedade moderna provocaram no indivíduo uma crescente perda de referenciais que caracterizavam sua condição de sujeito social, gerando, conseqüentemente, uma posterior busca de nova identidade coletiva. Assim, foi no período moderno, e na seqüência no pós-moderno, que a análise do termo “identidade” ganhou crescente notoriedade. Na modernidade os escritos de John Locke e David Hume são apontados como pioneiros na abordagem do termo. Durante o século XX, a palavra foi amplamente utilizada em interpretações sobre a questão identitária, ou seja, sobre a busca de “quem a pessoa realmente é.” (PLUMMER, 1996).

A identidade é uma construção simbólica, e também concreta, que se dá através das relações de indivíduos e coletividades com outros indivíduos e coletividades. Assim, ela se refere à maneira com que indivíduos e grupos definem a si mesmos ao buscar relacionar-se –

“identificar-se” – com signos e realidades por eles considerados essenciais. No caso da identidade coletiva, desenvolve-se um compartilhar de variáveis entre os indivíduos. Tais interpretações são suportes dos sentimentos de pertencimento. Pode-se, inclusive, concluir que é constituído um modelo ideal, que conecta esses indivíduos entre si, inclusive por meio de laços e sentimentos comuns (DOMINGUES, 2001; DELGADO, 2006a).

Dessa forma, considerando a identidade como “um conceito que permite entender como os indivíduos e as coletividades se percebem e definem sua inserção no mundo” (DOMINGUES, 2001, p.151), a nação representa, sob essa perspectiva, uma referência identitária marcante. Isso porque a idéia de nação traz em seu cerne, como analisa o cientista social Benedict Anderson, uma imagem de comunhão. Segundo o autor, uma nação é uma “comunidade política imaginada”, limitada e soberana:

Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão [...] é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se as outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. [...] É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente instituído. [...] é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. (ANDERSON, 1989, p.14 e 15).

Em Anderson, percebe-se que a construção da idéia de nação advém de um princípio que envolve sentimentos firmados na comunhão entre os homens e no compartilhamento profundo, fundamentados na idéia de um passado em comum, mítico e imaginário. O que sustenta esse imaginário social é a articulação entre questões histórico-culturais, de determinada época e país, e a idéia de pertencimento. Por isso a nação, para Benedict Anderson, é “uma comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana” (ANDERSON, 1989, p.23), ou seja, o político se manifestando por meio da necessidade das fronteiras e dos elementos culturais e imaginários que se concretizam e legitimam a nação.

É importante destacar que estão envolvidos nos processos de construção da identidade nacional vários atores com interesses específicos, esforçando-se, estes, para que certas representações sejam reconhecidas como nacionais. Roger Chartier, ao analisar as representações do mundo social, ressalta que, mesmo propondo uma aproximação com a realidade, as representações sempre são influenciadas pelos interesses dos grupos que a produzem:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade, de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem o utiliza. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 1990, p.17).

Considera-se, pois, que o mesmo pode ser argumentado em relação ao processo de construção da identidade nacional, uma vez que é possível sua apropriação, pelo Estado e pelos grupos no poder, como forma de legitimar projetos e estimular sentimentos e identidades intercambiáveis. A construção de identidades pode, por exemplo, estar relacionada a um processo político que tem como foco principal o progresso e o desenvolvimento – como verificado no Brasil no período abordado por esta dissertação.

Pode-se considerar, portanto, que uma *identidade nacional moderna* resulta da percepção dos próprios cidadãos, de diferentes regiões ou cidades de um país, de integração à coletividade inserida em um contexto nacional dinâmico, caracterizado pela busca do “novo” e direcionado para um processo de formação, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista-industrial, orientando transformações sociais, políticas e culturais.

A “identidade nacional moderna” é incorporada ao imaginário social à medida que se intensifica o processo de modernização de diferentes países. Nesse sentido, este conceito traduz movimentos em direção à modernidade com o objetivo de integração à lógica do sistema capitalista. Nos países da América Latina, esse movimento foi realizado na maior parte das vezes “de cima para baixo”, ou seja, são o Estado e as elites no poder que têm conduzido os processos de modernização nas nações latino-americanas (PARREIRAS, 2001).

No Brasil os processos de construção de identidade nacional obedeceram a uma política que privilegiava o desenvolvimento econômico e a modernização industrial como elementos-chave na construção da nação. Sucederam-se, na conjuntura do “nacional desenvolvimentismo” (1937 a 1964), importantes transformações que consubstanciaram a construção de tal identidade. Nesse período, o País viveu momentos decisivos de industrialização com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganharam ritmo acelerado, contribuindo para o desenvolvimento da classe média, formação de um

proletariado urbano e disseminação dos meios de difusão cultural, como o cinema, o livro e o rádio.

Nesse movimento de busca incessante pela modernidade, Ortiz (2001), valendo-se do conceito de “fora de lugar”, de Roberto Schwarz, esclarece que há um descompasso entre a modernidade pretendida pela sociedade brasileira, até então periférica, e os processos de modernização dos países europeus. Se, por um lado, o anseio pelo moderno cumpriu um papel favorável ao progresso – uma vez que seu esforço contestou as forças oligárquicas com finalidade de ultrapassar o subdesenvolvimento econômico e social –, por outro lado a consequência foi o País não ter se posicionado de forma crítica ante as contradições da modernidade, incorporando-a como um valor em si mesmo. Há, segundo o autor, uma imposição de participação na modernidade, que, na realidade, acabou resultando em uma modernidade paradoxal composta pela mistura entre o tradicional e o moderno. “O Estado, cuja meta é promover a industrialização e as mudanças estruturais da sociedade, é constrangido a lançar mão da cultura popular para ressemantizar seu próprio significado.” (ORTIZ, 1993, p.27).

Sob essa perspectiva, entre as décadas de 1930 e 1960, encontraremos no Brasil uma formação identitária em duas bases diferentes – moderna e tradicional –, mas não necessariamente contrapostas. Capelato (2003), focalizando a questão da identidade nacional no período estadonovista – onde a temática da modernização estava muito em voga –, afirma que um dos pilares de sua sustentação ancorava-se na tradição e valorização das “raízes brasileiras”. Período de recuperação de histórias e personagens de um povo que se expressa por uma mesma língua, e que possui símbolos e representações que demonstram sua unidade como nação. As “raízes brasileiras”, espelho da unidade nacional, foram muitas vezes utilizadas como uma ponte para ligar o passado de tradições ao futuro da modernidade que se almejava. A completude da nação brasileira via-se, invariavelmente, projetada para o futuro.

2.2 O Estado Novo e a identidade nacional moderna

Durante mais de um século, a temática da modernidade motivou a composição de “retratos-do-Brasil”. No século XIX, os pioneiros das Ciências Sociais “queriam compreender quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil.” (IANNI, 1996, p.26). As noções de clima e raça compuseram um quadro pessimista sobre a construção da

nacionalidade, e a “teoria do branqueamento”³, solução apresentada naquele período, não parece ter trazido resultados consistentes. Em fins do século XIX, o Brasil ainda parecia viver como no século XVIII, com uma economia predominantemente agrária e estruturas políticas e sociais ainda carregadas de anacronismos: “eram claras as marcas de uma mentalidade formada nos tempos do colonialismo português.” (IANNI, 1996, p.19).

Ianni (1996), ao estudar a temática da modernidade brasileira, argumenta que as principais interpretações do Brasil moderno surgiram na década de 1930, período de incentivos ao processo de industrialização e urbanização, constituição do proletariado urbano, desenvolvimento da classe média e dos meios de difusão cultural, como o cinema, o livro e o rádio.

A partir desse período, intelectuais de perfil autoritário/modernizante, como Azevedo Amaral, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, dentre outros, contribuíram com novas idéias para o pensamento nacional, dando forma a uma interpretação peculiar sobre o Brasil:

[...] naquela época formaram matrizes do pensamento social brasileiro, no que se refere à questões básicas: a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, o capitalismo nacional e associado, o federalismo e o centralismo, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a multiplicidade racial e a formação do povo, o capitalismo e o socialismo, a modernidade e a tradição. (IANNI, 1996, p.29).

Não apenas entre os intelectuais, mas entre os governantes, observou-se a sede de desenvolvimento. No período do Estado Novo (1937-1945), sob o governo de Getúlio Vargas, optou-se por uma via simultaneamente conservadora e modernizadora implementada pela ação de um Estado forte e centralizador. A esse respeito, Lenharo (1986) esclarece que o Estado incorporou o “papel de sujeito histórico” disposto a preencher a ausência de forças sociais incipientes e completar sua função desenvolvimentista. O que se presenciou, a partir de então, foi a supressão dos partidos políticos e a dissolução das câmaras municipais, assembleias estaduais e Congresso Nacional, o que contribuiu para maior fortalecimento do poder executivo.

Desta forma, com o objetivo de garantir a centralização política e a formação de uma identidade nacional moderna, algumas estratégias foram adotadas, como a criação, pelo governo federal, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O órgão em questão era incumbido de coordenar e centralizar a propaganda política do governo com vistas à própria

³ A teoria pressupunha a necessidade de “branqueamento” do povo brasileiro pela entrada de populações brancas no País por meio da imigração. Supunha-se que a forte miscigenação no País tornaria a população cada vez mais branca.

legitimação do regime. Além disso, o DIP era responsável pela censura aos meios de comunicação e pela organização de manifestações cívicas. A centralização administrativa do DIP – que possuía órgãos filiados (os DEIPs) – era apresentada como fator de modernidade, chamando a atenção para os princípios de sua eficácia e racionalidade (VELLOSO, 2003).

Os ideólogos do Estado Novo, radicados no DIP e no Ministério da Educação, foram os principais intelectuais orgânicos do governo na construção de uma nova identidade brasileira, que teve no movimento modernista de 1922 uma de suas principais fontes inspiradoras.

O modernismo literário da década de 1920 projetou nomes, como os de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia. O movimento caracterizou-se pela tomada de posição ante as transformações que afluíam no mundo, privilegiando tanto o desenvolvimento industrial quanto as mudanças no panorama artístico. Contudo, Andrade ressalta que no seio do modernismo brasileiro nota-se uma “tensão” e uma aproximação entre modernidade e tradição, uma vez que o movimento apresentou, ainda, uma relação muito significativa com a tradição nacional (ANDRADE, 2004). Procedeu-se a uma busca das raízes da “brasilidade” e de seus traços definidores, integrando-os a um todo que pudesse constituir simbolicamente a identidade nacional brasileira em seu processo modernizador. Tal processo é compatível com as colocações de Renato Ortiz ao afirmar que, nessa conjuntura ao Brasil tradicional, “os modernistas contrapõem uma aspiração, uma ‘fantasia’ que aponta para a modernização da sociedade como um todo.” (ORTIZ, 2001, p.35).

O pensamento modernista influenciou os intelectuais do Estado Novo a buscar uma sintonia entre a valorização das raízes nacionais e a necessidade de desenvolvimento de uma economia capitalista e industrializada. Na realidade, muitos ideólogos estadonovistas como os já citados Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Candido Mota Filho, fizeram parte do movimento modernista.

Oliveira (1982b) destaca a existência de uma divisão do trabalho intelectual entre os doutrinadores do regime de 1937. A autora explica que alguns intelectuais optaram pela ênfase na necessidade de modernização do País, e outros optaram pela ênfase à valorização das tradições.

No que tange à valorização das tradições, Maria Helena Capelato afirma que “as imagens do interior/sertão constituíram um dos pilares da construção da nova identidade nacional coletiva.” (CAPELATO, 1998, p.217). Questões de natureza étnica, racial e de ordem material relativas ao desenvolvimento econômico brasileiro ganharam, nesse contexto,

novos contornos com uma intensa valorização da miscigenação brasileira identificada como fator de orgulho nacional.

Publicações datadas da década de 1930, como “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda e “Evolução Política do Brasil”, de Caio Prado Jr., fornecem relevantes interpretações sobre o Brasil. A partir de Freyre, consagrou-se o mito da interpretação das “três raças” – o branco, o índio e o negro. Nesse contexto, a ideologia da mestiçagem foi difundida e ganhou corpo socialmente, e o que era mestiço se tornou nacional (ORTIZ, 2003). O livro de Freyre contribuiu para que o brasileiro passasse a se ver de forma mais positiva, pois as diferenças estariam harmonizadas e diluídas na unidade da identidade nacional. Posteriormente, com o Estado Novo, a temática da mestiçagem – manifestada através do samba, da capoeira ou da feijoada – converteu-se em questão de Estado, passando a caracterizar-se oficialmente traço da identidade brasileira (SCHWARCZ, 1995).

Seguindo essa perspectiva, foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (SPHAN), com o objetivo de salvaguardar os bens patrimoniais brasileiros. É interessante notar como coexistiram modernidade e tradição, uma vez que os responsáveis pela seleção de monumentos e edifícios a serem tombados como patrimônio nacional eram, ao mesmo tempo, os “revolucionários” modernistas que apoiavam novas formas artísticas e de representação.

Outros exemplos interessantes são os discursos que apresentavam o interior do Brasil como depositário das energias da nacionalidade, como a “Marcha para o Oeste”, de Cassiano Ricardo. A obra, publicada em 1940, muito além de valorizar as tradições de um Brasil interiorano, indicava, ainda:

[...] a necessidade de conquista de um espaço vazio, considerado vital para a integração econômica política e cultural [...] O Brasil do interior precisava ser conquistado através do povoamento, colonização e exploração, assim se constituiriam as bases do progresso e grandeza futura. (CAPELATO, 1998, p.217).

O que se observa é que, mesmo diante da valorização das tradições nacionais, o interior deveria ser alcançado pela civilização e pelo progresso, o que insere algumas dessas propostas na nova realidade brasileira advinda do início do processo de modernização do País.

Esta é, pois, uma evidência da posição paradoxal do Estado Novo e de parte da intelectualidade brasileira com relação à tradição. Se o Estado, como bem declara Souza, “[...] afirma ter um compromisso a honrar com o passado e com as tradições nacionais, faz questão de ressaltar, também, seu compromisso com a modernidade.” (SOUZA, 2004, p.97).

Retomando as considerações de Oliveira (1982b) acerca do pensamento da época, verificou-se que no período alguns intelectuais que ressaltavam a necessidade de modernização por meio da indústria como forma de legitimação do novo regime. A interpretação de Azevedo Amaral no campo da política é um desses exemplos.

O ideólogo estadonovista privilegiava as ações do Estado conferindo-lhe um papel “civilizador”. Defendia a necessidade do autoritarismo no que tange à forma de governo, pois, segundo ele, esse tipo de administração estaria comprometida com o bem comum, ou seja, com o desenvolvimento industrial. No trecho a seguir, Amaral destaca a importância desse desenvolvimento econômico para o alcance de um estágio superior de civilização:

Para nos tornarmos no convívio da civilização a potência que a extensão dos nossos recursos nos autoriza a idealizar, teremos de inverter a ordem clássica do desenvolvimento econômico, isto é, a precedência da agricultura sobre o desenvolvimento econômico industrial. (AMARAL, *apud* MEDEIROS, 1978).

Segundo Souza (2004), todo o pensamento do autor é pautado pelo elogio à modernização. Por isso, em sua obra, a modernidade – identificada com o desenvolvimento capitalista – é apresentada como solução para o desenvolvimento econômico.

É importante destacar que, em Azevedo Amaral, também se encontra o diálogo entre a modernidade e a tradição. O Estado Novo, de acordo com sua visão, constitui-se um regime modernizador e um instrumento de modernização que é “[...] ao mesmo tempo nacionalista e tradicionalista, buscando uma transformação política de acordo com as tradições nacionais; que não coloque em risco o arcabouço tradicional de dominação.” (SOUZA, 2005, p.77).

Francisco Campos, Oliveira Viana e Azevedo Amaral reforçavam o grupo de intelectuais comprometidos com a modernização do Brasil (MEDEIROS, 1978). Interpretações como as desses autores ressoaram no pensamento brasileiro em setores empresariais, políticos, jornalísticos e universitários, alcançando também – de forma direta, ou indireta – considerável parcela da população.

Com essa perspectiva, ficava claro que o processo de construção da identidade nacional estava comprometido com os ideais de modernidade que seriam alcançados por meio da industrialização. E, no que concerne às características da industrialização brasileira, cabe abordá-la, mesmo que rapidamente, com o objetivo de analisar o cenário mais amplo no qual se insere a problemática da identidade nacional moderna.

A política econômica brasileira, que no início da década de 1930 ainda privilegiava o setor agroexportador, foi aos poucos sendo substituída por uma economia de caráter mais industrialista. Para viabilizar o desenvolvimento industrial, o governo passou a adotar uma política de substituição de importações que cresceu progressivamente ao longo das décadas de

1930 e 1940. Ao optar por uma política econômica de fomento à indústria de base, privilegiando grupos industriais emergentes, o Estado assumiu o papel de principal investidor capitalista no País. Nesse contexto, concorreram para o desenvolvimento da indústria nacional empresas públicas responsáveis por setores, como o de produção de motores, com a Fábrica Nacional de Motores (1942); o aço, pela da Companhia Siderúrgica Nacional (1941); o ferro, representado pela Companhia Vale do Rio Doce (1942); o setor químico pesado, representado pela Companhia Nacional de Álcalis (1943); e o setor de energia elétrica, com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

O ritmo de crescimento industrial nesse período superou o ritmo de crescimento da agricultura, tornando-se “[...] um período crucial na evolução histórica do País, significando a passagem para uma sociedade de base urbano-industrial, caracterizando-se, no plano político, pela preponderância dos interesses ligados à industrialização.” (DINIZ, 1986, p.87).

Concomitante ao processo de desenvolvimento industrial, estabeleceu-se, no período, um conjunto de leis relativas ao mundo do trabalho, tais como a instituição do salário mínimo, carteira profissional, férias remuneradas, trabalho semanal de 48 horas, segurança no trabalho, a Justiça do Trabalho e a tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, que, promulgadas ao longo dos anos, foram sistematizadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 (MUNAKATA, 1981).

O desenvolvimento industrial e o estabelecimento dos direitos trabalhistas – que beneficiavam, principalmente, os trabalhadores urbanos – trouxeram consigo a acentuação de migrações do campo para a cidade. Eram, em geral, trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalho que o campo não oferecia. Conseqüentemente, as cidades cresceram e foram se tornando cada vez mais complexas. Na área do transporte urbano, por exemplo, alterações fundamentais foram verificadas com a transferência do sistema de transporte público e privado da esfera dos bondes elétricos, das carruagens e dos poucos automóveis particulares para “[...] a implantação em massa das linhas de ônibus e o uso extensivo de automóveis particulares [...]” (REIS FILHO, 2000, p.109). No que tange ao sistema viário, datam da década de 1940 os primeiros esforços, em termos de infra-estrutura, para a construção da rodovia Rio-Bahia e Rio-São Paulo; esforço de integração nacional importante, uma vez que várias regiões do País permaneciam em boa parte isoladas entre si.

Paralelamente, nas áreas centrais das principais capitais brasileiras, os espaços de aparência européia, viabilizados pelas reformas urbanísticas do início do século XX, foram aos poucos sendo substituídos por edifícios mais próximos a padrões norte-americanos, ou seja, edifícios de maior altura (REIS FILHO, 2000). O surgimento de apartamentos, assim, foi

substituindo os velhos solares nos bairros tradicionais. Nos bairros populares, tornou-se uma constante a construção de habitações pelos próprios moradores em loteamentos de pouca estabilidade e o aparecimento em escala cada vez maior de favelas e mocambos. Enquanto o Estado empenhava-se em implantar um moderno sistema de infra-estrutura em algumas áreas das cidades, ignorava a necessidade de saneamento básico em localidades mais pobres.

Com relação às mudanças arquitetônicas no período, Reis Filho destaca que:

[...] intensificaram-se os debates sobre arquitetura moderna e urbanismo racionalista, visando maior adequação às características de uma sociedade industrial. As mudanças foram anunciadas pela execução de obras isoladas como as do Ministério da Educação no Rio de Janeiro (1936-1945), [...] do conjunto residencial do Parque Gingle, também no Rio de Janeiro, nos anos 40, do Conjunto da Pampulha em Belo Horizonte (1942) e do edifício Esther em São Paulo (1936). (REIS FILHO, 2000, p.111).

O crescimento das cidades foi acompanhado pelo crescimento dos meios de comunicação de massa – como o rádio e o cinema –, cuja importância foi inegável para que o Estado e os grupos no poder tivessem alcance a um número maior de pessoas.

O rádio realizou um trabalho fundamental de propaganda do governo e da construção de uma identidade nacional na medida em que potencializou a reunião, ainda que simbólica de brasileiros de diferentes regiões do País. Unida, a população representava a imagem de uma comunidade harmoniosa da qual todos participam. É o que Lenharo (1986, p. 40) chama de “imaginário homogêneo de comunidade nacional”, algo indispensável naquela conjuntura, pois o mundo atravessava um processo de potencial perda de identidades nacionais evidenciado pelas migrações de populações caracterizadas por várias culturas e formação social heterogênea.

No caso específico da migração interna, o desenvolvimento populacional se direcionou principalmente para o eixo Rio-São Paulo, cidades que foram então submetidas a uma intensa proletarização no meio urbano (LENHARO, 1986).

Assim, dos centros urbanos às cidadezinhas do interior, o rádio ligava os brasileiros entre si e com outras partes do mundo. Entre discursos governamentais, notícias da Segunda Grande Guerra e novelas diárias, o rádio alcançou grande número de brasileiros, democratizando, de certa forma, o acesso à informação. Transformação significativa considerando que, em décadas anteriores, as informações da Primeira Guerra (1914-1918), por exemplo, chegavam a áreas mais longínquas do Brasil por meio de cartas “[...] com cerca de um mês de atraso.” (ALBERTI, 2002, p.274).

O rádio lançava novos produtos e criava novas demandas que alteravam os hábitos anteriores da população. Difundia hábitos norte-americanos principalmente através de

propagandas. Conquistou lugar de destaque no lar e era identificado com a alegria, o bem-estar, a facilidade da vida moderna (OLIVEIRA, 2003).

A música ocupou um espaço significativo no rádio e foi consideravelmente importante no auxílio da construção de uma identidade nacional moderna, uma vez que esta alcançou amplos setores da população brasileira. A esse respeito, Oliveira declara que, entre poetas e músicos do período, podiam-se encontrar os que tendiam a assumir um comportamento típico das vanguardas apreciados por um público reduzido e seletivo; outros que buscavam inspiração na cultura popular, tradicional rural, e ainda aqueles que apreciavam a música e os músicos populares que trabalhavam com os meios de comunicação em massa. Estes “[...] assumem o mercado e as novidades da vida urbana sem nenhuma saudade de um verdadeiro Brasil que estaria inscrito no sertão ou no mundo rural.” (OLIVEIRA, 2003, p.347).

Desta forma, com a consolidação de um Brasil mais urbano e mais industrial, este passou a ser retratado pelas letras de sambas que ganharam projeção à época. Exemplo dessa realidade é a canção “Vida apertada”, datada de 1940, de Ciro de Souza que incorporou o meio urbano e o cotidiano do trabalhador ao tema de seu samba:

Meu Deus, que vida apertada/ trabalho, não tenho nada/ vivo num martírio sem igual/ A vida não tem encanto/ para quem padece tanto/ Desse jeito eu acabo mal. [...] Ser pobre não é defeito/ mas é infelicidade/ Nem sequer tenho direito/ de gozar a mocidade/ Saio tarde do trabalho/ chego em casa semimorto/ pois enfrento uma estiva/ todo dia lá no 2/ no cais do porto/ (Breque: tadinho de mim) (SOUZA *apud* PARANHOS, 2002, p.93).

Ainda que várias composições da época fizessem apologia ao trabalho, como “Bonde de São Januário” – de Wilson Batista e Ataulfo Alves –, outras composições afastavam-se da incorporação dos princípios de enaltecimento do trabalho. Apesar da industrialização emergente e dos avanços da urbanização, o desemprego ou o subemprego também compunham o cotidiano de inúmeros trabalhadores. Esses grupos sociais estavam vinculados a um novo Brasil que estava se formando, industrial e urbano e, por meio de sambas como este, era inevitável que se identificassem com os trabalhadores, em sua grande maioria, mestiços e negros. Esta era uma imagem muito próxima da realidade complexa e também contraditória das grandes cidades brasileiras.

O cinema também se revelou importante instrumento de auxílio à construção de uma identidade nacional. Guimarães afirma que, na década de 1930, o cineasta oficial Humberto Mauro buscou o registro de um Brasil que necessitava reconhecer seu potencial visando à construção de uma nova identidade nacional: “Buscava incansavelmente a modernidade, como um dos caminhos onde a criação, a invenção de uma identidade nacional adquiria dimensões imensuráveis.” (GUIMARÃES, 2004, p.81).

Desta forma, como instrumento de informação e propaganda do Estado, o cinema, além de abordar temáticas que envolviam a representação da brasilidade, apresentava ainda aos brasileiros avanços técnicos que poderiam auxiliar a população a se prevenir contra as doenças e a valorizar o saneamento. Os filmes descreviam o funcionamento de aparelhos como telégrafos e balanças, apresentavam temas ligados ao corpo humano, como o filme “Músculos Superficiais do Homem”, abordavam técnicas de taxidermia ou, ainda a preparação da vacina contra raiva, entre outros.

A autora, analisando os primeiros filmes do Instituto Nacional de Cinema, explica como o registro, em filmes, de aparelhos existentes, graças ao desenvolvimento técnico e crescente racionalismo, podia conduzir o homem à modernidade:

Aparelhos como telégrafos, balanças, medidores de tempo, atendiam a novas demandas. O telégrafo diminuía as distâncias, e através de fios, permitia a comunicação rápida, em códigos, com o mundo. A balança precisava as medidas, universalizava o peso em medidas científicas e precisas, e os medidores de tempo que eram e são os instrumentos mais característicos da era moderna expressavam o dinamismo que a nova época impunha, delineando um ritmo onde transparecem os sentidos do tempo passado, presente e futuro. (GUIMARÃES, 2004, p.79).

A literatura, que experimentou um considerável desenvolvimento tanto no aumento no número de publicações quanto no de leitores, apresentava em algumas de suas obras temáticas relativas a características típicas que o início do processo de modernização impôs ao cotidiano. O poema “Edifício Esplendor”, de Carlos Drummond de Andrade, publicado na década de 1940, registra parte desse cotidiano:

Na areia da praia/ Oscar risca o projeto/ Salta o edifício da areia da praia/ No cimento, nem traço / da pena dos homens/ As famílias se fecham/ em células estanques. O elevador sem ternura/ expele, absorve num ranger monótono/ substância humana./ Entretanto há muito/ se acabaram os homens. Ficaram apenas/ tristes moradores. (ANDRADE, 1967, p.123).

O poema aborda a arquitetura modernista, aqui representada na figura de Oscar Niemeyer. Refere-se à questão do aspecto desumano da então nova forma de habitação – os apartamentos. O elevador – prático instrumento da vida moderna – expele e absorve o homem que apenas se submete a tais ações. Os homens nesse contexto são “tristes moradores” fechados em “células estanques” – aspectos da vida moderna que irrompia no Brasil nos anos de 1940.

Em todos esses meios de comunicação, a propaganda do regime estadonovista apresentava o presidente Vargas como “[...] o arauto da modernidade, da transição para uma sociedade onde a indústria e, não mais a agricultura, deve se tornar o motor do desenvolvimento nacional.” (SOUZA, 2004, p.107).

Assim, entre as décadas de 1930 e 1940, o Brasil experimentou o início da travessia para o mundo urbano-industrial, com expressivas repercussões em sua formação identitária.

Após cinco anos de vigência do governo Dutra (1946-1950), Getúlio Vargas voltou ao poder através de eleições democráticas. Em seu segundo governo, Vargas (1951-1954) retomou algumas das diretrizes econômicas de fomento à industrialização e modernização do País, mas “[...] ajustando-se agora ao contexto internacional da Guerra Fria e aos movimentos sociais internos (a campanha O Petróleo é Nosso, greves operárias nos centros industriais, movimentos camponeses).” (LEOPOLDI, 1994, p.163). O governo idealizou uma orientação de desenvolvimento econômico que buscou conjugar a participação do Estado e de setores privados nacionais no processo de industrialização e o incentivo à entrada de capital estrangeiro. Assim, a política econômica promovida por Getúlio priorizou mais uma vez o investimento nas indústrias de base – ferro e aço, química, equipamentos e material ferroviário, indústria elétrica – e de infra-estrutura – energia, transportes, comunicações. Destaque deve ser dado à criação da Petrobrás em 1953, implantada após a intensa campanha nacionalista sob o *slogan* “O Petróleo é Nosso”.

A cada fase política posterior, houve a necessidade de dar relevo ao desenvolvimento e à modernidade como discurso simbólico de mobilização social, como no governo Kubitschek (1956-1961), que abordaremos a seguir.

2.3 O governo Kubitschek e a identidade nacional moderna

Um Brasil moderno, surpreendente, jovem e impetuoso. (Juscelino Kubitschek)

Esse era o Brasil da década de 1950 nas palavras de Juscelino Kubitschek, presidente da República entre 1956-1961. O processo de modernização, iniciado na década de 1930, acelerou-se nesse período, trazendo significativas mudanças para o País, muito embora não tenha obtido o êxito desejado no combate ao subdesenvolvimento. O Brasil experimentava a crença no progresso e na mudança – legado deixado por Vargas, assumido por Juscelino Kubitschek.

O entusiasmo era de tal forma expressivo que alguns acreditavam ver o início de uma nova civilização no Brasil. Civilização esta:

[...] que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. (CARDOSO DE MELO; NOVAIS, 1998, p.560).

Entre os intelectuais, foi produtivo o debate sobre a construção de uma identidade nacional que, a exemplo do Estado Novo, firmou-se em duas bases distintas, a saber, modernidade e tradição. Oliveira (2002), discorrendo acerca da cultura e da identidade nacional brasileira no século XX, chama a atenção para duas vertentes do pensamento intelectual no período juscelinista.

A primeira vertente reuniu-se em torno de uma agência governamental criada em 1958 sob o nome de Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Entre os intelectuais participantes, podemos encontrar nomes, como Renato de Almeida, Câmara Cascudo e Manuel Diegues. O grupo defendia a diversidade regional das tradições folclóricas e divulgava a cultura popular como pura e autêntica representação da brasilidade. Esta poderia e deveria ser preservada, uma vez que o avanço da industrialização e a modernização que a sociedade vinha experimentando representavam séria ameaça à expressão folclórica. Sob essa perspectiva, o órgão procurou tanto estimular pesquisas sobre o folclore em diferentes regiões, quanto documentar e difundir o mesmo por meio da formação de acervos bibliográficos, museológicos e sonoros.

Contudo, a vertente “progressista” considerava o folclore uma sobrevivência do passado destinado ao desaparecimento à medida que o País se modernizasse.

Na realidade, o movimento de valorização do folclore enfrentava certa resistência nos meios acadêmicos e, como área de ensino e pesquisa, “foi mesmo excluído do campo das ciências sociais nas universidades”. Sociólogos, como Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, por exemplo, rejeitaram produções bibliográficas e autores que objetivassem a preservação de manifestações culturais de “populações pré-letradas.” (OLIVEIRA, 2002, p. 359).

Para a vertente progressista, a emergência do povo brasileiro seria resultado do processo de industrialização e urbanização acelerado na década de 1950 (OLIVEIRA, 2002). Uma identidade nacional moderna estava sendo definida com base no discurso de modernização experimentado por alguns setores da sociedade brasileira. Identidade esta que não emanava do povo, mas que se construía em função deste, e para ele se dirigia, sob os auspícios do Estado.

Diversos intelectuais formuladores dessa interpretação reuniam-se em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão do Ministério da Educação criado em

1955. O grupo era composto por nomes expressivos como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, entre outros.

Hélio Jaguaribe, analisando o processo de formação do ISEB, afirma que a preocupação fundamental do grupo era responder a pergunta: “como é possível viabilizar um esforço de desenvolvimento nacional?”. Muito embora o Brasil tenha experimentado considerável desenvolvimento desde a década de 1930, o caminho para o crescimento em termos econômicos e sociais ainda era longo. A solução encontrada naquela conjuntura foi a implementação de um “projeto nacional desenvolvimentista”:

[...] que atribuía à burguesia nacional, em articulação com a classe operaria e a classe média moderna, papel decisivo na mobilização de um esforço de desenvolvimento industrial encaminhado para um projeto nacional. (JAGURIBE, 2005, p.39).

Para a elite dirigente, o subdesenvolvimento estava ligado ao antigo modelo agro-exportador e, nesse sentido, entendia-se que bastava industrializar o País para que o atraso fosse superado (CARDOSO, 1977). Mais uma vez o Brasil se viu “às voltas” com a busca pelo desenvolvimento que, para alcançar êxito, deveria contar com o apoio de amplos setores da sociedade. Conseqüentemente houve a necessidade de formulação de uma ideologia capaz de convencer camponeses, proletários e classe média a apoiarem essa plataforma social e política (MOREIRA, 2003). Nasceu aí a “ideologia nacional desenvolvimentista”.

Miriam Cardoso entende que o nacional desenvolvimentismo é uma formulação ideológica cujo objetivo básico era difundir amplamente a relação entre o desenvolvimento econômico e bem-estar social (CARDOSO, 1977). Nesse sentido, de acordo com Ortiz (2003), a ideologia desenvolvimentista esteve, na realidade, comprometida com os interesses de uma classe específica, a saber, a classe dirigente que almejava modernizar o País. Tal ideologia foi assimilada por expressiva parcela da população. Intelectuais e políticos sustentavam a convicção de um país vivendo o seu momento de arrancada onde, enfim, o moderno triunfaria sobre o arcaico em questão de anos.

Para conceber o projeto de desenvolvimento econômico, a administração de Juscelino firmou um Plano Nacional de Desenvolvimento corporificado por meio do Plano de Metas⁴, sob o *slogan* "Cinquenta Anos em Cinco", propondo a realização, em cinco anos, de um trabalho de meio século.

Juscelino isentou de impostos as importações de máquinas e equipamentos bem como todo o capital estrangeiro que no Brasil se formasse, sob a condição de se associarem ao capital nacional. Investiu na construção de novas estradas, siderúrgicas e hidrelétricas,

⁴ Trata-se de um Plano de Metas traçado pelo governo que selecionou cinco áreas prioritárias de ação: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. Para mais detalhes, ver Benevides (1976).

ampliação da indústria pesada e ampliou a capacidade produtiva da Petrobrás. O Estado esforçou-se para reduzir o custo da mão-de-obra e matérias-primas, estimulou a implantação de novas fábricas e facilitou a entrada de capitais estrangeiros. Datam desse período a instalação de indústrias automobilísticas, como a americana Willis-Overland, a alemã Volkswagen e a francesa Simca-Chambort (BENEVIDES, 1976). A entrada maciça de capital estrangeiro no Brasil viabilizou, por exemplo, a captação de recursos necessários ao crescimento e consolidação da Companhia Vale do Rio Doce como empresa de grande porte (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

Segundo Moreira, para os contemporâneos do presidente Juscelino, “o impressionante desenvolvimento econômico justificava considerar o projeto nacional desenvolvimentista como a ‘revolução industrial brasileira.’” (MOREIRA, 2003, p.161).

Diante do aprofundamento do processo de industrialização, era inevitável que as cidades crescessem e atraíssem cada vez mais pessoas em busca de novas oportunidades de investimento e trabalho. Migraram para as cidades, na década de 1950, aproximadamente oito milhões de pessoas – cerca de 24% da população rural do Brasil. A vida nas cidades era atraente porque ofertava oportunidades consideradas melhores e abria perspectiva para um futuro de progresso individual (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1998).

“Matutos, caipiras, jecas.” Este era o olhar que, segundo Cardoso de Melo e Novais, dez milhões de brasileiros, que viviam em cidades, lançavam sobre outros quarenta e um milhões de compatriotas que viviam em áreas rurais, ou pequenas cidades com população inferior a vinte mil habitantes. “Olhos, portanto, de gente moderna ‘superior’ que enxerga gente atrasada, ‘inferior.’” (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1998, p.574).

Expandiu-se, no período, o consumo de alimentos industrializados e a aquisição de eletrodomésticos, transformando o cotidiano de boa parte da população nas cidades brasileiras que se deixavam seduzir pelas facilidades da vida moderna:

[...] o ferro elétrico, que substituiu o ferro a carvão; o fogão a gás, que veio tomar lugar do fogão elétrico na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres [...] o chuveiro elétrico; o liquidificador; a batedeira de bolo; a geladeira; o secador de cabelos, a máquina de barbear [...] (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS 1998, p.563 e 564).

O arroz, o feijão, o açúcar, as farinhas, de trigo, de rosca, de mandioca, já empacotado de fábrica em sacos de plástico e não mais na hora, retirados de tonéis, de sacos ou de vidros imensos e colocados em sacos de papel. (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1998, p.564 e 566).

Os hábitos de higiene e limpeza pessoal também se transformaram com a introdução de novos produtos como o sabão em pó e o detergente. Entre os mais pobres popularizou-se o

uso de escovas de dentes e cabelos, desodorante, *shampoo*, entre outros (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1998).

A euforia do sonho desenvolvimentista, “embalada” pelo som da Bossa Nova, culminou com a construção de Brasília. Mistura de sonho e realidade, a cidade, nos traços de Lúcio Costa e Oscar Niemayer, foi concebida como um ícone da modernidade, como símbolo da ruptura com o atraso.

A construção da nova capital trouxe consigo um projeto urbanístico totalmente diverso da tradição das cidades braseiras. “Encontrava-se na nova capital a possibilidade de concretizar idealizações de uma vida urbana nova, alheia às agruras históricas da sociedade braseira.” (MARINS, 1998, p.209). Holston (1993) esclarece que a arquitetura modernista da cidade poderia tanto se traduzir em algo novo para os recém-chegados quanto causar uma sensação de artificialidade e impessoalidade. Ainda assim, a construção da moderna capital no interior do Brasil foi comemorada por aqueles que buscavam modificar a imagem de atraso associada ao País e à identidade nacional.

Renato Ortiz, em seu estudo sobre a identidade nacional brasileira, busca em Nelson Werneck Sodré a definição de povo brasileiro no final dos anos de 1950:

[...] são as partes da alta e média burguesia, a pequena burguesia, o campesinato, o proletariado, e o semi-proletariado. Essa enumeração exaustiva deixa poucos setores fora do que se entende por nação brasileira [...] (ORTIZ, 2003, p.63).

Segundo Ortiz, o isebiano Corbisier chegou a afirmar que, antes da Semana de Arte Moderna e do advento da industrialização no Brasil, o que havia era uma pré-história. Somente a partir do processo de industrialização é que se inicia o processo de constituição do povo brasileiro (ORTIZ, 2003). Pode-se perceber, portanto, que a face da identidade nacional que se intentava construir no momento era uma identidade nacional moderna, amplamente comprometida com os interesses do desenvolvimento capitalista.

Na memória dos brasileiros, esclarece Lucilia Delgado,

[...] a representação sobre o tempo de Juscelino é marcada por otimismo, ousadia e valorização do novo. Mesmo porque até nas atividades culturais e artísticas o culto ao novo cresceu e se solidificou. A bossa nova, com seu ritmo suave e influenciado pelo jazz, contaminou a juventude oriunda da classe média. O cinema novo renovou a estética e a temática da indústria cinematográfica nacional. Os grupos de teatro Arena e Oficina foram marcos de inovação nas artes cênicas. A construção de Brasília revolucionou a arquitetura e o urbanismo. (DELGADO, 2006b, p.71).

Nova capital, cinema novo, bossa nova, enfim, um novo Brasil: tudo simbolizava a modernidade. Supunha-se estar produzindo, finalmente, as condições materiais e culturais para o surgimento de uma grande nação.

2.4 Breve trajetória da Companhia Vale do Rio Doce como um dos símbolos do “Brasil moderno” entre 1942-1961

Como assinalado anteriormente, a Companhia Vale do Rio Doce emergiu em um contexto permeado pela concepção da industrialização como pressuposto de progresso e modernidade, constituindo-se parte de “[...] um grupo seletivo de empresas estatais cujo impulso criador esteve acoplado à construção da nação.” (SILVA, 2001, p.102).

Novas oportunidades de crescimento econômico emergiram no Brasil, em face das circunstâncias geradas pela Segunda Grande Guerra. Entre essas possibilidades estava o desenvolvimento do setor de bens intermediários como a metalurgia e a siderurgia. Isso porque Estados Unidos e Inglaterra – países aliados –, no embate travado contra as potências do Eixo, necessitaram abastecer suas indústrias bélicas com matérias-primas, principalmente o minério de ferro, uma vez que suas próprias reservas minerais estavam praticamente esgotadas. Rico em minério de ferro, o Brasil encontrou nessa conjuntura uma boa possibilidade de desenvolvimento econômico.

Nesse clima, e valendo-se das oportunidades surgidas pela intensificação do conflito, o Brasil enviou aos Estados Unidos, em 1942, uma missão presidida pelo então ministro da fazenda Arthur de Souza Costa, que, reunindo-se com representantes dos EUA e Inglaterra, procurou definir as bases para a organização de uma companhia que impulsionasse a exploração de minerais do subsolo brasileiro, principalmente o minério de ferro.

Estabeleceram-se, pois, os chamados Acordos de Washington, pelos quais as jazidas de ferro da “Itabira Iron Ore”, localizadas na cidade de Itabira – pertencentes aos ingleses desde 1911 –, foram transferidas ao Estado brasileiro, sem nenhum ônus, pelo governo inglês. O governo norte-americano se comprometeu a fazer um empréstimo ao Brasil de US\$14 milhões, destinados à instalação da mineradora e ao aparelhamento da Estrada de Ferro Vitória a Minas. O governo brasileiro incumbiu-se de explorar e exportar o minério de ferro aos demais países, além de ampliar e realizar melhoramentos na estrada de ferro supracitada (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

Com a assinatura dos Acordos de Washington, chegava ao seu desfecho um longo período de impasse político relativo à exportação do minério de ferro brasileiro. Tal situação devia-se ao fato de alguns setores do governo e da sociedade civil manifestarem o desejo de vincular a exportação do minério de ferro à instalação da grande siderurgia. “A desvinculação dessas duas questões, amadurecida desde o início da década de 1930, começou a se concretizar com a decisão da construção da usina de Volta Redonda em 1941” – inaugurada

em 1946 – (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p.186) e com a assinatura dos Acordos de Washington.

Sendo ratificados os acordos pelos governos brasileiro, norte-americano e britânico em 1º de junho de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.352, o presidente Vargas criou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Para superintendente, foi nomeado o engenheiro Israel Pinheiro, então Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais. A filosofia que a orientou desde sua origem se resumia nas palavras de um de seus ex-presidentes – Eliezer Batista – ao declarar que: “A Vale foi criada para gerar divisas e, assim, ser um instrumento do desenvolvimento do País.” (BATISTA, 1985, p.35). Nesse sentido, Silva declara que a “CVRD e o Estado desenvolvimentista são faces de uma mesma moeda” e, em termos simbólicos, sua criação, bem como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, “[...] funcionava como importante ícone na aurora de um novo Estado que emergia.” (SILVA, 2001, p.98 e p.307).

Os trabalhadores da Companhia, em função de todo o trabalho ideológico realizado pelo Estado através da empresa (MINAYO, 1986), sentiam-se como contribuintes diretos do desenvolvimento da Nação:

Quando falavam [da importância do trabalhador para o crescimento do país] a gente pensava: será que estou ajudando o Brasil a crescer? Isso era importante demais; você saber que ta ajudando um País. Era um orgulho muito grande pra gente! (Ex-operário da CVRD, 83 anos).⁵

Como explica Minayo, “[...] a euforia desenvolvimentista é repassada aos trabalhadores como um espírito de corpo, onde a construção da nova era do País depende de ambos, empresários e operários.” (MINAYO, 1986, p. 77).

A empresa nasceu em um período em que a exploração do minério de ferro e produção do aço tinham significado especial: equivalia receber um “passaporte” de ingresso no grupo das nações industrializadas; feito notável para a economia brasileira até então predominantemente agroexportadora. Sob essa ótica, a criação da CVRD significava a possibilidade de superação do atraso econômico e funcionava como um dos símbolos do progresso da nação (O SR..., 1942).

Não obstante o entusiasmo da instalação, os primeiros dez anos da CVRD foram permeados por algumas dificuldades financeiras. Decorrido o primeiro ano de funcionamento da Companhia, o capital financeiro, frente ao volume das obras empreendidas, esgotou-se. Além disso, houve dificuldades de investimentos provocadas pela depressão do pós-guerra, pois o término do conflito deixou baixa a demanda por minério de ferro. Soma-se a isso a

⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 11/06/07.

forma arcaica de exploração das minas por meio dos métodos manuais e as condições precárias da Ferrovia Vitória a Minas, que dificultavam o processo minerário e de transporte. Dotada de trilhos desgastados, a ferrovia não oferecia segurança de tráfego para os trens de mercadorias, de passageiros e para o carregamento do minério de ferro. O relatório da companhia, de 1943, cita a ocorrência de aproximadamente 100 descarrilamentos por mês, ocasionados pelas más condições da estrada de ferro (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

A despeito desse conjunto de fatores adversos, os avanços registrados pela Companhia Vale do Rio Doce nesses primeiros anos foram significativos. A importação de equipamentos, embora tenha sofrido atrasos, assegurou certa continuidade operacional. Em meados de 1944, os projetos das minas e da ferrovia encontravam-se praticamente prontos.

Com o fim do Estado Novo, a orientação liberal, adotada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e pela Constituição Republicana de 1946, facilitou o ingresso de capital estrangeiro no País e, paralelamente, viabilizou uma relação mais estreita com as potências ocidentais, principais interessadas nas questões ligadas à mineração.

O interesse desses países também estava relacionado à conjuntura do pós-guerra. Com o fim do conflito e a elaboração do plano Marshall – de ajuda econômica aos países atingidos pela guerra –, em 1947, houve a possibilidade de crescimento para a mineradora brasileira que estendeu suas exportações a países, como Alemanha, França, Holanda, Bélgica e Canadá. Foi também nesse período que a CVRD passou por sua primeira mudança de diretoria com Israel Pinheiro transferindo o cargo de superintendente ao engenheiro Demerval José Pimenta em 1946.

O aumento das vendas continuou seu curso durante a década de 1950, no segundo governo Vargas, intensificando-se, a partir de 1954, a política de diversificação de mercados da empresa, o que incrementou as vendas para a Europa ocidental e impulsionou a exportação de minério para os países socialistas do leste europeu.

O governo de Juscelino Kubitschek, que iniciara sua administração em 1956, também priorizou a indústria como símbolo de modernização do País. Nesse contexto, a mineração foi encarada como um setor auxiliar dos demais empreendimentos, destacando-se como sustentáculo de setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico do Brasil: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. A aliança entre o capital estatal e o capital estrangeiro, estabelecida nesse período, foi favorável à CVRD, uma vez que os recursos externos viabilizaram investimentos como a compra de equipamentos especiais. Ao final da década de 1950, a Companhia havia aumentado significativamente a extração e a

venda de minério de ferro e conquistado espaço em diferentes mercados internacionais. (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

O fato de a Companhia Vale do Rio Doce constituir-se uma das primeiras incursões do Estado brasileiro na esfera da produção (SILVA, 2001), estabeleceu-a como um dos símbolos do Brasil moderno. Sua criação inaugurava um caminho repleto de possibilidades econômicas e sociais.

3 CAPITULO II – ITABIRA: UMA BREVE HISTÓRIA

Para Milton Santos: “cada lugar é definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado e dos resultados daqueles que mantêm maiores relações com as forças do presente.” (SANTOS, 1998, p.83). Desta forma, este capítulo procura historicizar Itabira no período anterior à instalação da Companhia Vale do Rio Doce por meio da breve exposição de sua trajetória. O texto considera os aspectos políticos e econômicos, destacando o engajamento na luta política pela exploração do minério de ferro bem como a sociabilidade e a cultura itabirana marcadas pela tradição. No bojo da estreita relação definida entre história e identidade, tais considerações são necessárias ao entendimento da formação identitária que constituía esta localidade até a implantação da Companhia Vale do Rio Doce.

3.1 Do ouro ao ferro, de povoado à cidade

Itabira, assim como diversas cidades do estado de Minas Gerais, teve o início de sua história vinculado à exploração de suas riquezas minerais no século XVIII em decorrência de várias incursões feitas por bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas. Os bandeirantes paulistas, irmãos Francisco e Salvador Faria de Albernaz, vindos de uma expedição que saiu da região de Itambé no ano de 1720, são oficialmente reconhecidos como os primeiros a chegar à região onde hoje se localiza a cidade de Itabira. Nesse local, construíram uma capela, a Nossa Senhora do Rosário⁶, e a localidade passou a denominar-se Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro. Os termos tupi *itá* (pedra) e *byra* (levantar-se) concedem significado à palavra Itabira: “pedra levantada” uma alusão ao pico alto da região: o Pico do Cauê (ENGRACIA, 1898, p.25).

⁶ Entretanto, a certidão de nascimento da cidade é controversa. A “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (1959) traz algumas versões a esse respeito. Segundo Francisco Ignácio Ferreira, a descoberta das minas em Itabira data de 1698 assim como ocorrera em Ouro Preto, Ouro Branco, São Bartolomeu, Ribeirão do Carmo, Itacolomy, Itatiaia, etc. Já no relato do Cônego Raimundo Trindade, a descoberta do ouro ocorreu em 1705 com o Padre Manoel do Rosário e João Teixeira Ramos, que naquela localidade construíram uma pequena capela na data mencionada. César de Oliveira Faria, organizador da Enciclopédia supracitada, apresenta a chegada do Padre Manoel do Rosário e de João Teixeira Ramos como sendo em 27 de abril de 1764. Para além destas controvérsias, o início da povoação dessa região data do período das primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais.

A exploração do ouro que se desenvolveu no município pode ser dividida em duas fases. Na primeira, o ouro era garimpado dos rios, um tipo de exploração denominada “aluvial”. Nesse tipo de exploração, muito embora alguns optassem por utilizar o trabalho escravo, houve o predomínio de trabalhadores livres. A segunda fase iniciou-se ainda no século XVIII, quando a extração de ouro nos rios tornou-se cada vez mais difícil devido à sua escassez. A atividade, então, se concentrou nas minas de Santana e Conceição. O ouro das minas atraiu um número maior de exploradores possibilitando o crescimento do povoado e, conseqüentemente, da atividade comercial com a presença de tropeiros de diferentes localidades, que levavam para a região alimentos, escravos e produtos importados da Europa. A agricultura também teve início nesse período, com a produção de gêneros alimentícios para atender a demanda do consumo local. Desta forma, a atividade aurífera foi, por vários anos, o que movimentou a economia itabirana (FRANÇA, 1988).

A partir de 1814, outras atividades, como a fundição do ferro, passaram a coexistir com a exploração do ouro. Em fins do século XVIII, o Estado de Minas Gerais ganhou as primeiras fábricas de ferro, cujo objetivo principal era a produção de utensílios para a agricultura e a mineração. Sua produção deveria ser em pequena escala, segundo as ordens vindas de Portugal, para que não se desviassem os esforços na exploração do ouro, fato este superado em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, que liberou sua exploração.

A grande quantidade de ferro existente em Itabira beneficiou amplamente a cidade possibilitando o surgimento de várias forjas, como a fábrica de espingardas de Manoel Fernandes Nunes e a fábrica de ferro Girau, do Major Paulo. Essas pequenas fábricas produziam instrumentos para a mineração, para os trabalhos na lavoura, utensílios domésticos e, até mesmo, espingardas. Boa parte de sua mão-de-obra era composta de escravos.

Referências elogiosas acerca do grau de aperfeiçoamento dessas pequenas indústrias fizeram com que o geólogo alemão Von Eschewge, quando em viagem pelo interior de Minas, visitasse o povoado de Itabira. Eschewge ensinou a um ferreiro local o novo método para a fabricação do ferro – o malho hidráulico –, que foi posteriormente reproduzido por outros desses profissionais (GUIMARÃES, 1961). Semelhante interesse pela fabricação do ferro teve o viajante Saint Hilaire. Em visita a uma fábrica de espingardas, o botânico francês falou acerca do processo de fabricação desse artefato:

[...] o fundador dessa fábrica forjava o ferro em pó, e fabricava o carvão por elle (*sic*) empregado; imaginara e mandara construir machinas (*sic*) hidráulicas (*sic*) para insufflar (*sic*) o ar nos fornos e bater o ferro; elle (*sic*) próprio instruíra os negros e mulatos que fabricavam as diferentes (*sic*) peças de suas armas.” (SAINT HILAIRE, 1938, p.252).

O que proporcionou o desenvolvimento dessas atividades foram as inúmeras quedas d'água, possibilidades de mão-de-obra escrava e, como mencionado anteriormente, a abundância de minério de ferro (FRANÇA, 1988). O minério de ferro, portanto, já despontava na economia local, porém ainda de forma tímida.

Politicamente, acompanhando as mudanças ocorridas no povoado, algumas medidas administrativas foram tomadas, como a elevação do povoado à categoria de arraial, pertencente à Vila de Nova Rainha – hoje conhecida como Caeté – em 1825. A elevação a freguesia se deu em 1827, sendo, assim, sede de uma paróquia e ocupando também funções administrativas. Seu desligamento da Comarca de Caeté ocorreu em 1833, tornando-se Vila. Em 1848, com mais de quatro mil habitantes, recebeu o título de cidade, e a expressão “do Mato Dentro” foi retirada de seu nome, permanecendo apenas “Itabira”.

Por volta de 1850, verificou-se uma crise na mineração em função da falta de tecnologia na exploração das minas. A agropecuária foi, aos poucos, substituindo essa atividade, observando-se a transferência de alguns mineradores para as atividades rurais (FRANÇA, 1988).

A crise não se restringiu apenas à mineração, as pequenas fábricas de ferro também enfrentaram problemas em fins do século XIX. Dentre as razões que levaram à crise estavam as mudanças nas relações de trabalho, com o trabalho livre ganhando mais espaço, e a construção de estradas de ferro em Minas – Estrada de Ferro Pedro II e Central do Brasil – que levaram a concorrência dos produtos estrangeiros à região.

Com relação à agricultura, verificou-se que, em fins do século XIX, esta era uma atividade inconstante, com o plantio feito de acordo com a necessidade mais imediata do comércio, optando o agricultor por plantar seguindo a elevação dos preços no mercado. Desta forma, diante da queda nos preços, o homem do campo deixava de plantar. Grande parte desses agricultores optou pelo trabalho na pecuária, que exigia menor mão-de-obra. Segundo Alvim, um médico local, Dr. Domingos Martins Guerra, diante de tal quadro, organizou uma escola agrícola para ensinar técnicas de cultivo e utilização de máquinas mais modernas. Contudo, o desinteresse dos agricultores fez durar pouco a escola (ALVIM, 1980).

Coexistindo com essas atividades, havia, ainda, algumas indústrias têxteis, que foi a única atividade a não enfrentar dificuldades econômicas no período. Essas indústrias fortaleceram-se a partir da “política de proteção aduaneira” associada a outras medidas tomadas pelo então governo imperial. Deve-se considerar, ainda, o crescimento da população

e, conseqüentemente, do mercado consumidor como outros fatores importantes que contribuíram para o incremento das atividades nesse setor.

Entre as décadas de 1870 e 1880, a cidade possuía duas das vinte fábricas de tecidos de Minas Gerais: a Cia União Itabirana (Gabiropa) e a Fábrica de Tecidos da Pedreira. Registrou-se, entre fins do século XIX e início do século XX, um crescimento significativo dessa atividade. O setor têxtil alcançou mercado consumidor e firmou-se como atividade econômica lucrativa para os homens de negócios que reuniram capitais e investiram no setor (FRANÇA, 1988; MAGALHÃES, 2006). A indústria de tecidos, até as primeiras décadas do século XX, era a principal atividade econômica da cidade, cedendo espaço para o minério de ferro na década de 1940, com a chegada da Companhia Vale do Rio Doce.

Itabira possuía, ainda, outras pequenas fábricas como descreve Drummond de Andrade:

A fábrica de café de João Acaiba, a fábrica de sabão de Custódio Ribeiro, a fábrica de vinho de João Castilho, a fábrica de meias de Francois Boissou, a fábrica de chapéus de Monsenhor Felicíssimo, a fábrica de tecidos de doutor Guerra, a fábrica de ferro do Girau do capitão Aires, a fábrica de sonho de cada morador, a fábrica de mão do governo longínquo, a fábrica do quê? (ANDRADE, 1973a, p.43).

A cidade desenvolveu-se apoiada em diferentes segmentos econômicos, não sendo dependente apenas de uma atividade como se pode verificar.

Para a elite local, as primeiras décadas do século XX poderiam ainda ser consideradas época de economia satisfatória: “Tinha escasseado o ouro dos córregos, mas ainda existiam as forjas de ferro, caminhavam bem as fábricas de tecidos, e a Itabira Iron, em que meu pai chegou a trabalhar, explorava minério de ferro..” (DE CAUX, 1996, p.07). O depoimento foi concedido por uma itabirana descrita como pertencente a uma “alta e respeitada estirpe de grandes personalidades” (DE CAUX, 1996, p.06). Contudo, para a maioria dos trabalhadores, a realidade era outra, pois enfrentavam difícil situação financeira em decorrência da falta de oportunidades de trabalho como declararam alguns depoentes sobre o período que compreendeu o fim da década 1930 e início da década de 1940:

No Pará e Campestre [bairros de Itabira], que tinham assim... casas mais humildes, quase não tinha casa aberta mais e o povo tava todo indo para Nova Lima. O chique era ir pra Nova Lima trabalhar. Porque era gente simples; arranjava emprego lá nas minas do Morro Velho e ia pra lá. Itabira não tinha emprego, não, gente! Tudo fechando em Itabira. Impressionante! (Ex-professora, 78 anos).⁷

Porque a cidade tinha aí um grupo de rapazes e, na época, pra trabalhar, tinha que sair daqui pra outros lugares: Nova Lima, Belo horizonte, São Paulo, porque não tinha nada pra fazer aqui [...] (Antigo morador, 90 anos).⁸

⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte: 09/01/08.

⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

De acordo com os depoimentos acima, o trabalhador buscava mudar sua realidade ou, pelo menos, amenizá-la transferindo-se para outras localidades.

A difícil situação do trabalhador rural fez com que segmentos menos favorecidos da população, em decorrência da falta de oportunidade de trabalho, saíssem da região nos anos que compreenderam 1930 a 1945. A mecanização do campo, embora ainda incipiente, deixou em estado delicado a condição de sobrevivência do trabalhador rural. Tal situação de enfraquecimento econômico se estendia a toda economia do Estado de Minas Gerais. Verificou-se uma significativa diminuição nas exportações de café e na arrecadação de impostos de exportação, bem como o aumento da dívida pública e da corrente imigratória do Estado. Um jornal da cidade, datado de 1933, fala das condições do trabalhador no Estado de Minas Gerais:

Há no nosso estado, uma classe de todo abandonada pelos poderes públicos: a dos lavradores. Entretanto anda-se por aí a pregar as delícias do campo (...) Se o homem da cidade convivesse com o homem rural, demorasse os olhos na contemplação da vida que levava, do desamparo que lhe votam, em vez de inveja teria é piedade desse infeliz. [...] Não tendo meios para adquirirem máquinas, que custam os olhos da cara, se socorrem das ferramentas, rudimentares. Não tendo boa semente, vale-se da que encontram no paiol. [...] Sem escolas, sem estradas, sem o menor dos benefícios que abundam nos bairros mais pobres das cidades, o pobre rural trabalha de sol a sol para manter o conforto e o luxo dos protegidos da sorte. (JORNAL DE ITABIRA, *apud* BRAZ, 2000, p.33).

Diante de tal quadro, o campesinato dirigiu-se para as cidades, formando o proletariado que, aos poucos, substituía no mercado de trabalho os imigrantes europeus, cuja vinda para o Brasil estava cada vez mais em declínio. Em função da significativa oferta de mão-de-obra, baixaram-se os salários e agravaram-se as condições de vida dessa população. Aqueles que, por alguma razão, não puderam sair do campo, viviam sob o domínio dos proprietários de terra. E foi, principalmente, dessa condição de vida geradora do êxodo rural que surgiu a maior parte da mão-de-obra empregada pela Companhia Vale do Rio Doce.

No campo político, a cidade seguia o modelo social estratificado vigente no Estado com as oligarquias locais, tendo seu poder político fortalecido a partir do estabelecimento do federalismo oligárquico do sistema governamental republicano. Geralmente denominados “coronel” ou “major”, os líderes políticos realizavam conciliações com o governo republicano de modo a garantir-lhe votos suficientes em sua área de influência. Em troca, eram comuns as concessões de verbas para melhoramento das cidades. Foi nessa conjuntura que líderes de Itabira como o Coronel José Batista da Costa, presidente da Câmara Municipal, e seu sucessor, Dr. Alexandre Drummond, obtiveram as verbas necessárias à implantação da iluminação pública, entre outros serviços.

Foi ainda no início do século XX que os políticos locais preocuparam-se, de forma mais efetiva, em desenvolver o potencial de riqueza da região e consolidar a exploração maciça de seu minério de ferro. Desta forma, chegaria à cidade de Itabira o desejado desenvolvimento econômico.

Em 1907 o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil tornou conhecido um mapa sobre a distribuição das jazidas de ferro e manganês no Quadrilátero Ferrífero, que revelou a existência de reservas de ferro de grande qualidade em Itabira. Todo esse potencial só foi devidamente divulgado aos demais países por meio do XI Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, Suécia. A partir de então, a cidade passou a ser alvo de visitas freqüentes de investidores estrangeiros interessados na exploração do minério (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992).

As primeiras tentativas para se explorar em larga escala o minério de ferro da região datam de 1908, por intermédio da iniciativa de um grupo inglês denominado “Brazilian Hematite Syndicate”. O grupo pretendia aproveitar a recém-construída Estrada de Ferro Vitória-Minas para transportar o minério até o porto de Vitória, fazendo passar por Itabira a estrada de ferro em questão.

Contudo, as eleições presidenciais de 1910 trouxeram entraves à concretização desses planos. Os políticos locais que apoiaram a candidatura de Rui Barbosa – candidato da oposição – tiveram seus planos de instalação de uma via de comunicação na cidade prejudicados: “O governo de então, que já mandara proceder a estudos para dotar Itabira de um ramal ferroviário [...], ante o resultado das eleições, não pensou mais nisso, e Itabira só veio a ter estrada de ferro quase quarenta anos depois [...]” (ANDRADE, 1967, p.638).

Ainda em 1910, O “Brazilian Hematite Syndicate” associou-se a banqueiros ingleses, transformando-se na “Itabira Iron Ore Company”, que se estabeleceu no Brasil em junho de 1911.

Na década que se seguiu, a postura nacionalista do grupo político ligado ao então governador de Minas Arthur Bernardes ainda colocava entraves à exploração do minério na região pela “Itabira Iron Ore”. Estes defendiam a implantação da grande siderurgia em Minas Gerais, mas hesitavam em apoiar a exportação do minério de ferro. O grupo visava impedir o direcionamento das riquezas minerais da região para o exterior sem que o País não recebesse suas compensações. Entretanto, para os grupos interessados na exploração do minério de ferro itabirano, essa postura não era aceitável:

Para esses grupos sociais, era incoerente grande parte da população viver na extrema miséria sem perspectiva de renda se ao mesmo tempo o município possuía um valor incalculável de riquezas minerais que não podiam ser exploradas e aproveitadas em

benefício da população. Os políticos nacionalistas eram vistos como obstáculos ao progresso da região. (OLIVEIRA, 1992, p.29).

Na tentativa de resolver as questões concernentes ao desenvolvimento local e levar uma via de comunicação para a região, a administração municipal de Itabira uniu-se a representantes de outras localidades da região, organizando em 1927, na própria cidade, o “Congresso das Municipalidades do Nordeste Mineiro”. Esteve presente nessa data o Secretário de Finanças Gudesteu Pires, representando o então governador de Minas Gerais, Antônio Carlos. A principal preocupação centrava-se nas questões relativas ao desenvolvimento da região e, como premissa, o estabelecimento de uma via férrea, como esclarece em discurso o deputado federal Daniel de Carvalho:

Até agora, o grande meio de comunicação é a tropa, de modo que a zona não pode competir com outras regiões do paiz (*sic*) que correm a 60 kilometros por hora sobre os trilhos das estradas de ferro ou sobre o macadam das rodovias, quando ella (*sic*) marcha, ronceiramente, sobre o dorso do burro a 15 kilometros (*sic*) por hora. (CONGRESSO...,1927, p.08).

A esse respeito, a oitava (8^a) tese apresentada nesse Congresso revelava a necessidade de união política desses municípios em prol de seus interesses:

Argumentavam em seu parecer que uma zona com 500 mil habitantes não podia continuar incapacitada de progredir porque o Estado não lhes dava os meios de comunicação. Seria conveniente que os municípios do Nordeste Mineiro se congregassem politicamente e dentro do Partido Republicano Mineiro formassem um bloco coeso capaz de influir na escolha de seus candidatos e na política geral do Estado. (OLIVEIRA, 1992, p.29).

De acordo com esses políticos, seria por meio do desenvolvimento da comunicação viária que o progresso chegaria à região. Desta forma, os municípios em questão firmariam apoio político ao governo estadual sempre que este estivesse comprometido em solucionar as questões das vias de comunicação do Nordeste mineiro. O apoio seria retirado quando não houvesse interesse na solução desses problemas. A conclusão da construção da estrada de ferro que ligaria a região a outras áreas do País era imprescindível nesse contexto. Contudo, nenhuma solução significativa foi encontrada nos anos que se seguiram.

Em 1934, a visita do Ministro da Agricultura, Juarez Távora, e do Secretário da Agricultura de Minas, Israel Pinheiro, às minas de Itabira, pertencentes a “Itabira Iron Ore”, levou novo fôlego às tentativas de exploração em larga escala do minério de ferro. Israel Pinheiro declarou que a exploração das jazidas de Itabira por grupos estrangeiros dependia da solução do governo federal. Contudo, o “Código das Minas”, estabelecido um mês após a visita supracitada, determinou a apropriação das reservas minerais pelo governo federal, impedindo que os estados e os municípios tomassem qualquer decisão relacionada à concessão de lavras, utilização ou instituição de imposto sobre o minério. Além disso, setores

do governo reivindicavam a implantação de uma siderúrgica no País para que então se explorasse e exportasse o minério de ferro.⁹ Os políticos locais ficaram, assim, impedidos de determinar a forma de utilização e aproveitamento de riquezas minerais da região.

No contexto de um novo modelo de governo que emergiria a partir da década de 1930, cujo propósito foi modernizar o País, as questões relativas à exploração do minério de ferro na região foram solucionadas com a criação da Companhia Vale do Rio Doce.

3.2 Itabira: a perpetuação das tradições

Feliz a terra, como a nossa, onde o passado sobrevive nos costumes e nos sentimentos dos homens.

(Antônio Alvim)

Hoje, amanhã, daqui a cem anos, como há cem anos atrás, uma realidade física, uma realidade moral, se cristalizaram em Itabira.

(Carlos Drummond de Andrade)

Os trechos acima evidenciam como Itabira era percebida na década de 1930 por alguns de seus “filhos”: uma cidade profundamente ligada ao passado. O núcleo primitivo dessa “velha” Itabira – datado de 1720 – estabeleceu-se no fundo de um vale onde o ouro podia ser encontrado mais facilmente. Anos mais tarde o local ficou conhecido como “Praia do Rosário”.

Por essa mesma época, estabelecia-se nos terrenos da atual fazenda do Gaspar, segundo uma tradição corrente, o casal Bastos-Senhorinha, ele português, ela paulista, filha do grande Amador Bueno. Dessa primitiva semente, brotaram, crescidos e multiplicados ramos de itabiranos. Eram farsantes e cômicos os primeiros habitantes de nossa terra. (ALVIM, 1933, p.09).

No período anterior à exploração aurífera, segundo Emília De Caux – uma antiga moradora de Itabira –, havia fazendeiros e índios na região, contudo o povoado nasceu de fato na época da mineração (DE CAUX, 1996).

Ao povoado e ao espaço físico que se foi constituindo nesse período, o poeta Carlos Drummond de Andrade denominou: “A primeira Itabira, a Itabira do ouro” que “[...] não tinha outra forma senão a que lhe traçavam a ponta do pé, os desbravadores sequiosos, na sua exploração insensata e ruínosa das lavras [...]” (ANDRADE, 1933, p.06).

⁹ Em território mineiro, pequenas empresas siderúrgicas foram fundadas ao longo da década de 1920, passando, aos poucos, a ser incorporadas pelo capital estrangeiro. Contudo, a questão siderúrgica nacional ainda não estava resolvida. A Belgo (siderúrgica localizada em Minas Gerais) não supria à demanda de perfis pesados, sendo necessária a importação destes (DINIZ, 1978).

A estrutura da sociedade obedecia à seguinte ordenação: em posição de privilégio estavam os brancos, em geral comerciantes, eclesiásticos, fazendeiros, funcionários públicos e mineradores. Em posição intermediária estavam os mulatos, ocupando diferentes atividades urbanas. E, por fim, os negros escravos, que exerciam diversas atividades na área doméstica e na produção.

Desenvolveu-se, nesse povoado, uma forte tradição religiosa ligada ao catolicismo. Ainda na década de vinte do século XVIII, às ordens monásticas regulares – jesuítas, franciscanos, carmelitas – foi vetada a presença e fixação na capitania das Minas Gerais, sendo-lhes proibidas as construções de conventos e mosteiros na região; isso porque a Coroa portuguesa lhes atribuía papel relevante nos choques e desafios ao poder real. A Coroa suspeitava, ainda, que tais religiosos, principalmente os frades, fossem os responsáveis por desvios de ouro e diamantes e pelo incentivo ao não pagamento dos impostos (HOLANDA, 1968). A proibição às atividades do clero regular incentivou o aparecimento das irmandades religiosas leigas. Em Itabira, surgiram as irmandades Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário e a Ordem Terceira de São Francisco de Assis. De acordo com Jussara França, cada irmandade representava uma classe social. Os negros da localidade associavam-se à irmandade de Nossa Senhora do Rosário:

[...] isso oferecia-lhes condição de união e defesa, de agir como criatura humana e conviver socialmente com pessoas de sua própria raça e cultura dando-lhe vazão às tendências místicas, ao sentimento religioso e permitindo-lhe a dignidade de um enterro cristão. (FRANÇA, 1988, p.13).

A competição entre essas irmandades e o desejo de cada uma delas em possuir sua própria igreja culminou com um grande número de belas igrejas e edificações de templos religiosos na cidade. E foi justamente na arquitetura religiosa que a cidade conheceu a maior de suas manifestações artísticas, destacando-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, cujo teto da capela-mor, ainda hoje, ostenta uma pintura atribuída a um discípulo do mestre Athaíde, como mostra a Figura 1.



Figura 1: Teto da igreja do Rosário
Fonte: Turismo em Itabira, 2008.

Diferentemente de outras localidades do Estado que enfrentavam decadência na mineração, no início do século XIX, Itabira era um dos distritos que mais ouro produzia e, por essa razão, segundo Saint Hilaire:

[...] a povoação de Itabira se achava numa fase de notável esplendor. Nada aí fazia lembrar esse ar de decadência que aflige o viajante quando percorre os arredores de Vila Rica, ou mesmo quando atravessa as povoações dos Inconfidentes, Camargos, Catas Altas. Havia aí muitas casas lindas de sobrado, e construía-se novas, apesar de enormes dispêndios que era necessário fazer para retirar madeiras dos morros vizinhos. Quase todas eram construídas de braúna, madeira que se conserva tão bem que se considera incorruptível; as peças que formavam o arcabouço das construções repousavam sobre alicerce de pedra; os tetos avançavam talvez um pouco menos do que os de Vila Rica e as janelas se superpunham umas as outras, como no Rio de Janeiro. (SAINT HILAIRE, 1938, p.239).

Em função do desenvolvimento econômico, várias famílias da elite procuraram investir na educação de seus filhos enviando-os para estudar em outras cidades e, até mesmo, outros países. Após o período de estudos, muitos retornavam a Itabira repassando alguns de seus conhecimentos aos demais. Constituiu-se, assim, na localidade, uma elite erudita que se reunia constantemente para debater questões ligadas à filosofia, literatura, política, entre outros temas. O empenho do itabirano, e dos mineiros em geral, para o estudo foi assim descrito por Saint Hilaire:

Durante minha demora em Itabira recebi a visita da maioria dos habitantes. Vi, entre outros, o capellão (*sic*), que comprehendia (*sic*) muito bem o francez (*sic*), e que me surprehendeu (*sic*) com o conhecimento que tinha de nossa littratura (*sic*). Em geral, por todo o districto (*sic*) encontrei muita gente que comprehendia (*sic*) bem nossa língua, não obstante os escassos meios que dispunham para apreendê-la, o que contribui para provar a facilidade que os habitantes de Minas têm para o estudo. (SAINT HILAIRE, 1938, p.247).

Além da língua francesa, muitos itabiranos falavam latim e grego (DE CAUX, 1996).

Contudo, boa parte da população achava-se à margem da tranquilidade de vida experimentada pelas elites. A crise econômica verificada em fins do século XIX colocara em difícil situação a população trabalhadora que vivia em precárias habitações, tendo sua saúde debilitada e enfrentando a ausência de assistência médica, o que resultou em altos índices de mortalidade (FRANÇA, 1988).

O hospital local foi fundado nesse período, mais precisamente em 1854, pelo Monsenhor Felicíssimo (sacerdote da cidade), com o nome de Hospital de Misericórdia, passando a denominar-se Hospital Nossa Senhora das Dores em 1859.

Por esses tempos, a cidade já possuía sua própria imprensa representada pelos jornais “O Correio de Itabira” e “Cidade de Itabira”. Assuntos políticos, econômicos, acontecimentos sociais, literatura, entre outros temas ocupavam espaço em suas páginas.

No limiar do século XX, Itabira contava com pouco mais de seis mil habitantes e, no que concerne à paisagem urbana, a arquitetura pouco mudou desde o período da exploração aurífera: as casas coloniais típicas ainda marcavam a paisagem. Mesmo as construções datadas do século XIX obedeciam, ainda, à arquitetura colonial. Assim descreveu Guimarães esse tipo de construção:

A estrutura das casas é de madeira apoiadas ou não em alicerce de pedra. A madeira fornecida pelas matas do lugar foi material de construção de largo emprego. Além de usada na estrutura das casas, servia para o assoalho de tábuas largas ou estreitas. Nos sobrados apoiados nos barrotes, vinham os pisos do pavimento superior também de madeira. Os forros são de madeira ou taquara trançada. Também as escadas interiores são de madeira. As paredes são de pau-a-pique e (taipa de sebe) de taipa socada e sua tecitura pode ser observada em algumas construções em ruínas. As janelas, de guilhotina quase sempre, são envidraçadas, em xadrez, com pequenos

quadrados, fato que se explica pela necessidade do acondicionamento e transporte dos vidros, em muares, por estradas acidentadas. Predominam os telhados de quatro águas e os beirais são amplos, protegendo as paredes contra as águas das chuvas. Como nos casos das cidades congêneres, os sobrados apresentam varandas, sacadas e balcões, porém mais modestos que os de Ouro Preto. (GUIMARÃES, 1961, p.109, 110).



Figura 2: Sobrado pertencente ao Coronel José Batista. Itabira, 1913.

Foto: Brás Martins da Costa

Fonte: LODI, 1999, p.33

Na fotografia acima, vê-se o sobrado que pertenceu ao Coronel José Batista – construído aproximadamente em 1850 –, obedecia ainda à arquitetura colonial. Segundo Reis Filho (1995), a arquitetura do período colonial definia-se pela ocorrência de residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas sobre os limites dos terrenos. As paredes são simples, de pau-a-pique, adobe ou taipa. Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. No sobrado o chão era de assoalho, sendo que o andar térreo normalmente era utilizado como loja. A casa térrea, por sua vez, possuía piso de chão batido. As habitações

marcavam os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza, uma casa de chão batido, pobreza.

Tais casarões se encontravam em ruas estreitas e tortuosas, característica bem comum às cidades de mineração do Estado de Minas Gerais (GUIMARÃES, 1961). Itabira, porém, diferia de outras localidades por ser a única a possuir ruas com calçamento de minério de ferro. Muito embora o governo municipal concedesse nomes específicos às ruas, a população as chamava por seus nomes originais, relacionados à origem de fatos conhecidos, a pessoas ou grupos de pessoas, como por exemplo, a rua: “[...] de Sant’Ana, do hospital, do Rosário, dos Padres, Direita, do Bongue, das Flores, de Baixo, do Corte, de São José, de Sto. Antonio, d’Água Santa, da Saúde, de Traz, do Pará, dos Monjolos, do Cascalho, Porcos.” (ENGRÁCIA, *apud* GUIMARÃES, 1961). Nessas ruas, nesses casarões localizados no centro da cidade, vivia a aristocracia.

“Itabira dos trinta, era uma cidade amável e pacata. A sua topografia acidentada dava-lhe um aspecto de presépio. Ruas tortuosas calçadas de ferro, grimpavam a serra, com seus velhos sobrados coloniais, arrimando-se uns aos outros.” (ALVIM, 1980, p.11).



Figura 3: Vista panorâmica de Itabira no início do século XX.

Foto: Brás Martins da Costa

Fonte: SANA, 2000, p.54

Os trabalhadores – em sua maioria ex-escravos – viviam em espaços geralmente localizados fora do centro da cidade, em áreas menos valorizadas constituídas de casas simples e ruas sem qualquer infra-estrutura.

Parte dessa população carente foi estabelecida no bairro Pará em 1932, pelo então prefeito Antônio Linhares Guerra. O bairro possuía algumas poucas casas feitas de taipa, onde “[...] residiam, entre outros moradores, exímios ferreiros, que fabricavam freios, turquês, martelo, que eles mesmos cardeavam [...]” (FERREIRA, 1999, p.75,76). Havia nesse bairro uma importante fonte de águas utilizada pela população para as mais diversas atividades. Certo trecho do Hino de Itabira fala acerca dessa fonte afirmando que: “[...] quem de sua água bebe/ não se esquece mais de lá.” (POR UMA..., 1993, p.16). Este era o único local onde os habitantes do bairro tinham acesso à água potável até a década de 1940, quando a Companhia Vale do Rio Doce construiu ali residências para seus funcionários e providenciou a canalização do sistema de água.

Outro local que abrigava a população carente era o bairro Campestre. De acordo com o historiador itabirano Tôrres, aqueles que habitavam o Campestre assemelhavam-se a um povoado africano, pois seus moradores eram principalmente negros das minas. “E desse lugar em diante devemos ter cuidado, pois qualquer moita pode esconder um sarilho velho ou mina derruída, deixando ver a galeria abandonada, triste como fratura exposta.” (TÔRRES, *apud* GUIMARÃES, 1961, p.128). O historiador referia-se às minas antes exploradas por homens em busca de ouro naquela localidade.

Nesse período, os meios de comunicação com outras localidades por estradas de terra eram precários e a administração pública não dispunha de recursos financeiros para o investimento em estradas. Em um discurso proferido por ocasião do centenário da elevação de Itabira à Vila, o professor Antônio Alvim¹⁰ falou acerca da dificuldade de comunicação de Itabira com outras localidades. Explicou que antigas rotas de ligação entre algumas cidades se estabeleceram em função do importante desenvolvimento econômico dessas cidades. De Vila Rica para o Tejuco, “o grande empório de diamantes,” havia dois caminhos: “do mato dentro” e “do campo” (às Margens do Rio das Velhas) e como em Itabira não havia rio de importância, afirma, “[...] este rincão ficava um pouco fora das antigas rotas. Nos primeiros tempos, como ainda hoje, nossa terra ficava um pouco fora dos caminhos do mundo.” (ALVIM, 1933, p. 10). E, por esse motivo, Drummond de Andrade a chamou de “cidade

¹⁰ Antônio Camilo de Faria Alvim (1905-1978). Este itabirano foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da UFMG, onde foi professor catedrático por doze anos e chefe do Departamento de História. Exerceu também o cargo de prefeito de Itabira entre novembro de 1937 e dezembro de 1939. (ATLAS DE ITABIRA, 2006).

sitiada”, onde as esperanças da chegada das estradas de ferro Central e Vitória a Minas ainda eram apenas esperanças (ANDRADE, 1967).

Os meios de comunicação com amigos ou parentes distantes também eram modestos, feitos por cartas ou telégrafo, uma vez que a cidade não possuía telefone.

Quanto à iluminação pública, sabe-se que foi implantada em 1915, e a energia elétrica somente na década de 1930, estando disponível o fornecimento apenas no período da manhã, entre às 11 e 12 horas, pois a capacidade da usina hidrelétrica não era suficiente para atender a demanda da cidade.

O primeiro automóvel chegou à cidade em 1925 e pertencia a um morador chamado Francisco Osório de Meneses. O carro, muitas vezes atolado em lamaçais com seu motor barulhento, chamava a atenção da população: “Foi um sucesso: ninguém o conhecia, era uma honra entrar nele”, declarava um informativo local (CENTENÁRIO..., 1948a, p. 04).

Na área educacional, a cidade se destacava com suas escolas que atraíam estudantes de várias localidades do Estado de Minas Gerais como a Escola Municipal Coronel José Batista – o segundo grupo escolar do Estado –, fundada em 1907. Havia uma Escola Oficial Normal, para moças e rapazes carentes. Porém, o governo do Estado providenciou o encerramento das atividades dessa instituição em 1937, transferindo-a para São Gonçalo do Sapucaí em 1938 (CENTENÁRIO..., 1948a), retornando a Itabira apenas na década de 1950. Funcionavam, ainda, os Colégios Sul Americano e Nossa Senhora das Dores, fundados respectivamente em janeiro e fevereiro de 1923. Este último, de religiosas francesas, caracterizado pela rígida disciplina, contava com um internato para moças onde, além das atividades acadêmicas, desenvolvia-se o lado religioso e artístico das estudantes.

As moças, após longos períodos de estudo, deveriam dedicar-se ao trabalho doméstico e ao cuidado da família; não lhes sendo recomendado o trabalho fora do lar. Todavia, verificou-se, no período, a ocorrência do trabalho feminino nas indústrias têxteis locais em um número ligeiramente superior ao masculino – 22 mulheres e 15 homens. Eram mulheres pobres que, necessitando trabalhar para sustentar-se, desempenhavam as funções de tecelãs e fiandeiras (FIG.4). O trabalho era vigiado de perto por uma funcionária que exercia a função de “disciplinadora”, no intuito de garantir o bom comportamento das mulheres (MAGALHÃES, 2006).



**Figura 4: Grupo de operárias e meninas do núcleo fabril da Cia. União Itabirana. Itabira, 1904.
Foto: Brás Martins da Costa
Fonte: MAGALHÃES, 2006, p. 103.**

Como explica Rago, no Brasil do início do século XX, eram comuns o emprego de mulheres pobres nas indústrias têxteis em serviços que possuíam pouca mecanização como a fiação e a tecelagem. Esse trabalho, contudo, era visto com hostilidade no interior da sociedade. As trabalhadoras pobres eram consideradas ignorantes, irresponsáveis, incapazes e associadas à imagem de perdição moral, de degradação e de prostituição. Acreditava-se que o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família (RAGO, 1997). No caso específico de Itabira, ainda que visto com hostilidade, o emprego na indústria têxtil foi a única opção de sustento de várias moças pobres e mulheres desamparadas como viúvas e mães solteiras. (MAGALHÃES, 2006).

No campo social, no que se refere aos esportes na década de 1920, havia alguns clubes amadores na localidade, como o Democrata e o Apolo e, ainda, um time organizado oficialmente, o Éden Futebol Clube. Este último, mais tarde, em função de desentendimentos entre os participantes, deu lugar ao Clube Atlético Itabirano. Este era famoso pela promoção dos bailes de carnaval e horas dançantes realizados em sua sede. Toda a sociedade itabirana sentia-se honrada em participar desses eventos nos quais se tocavam desde valsas até músicas

populares. Na década de 1930, surgiram os times amadores Cauê Futebol Clube, o Itabirano e o Gabiroba (FERREIRA, 1999).

Concentrando-se, ainda, no campo social, cabe aqui destaque aos famosos “footings” da Rua Tiradentes. Tratava-se de um tipo de paquera entre os jovens, feita enquanto caminhavam pelas ruas da cidade. De acordo com Azevedo, essa prática provavelmente foi trazida de Londres ou Paris e introduzida no Brasil na primeira década do século XX. Entre o início da década de 1930 e meados da década de 1960, o “footing” tornou-se a ocasião favorável para encontros entre moças e rapazes em pequenas cidades (AZEVEDO, 1986).

Em Itabira, as moças, ao se prepararem para o *footing*, recorriam a artifícios para chamar a atenção dos rapazes trajando-se elegantemente e usando sapatos de salto. Envolvidos em longas conversas, os casais de namorados ou noivos andavam de um lado a outro em uma caminhada entre as ruas Dr. Alexandre Drummond e Tiradentes. Encostados em um “paredão” localizado à Rua Tiradentes, os rapazes solteiros observavam as moças que caminhavam buscando uma “troca de olhares”.¹¹

Nesse período, perpetuando os costumes de suas famílias, não era considerado de bom tom que moças saíssem com seus noivos ou namorados desacompanhadas. Estas eram observadas de perto por algum membro da família. “Tradicional e conservador” foram descritos os rígidos costumes da sociedade por alguns de seus antigos habitantes:

Nossa senhora! Não podia dar a mão! Eu dei a mão a meu futuro marido num dia de cemitério. Cê já pensou? Uai... foi a oportunidade que teve e que meu irmão deixou... então foi nessa ocasião. Triste ocasião. [...] Para eu ir ao cinema com meu noivo, foi preciso uma empregada ir conosco. Tudo muito tradicional. (Ex-professora, 88 anos).¹²

O povo era muito conservador das coisas. Você não podia, por exemplo, ter uma namorada e dar ela a mão; cê era condenado, né! (Antigo morador, 90 anos).¹³

No que se refere aos casamentos, para certos estratos da população, este era um acontecimento social de grande relevância, envolvendo vários interesses e, portanto, estabelecendo um círculo limitado, sendo comuns as uniões entre parentes. A vida urbana, por seu turno, tornou possível a reunião mais freqüente dos membros de uma mesma família reforçando os laços de amizade pela regularidade das visitas: “Casavam-se parentes com parentes, né! Porque era afinidade, eram os que freqüentavam as casas da gente. Não tinha gente de fora, também, né...” (Ex-vereador, 86 anos).¹⁴

¹¹ A prática do “footing” em Itabira prosseguiu firme até a década de 1950 quando progressivamente foi perdendo sua força.

¹² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 11/06/07.

¹³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

¹⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

Esta sociedade se mostrava amplamente hospitaleira, como declarou uma depoente ao afirmar que “o itabirano acolhia muito bem o povo de fora.” (Ex-professora, 80 anos).¹⁵ A afirmação foi confirmada pelo professor Alvim quando explicou que, assim como nos tempos coloniais, os hotéis eram quase inúteis, pois o povo itabirano em sua “franca e cordial” hospitalidade convidava os viajantes a hospedarem-se em suas próprias casas (ALVIM, 1933).

E, em meio aos locais e atividades que caracterizavam a cidade, Carlos Drummond de Andrade relembrou a rotina urbana na velha Itabira do início do século XX:

Na nossa rua apenas passavam as pessoas que iam assistir à chegada das matas no Correio, espetáculo diário e maravilhoso, pelo humorismo que nele sabia pôr o velho agente Fernando Terceiro; as pessoas que iam reconhecer firmas no tabelião Barnabé; e algum vago transeunte, em demanda da Rua de Santana, algum vago moleque, que ia atirar pedras na casa de Didina Guerra (às vezes, eu aderiria cinicamente a esse moleque). Nos dias de júri a curiosidade das tragédias e das humilhações alheias punha um enxame de criaturas no Fórum, perto de nossa casa: mas nós íamos caçar passarinho ou tomar banho na Prata do Rosário, onde uma bica nos dava a impressão de catarata doméstica, submetida aos nossos desejos. (ANDRADE, 1933, p.06).

A rotina local era muitas vezes interrompida por acontecimentos no campo cultural, como o teatro, o cinema e as bandas de música. O teatro, construído ao lado da Praça da Matriz no início do século XIX, foi bem recebido pela população. Segundo Braz (2000), os espetáculos antes apresentados ao ar livre poderiam ali ser mais bem encenados devido à estrutura montada. Este contava em geral com a presença de grupos amadores (ANDRADE, 1967) não lhe sendo, porém, privado de contar em alguns momentos com a presença de atores consagrados no País.

Havia, ainda, bandas de música como a Henrique Dias, Santa Cecília e a Euterpe Itabirana (FIG. 5), esta última fundada em 1863 por Emílio Soares. Tais bandas se apresentavam em festas religiosas ou em acontecimentos organizados pela sociedade local. Além das bandas, a música também podia ser ouvida através dos jovens enamorados que faziam, em certas ocasiões, serenatas para as moças até a meia-noite.

¹⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte: 09/01/08.



Figura 5: Banda Euterpe Itabirana. Itabira: fins do século XIX.
Foto: Brás Martins da Costa
Fonte: FRANÇA, 1988, p.144

O cinema, inaugurado em 1911, exibia ainda os filmes mudos. Drummond de Andrade explicou que as sessões apenas começavam quando as melhores famílias tinham chegado. (ANDRADE, 1967). “Era mais que primitivo esse cinema. A tela precisava ser molhada na hora da projeção; as fitas eram de Max Linder ou Francisca Bertini, e de regra a gente dormia no meio delas. Saudosos tempos!” (ALVIM, 1933, p.10). Posteriormente, na década de 1930, os filmes passaram a ser exibidos com sons. Havia um intervalo durante suas exibições para que se pudessem trocar os rolos dos filmes.

Nas casas, as famílias promoviam bailes ao som de pianos. “Eram todos uma família só, que se reuniam para conversar, dançar, trocar conhecimentos.” (DE CAUX, 1996, p.07). Em boa parte das residências tradicionais, havia pianos de marcas européias, fato relatado com orgulho por itabiranos mais antigos, fato que, para esses moradores, revelava certo refinamento cultural da população.

No campo cultural, deve-se mencionar a ocorrência de uma língua diferente falada em Itabira: a “guinlagem de comaco”, ou seja: a “linguagem de macaco”. A origem precisa desse tipo de linguagem ainda é desconhecida. Afirmam alguns que teve início a partir da presença

dos ingleses na cidade, pois os itabiranos que conviviam com os estrangeiros – em geral trabalhadores –, não querendo se fazer compreender por esses, ou por outros forasteiros em geral, trocavam as consoantes de lugar (MAYRINK, 2002). Assim, a título de ilustração, Itabira torna-se “Ibatira”.

Ainda no que se refere ao campo cultural, cabe aqui destaque para as obras-primas do artista itabirano Alfredo Duval e, dentre elas, um chafariz em forma de mulher, chamado “Aurora”. Segundo Clóvis Alvim, havia até um ditado popular na cidade para quando alguém estava sendo aborrecido por outro: “Ora, vá mamar na Aurora” declarava o sujeito alvo de provocações (ALVIM, 1980, p.12).

O referido artista, como funcionário da prefeitura e encarregado do serviço de água da cidade, realizou a confecção de vários chafarizes em diferentes locais onde as pessoas buscavam água. Era, ainda, denominado “santeiro” em função de seu trabalho na confecção de imagens de santos que ornamentavam as igrejas locais (FIG. 6). Trata-se de uma figura popular no imaginário da cidade ainda nos dias de hoje.



**Figura 6: Alfredo Duval. No detalhe algumas imagens de santos confeccionadas pelo artista. Itabira: [s.d.]
Fonte: Viva Itabira, 2008.**

A importância deste artista, que com suas obras habitava as expressões populares, também foi registrada pelo poeta Carlos Drummond de Andrade:

Meu santeiro anarquista na varanda/ da casinha do Bongue, maquinando/ revoluções
ao tempo em que modelas/ o Menino Jesus, a Santa Virgem/ e burrinhos de todas as
lapinhas; / [...] Perdura no frontispício do Teatro, / a água que lá fixaste sobre o

globo azul da fama, / no total desmaio / do teu, do nosso tempo itabirano?
(ANDRADE, 1973a, p.129).

Em seu poema “Confissões de Itabirano”, Drummond fez novamente referência a Alfredo Duval, bem como outros importantes traços que caracterizavam a cidade:

[...] De Itabira touxe prendas diversas que ora te ofereço, / esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil, / Este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval, / este couro de anta/ estendido no sofá da sala de visitas, / este orgulho, esta cabeça baixa [...] (ANDRADE, 1967, p.102).

Note-se, neste poema, que Drummond também fez alusão ao “ferro”. O minério de ferro marcava significativamente a vida do itabirano e fora lembrado também em um trecho do hino da cidade: “Ela [Itabira] tem três altas serras/ com a Serra do Esmeril, / o seu ferro é dos melhores, / é o primeiro do Brasil” (POR UMA..., 1993, p.16). Além de utilizado nas forjas, cobria as ruas de Itabira constituindo-se um traço da identidade local, como ilustram os trechos a seguir:

Alguns anos vivi em Itabira. / Principalmente nasci em Itabira./ Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro./ Noventa por cento de ferro nas calçadas./ Oitenta por cento de ferro nas almas. (ANDRADE, 1967, p.101).

Eu acho que nós todos temos um pouco de ferro nas almas, todo itabirano. Aquelas calçadas de ferro, aquelas pedras de ferro... aquilo marcava muito a infância da gente. Porque quando chovia e vinha o sol, aquilo brilhava!” (Ex-professora, 78 anos).¹⁶

O minério de ferro podia ser encontrado em quantidade significativa em outro importante símbolo da cidade: o pico do Cauê. (FIG.7). Na realidade, Cauê não é seu nome original. Esta denominação foi-lhe concedida pelos escravos que trabalhavam em suas minas. Na língua dos escravos, Cauê significava “morro queimado”, em função do aspecto acinzentado que lhe conferia a hematita. O nome oficial é “Pico de Itabira”, que significa “pedra levantada” ou “erguida”, na linguagem indígena.

¹⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte: 09/01/08.



Figura 7: Pico do Cauê. Itabira, 1920.
Fonte: Atlas de Itabira, 2006, p.77.

“O itabirano se identificava com o pico e projetava nele suas qualidades e defeitos [...] O Cauê falava, ou calava-se, conforme as circunstâncias. Mudo como o Cauê. Soberbo como o Cauê. Lá está ele, imperecível no Brasão da cidade” (ALVIM, 1980, p.22) como mostra a Figura 8.



Figura 8: Bandeira de Itabira.
Fonte: Turismo em Itabira, 2008.

A “cidade do ferro”, em função do número reduzido de habitantes, permitia aos moradores cultivar relacionamentos mais próximos uns com os outros, como explica um dos entrevistados:

Itabira era uma cidade do interior [...] uma coisa muito gostosa! Todo mundo conhecia todo mundo. Não precisava bater nas portas das casas, a gente podia entrar naturalmente, porque todo mundo era conhecido e amigo. (Ex-vereador, 86 anos).¹⁷

No campo religioso, o marco das festas na cidade era a Semana Santa, quando, além das encenações de peças religiosas, ocorriam ainda várias procissões (FIG. 9). “As mais concorridas eram as do Encontro e Enterro. Distribuíam-se cartuchos de amêndoas aos “anjos” que faziam parte do cortejo” (FERREIRA, 1999, p.212). O itabirano Antônio Alvim conta, saudoso, sobre as procissões da Semana Santa:

A Semana Santa era a festa máxima. Gente de dez léguas ao redor enchia a cidade para ver a procissão de Ramos, do Encontro, Lava-pés, Via-sacra, procissão do Enterro, Missa dos Pré-santificados e, por último, um domingo de Páscoa todo cheio de gloriosas cerimônias de ressurreição, com um pequeno intervalo de folia no sábado em que um Judas, de pano, era fuzilado na praça pública por mil balas. (ALVIM, 1933, p.10).



Figura 9: Procissão. Itabira, início do século XX.
Foto: Brás Martins da Costa
Fonte: Atlas de Itabira, 2006, p.89.

¹⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/07.

A procissão de *Corpus Christi* movimentava toda a cidade com as bandas de música, os militares, as associações religiosas e os estudantes: “Nas festas de *Corpus Christi*, quando eu estudava aqui no colégio, as alunas todas acompanhavam a procissão de uniforme, as irmãs de lado, sabe?” (Escritora, 80 anos).¹⁸ Em diferentes locais da cidade, o padre “dava a bênção” em altares ornados pelas famílias itabiranas.

Além das comemorações da Semana Santa e de *Corpus Christi*, havia festas nos meses consagrados à Maria e à festa da padroeira local no mês de outubro. Os ex-escravos organizavam as festas de marujada e reisado.

O ressoar dos sinos que saíam fortes do alto das torres das igrejas configuravam-se em uma das formas comuns de controle do tempo naquele período. Anunciavam a hora das missas, das festas e “lamentavam pesarosos” o momento do enterro de algum cristão.

A cidade era, de fato muito, católica como a maioria dos municípios mineiros e havia certa discriminação com relação àqueles que não professavam a fé católica como Antonino Quatorze, o ourives da cidade, discriminado por ser protestante. Alguns depoentes falaram das discriminações sofridas por suas famílias:

No cemitério havia separação mesmo, sabe? E muitas vezes as pessoas que não tinham religião eram mesmo muito marcadas na cidade. Isso mesmo aconteceu com minha família, porque nós somos agnósticos. E muitas pessoas, quando meu pai pôs um comércio aqui, nem passavam perto inicialmente. (Ex-vereador, 86 anos).¹⁹

A discriminação religiosa era muito grande. Eram três espíritas em Itabira: meu pai, um tio dele e um amigo dele. E eles eram discriminados. Teve um padre lá que, quando chegava na hora da missa, ele falava assim: Não dêem serviço aos espíritas! (Ex-professora, 78 anos).²⁰

O padre, muito próximo aos fiéis, era uma figura presente em outras áreas da vida da comunidade, como registrou uma depoente: “O padre era de uma braveza fora do comum! Se ele visse a gente com um rapaz, ele contava a um da família.” (Ex-professora 88 anos).²¹ Isto revela a influência da Igreja sobre o comportamento comunitário

Além dos jornais que circulavam na cidade nesse período, como “A Itabira”, “Correio de Itabira” e “O Tempo”, circulavam também lendas e superstições contadas e recontadas entre os moradores. De acordo com alguns depoentes – e com a revista De Fato – uma serpente, cuja cauda estaria enraizada sob os alicerces da Igreja do Rosário e sua cabeça dentro do Pico do Cauê, ameaçaria a cidade de destruição total se o minério chegasse à total exaustão (BANDEIRA, 1993). Isso manifestava o medo de alguns itabiranos de a exploração

¹⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/07.

¹⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

²⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte: 09/01/08.

²¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/07.

do minério de ferro destruir a cidade. Em contrapartida, outros, ávidos pelo desenvolvimento, diziam que a cidade não progredia, porque havia uma cabeça de burro enterrada no Pontal – antiga fazenda da família de Carlos Drummond de Andrade.

E, desta forma, os valores e idéias da sociedade refletiam de forma profunda as características da vida social, assim como o conjunto de significados que a população foi produzindo ao longo de sua história. O que se depreende da exposição realizada neste capítulo é que a identidade em vigor em Itabira era uma identidade ainda bastante tradicional.

A tradição, segundo Giddens, “[...] é uma orientação para o passado de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente.” (GIDDENS, 1997, p.80). Ainda de acordo com o autor, a tradição está estritamente relacionada à identidade, uma vez que ambas pressupõem significado e recriação da constância através do tempo, uma clara genuína união do passado com o futuro antecipado.

No período anterior à implantação da CVRD na cidade, em diversas áreas, a localidade permanecia como no século anterior: repetiam-se os ritos religiosos católicos, superstições eram contadas e recontadas reforçando o imaginário da população; a sociedade, em sua forma rígida de organização, impunha suas formas de viver de geração a geração; e até mesmo a arquitetura pouco mudara preservando suas características coloniais. “Quem quiser antever o século XXI”, escreveu Antônio Alvim, “vá à exposição de Chicago. [...] O caminho de Itabira é, assim, o caminho que conduz ao passado, e vai nisso um elogio à minha cidade.” (ALVIM, 1933, p.10). E desta forma, falou o poeta, a cidade:

[...] continuava o mesmo aglomerado de casas desiguais, nas ruas todas grimpendo (*sic*) ladeiras. Um silêncio grave envolvia todas essas casas e impregnava de uma substância eterna, indiferente à usura dos materiais e das almas. Dessa maneira ela se preservava da destruição. [...] A cidade é paralítica. Mas da sua paralisia provém sua força e a sua permanência. [...] Tudo aqui é inerte, indestrutível e silencioso. A cidade parece encantada. E de fato o é. Acordará algum dia? Os itabiranos afirmam peremptoriamente que sim. Enquanto isso, cruzam os braços e deixam a vida passar. A vida passa devagar em Itabira do Mato Dentro. (ANDRADE, 1933, p.06).

Na estrutura tradicional das sociedades, nem todas as coisas são tradicionais. Na tradição, há espaço para o novo ou para o futuro, mas ele nada mais é do que uma linha contínua que envolve a permanência do passado no presente; não há um corte, uma ruptura profunda entre o ontem, o hoje e o amanhã; há, sim, um ritual (GIDDENS, 1997). Em Itabira, ainda algumas novidades fossem introduzidas com os anos, elas não foram capazes de promover uma ruptura significativa da cidade com seu passado, como explicou Alvim:

No entanto, as vibrações do mundo moderno que chegam até nós não impedem que Itabira seja, ainda hoje, a muitos respeito, uma cidade do século passado. Numa hora de vertiginoso progresso, quando os próprios entes humanos, como que se

transformam em máquinas, o itabirano ainda tem uma alma e nela ainda há lugar para o sonho. O rádio e o automóvel, formas de progresso que chegaram até nós não modificaram o espírito da cidade, que continua o do tempos idos, nem as virtudes do povo, “virtudes antigas”, o que não é uma expressão vazia de sentido. (ALVIM, 1933, p.10).

Desta forma, a cidade conseguia preservar-se da destruição – parafraseando Drummond – e manter sua identidade.

A modernidade, por outro lado, produz a descontinuidade (GIDDENS, 1991), ou seja, a ruptura com as tradições. Como um dos símbolos da “identidade nacional moderna”, a Companhia Vale do Rio Doce favoreceu movimentos de descontinuidades em Itabira como se verá no próximo capítulo. Por ora, apresenta-se a fala do Professor Antônio Alvim que, mesmo antevendo os acontecimentos das décadas posteriores, guardava a esperança do homem itabirano em ver mantidas as tradições de sua terra:

Um dia, quando o Cauê for derretido para as necessidades do mundo até a consumação dos séculos, essas ruas trepidarão na vertigem da era do aço. Mas peçamos a Deus que o rumor do progresso não apague as vozes antigas da ingênu e boa Nossa Senhora de Itabira do Mato Dentro... (ALVIM, 1933, p.10).

4 CAPÍTULO III – A INCORPORAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL MODERNA EM ITABIRA

A partir das reflexões sobre o discurso da modernidade e sua absorção pela sociedade civil no processo de construção da identidade brasileira, abordadas no primeiro capítulo, e do perfil histórico/identitário de Itabira até o início da década de 1940, analisado no capítulo anterior, objetiva-se, no presente capítulo, analisar o processo relativo à incorporação da “identidade nacional moderna” em Itabira.

A hipótese considerada pelo presente capítulo é que a “identidade nacional moderna” foi sendo incorporada ao imaginário social itabirano à medida que se desenvolvia o processo de modernização da cidade; o que não significou a completa eliminação das tradições locais.

É, pois, o percurso dessa trajetória de mudança identitária, tendo a Companhia Vale do Rio Doce como principal agente estimulante, que a análise a seguir busca recuperar.

4.1 Uma nova política: a cidade, o minério e seus senhores

Com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce no município de Itabira, o governo federal – de forma direta ou por intermédio da estatal – passou a exercer forte influência no município; rompendo, assim, com a estrutura tradicional de poder vigente na cidade. A presença da CVRD representava para a elite local a usurpação de seu espaço e a perda significativa do poder que até então detinha sobre a cidade. Houve, nesse contexto, por parte desse grupo, o sentimento de espoliação da riqueza natural do município – o minério de ferro – e a perda do poder político de determinar o destino e uso dessa riqueza, agora sob o domínio de uma empresa estatal, nova e poderosa.

Se por um lado a recuperação do direito à exploração das minas pelo Estado – em lugar das grandes empresas estrangeiras – condizia com as pretensões nacionalistas das elites dominantes nacional-desenvolvimentistas, o mesmo sentimento não foi compartilhado por todos os integrantes dos grupos dominantes de Itabira. A presença do Estado ocasionou o receio da contraposição entre as grandes dimensões do poder central e autoritário que emanavam do governo federal e a fragilidade do poder municipal para propor qualquer alternativa (MYNAIO, 1986). Estes últimos que desde o início do século XX buscavam a exploração em larga escala do minério de ferro, a partir da década de 1940, passaram a conviver não apenas com a exploração dessa riqueza, como também com a ingerência do poder estadual e federal no município.

A influência do governo estadual se confirmara, dentre outras formas, por meio do ato do Governador Benedito Valadares de conceder nova denominação ao município de Itabira pelo Decreto-Lei nº 839, de 14 junho de 1942:

[...] Considerando que o povo mineiro deseja prestar ao chefe da nação uma homenagem que assinala o entendimento que lhe trouxe essa importante resolução do seu benemérito governo [a criação da CVRD]. Considerando que o povo de Itabira deseja essa mudança [...] A cidade, Município e Comarca de Itabira passam a denominar-se Presidente Vargas. (BRASIL, 1942b).

Presidente Vargas; este seria o novo nome de Itabira em homenagem ao presidente que representava, nesse contexto, o “arauto da modernidade, da transição para uma sociedade onde a indústria, e não mais a agricultura, deve tornar-se o motor do desenvolvimento nacional.” (SOUZA, 2004, p.107).

Em face da nova nomenclatura de Itabira, o hino da cidade também sofreu alterações. A primeira estrofe que dizia: “Tem belezas minha terra/ Vou cantar na minha lira/ A primeira é mais sublime/ o seu nome é Itabira” precisou ser modificada para: “Tem belezas minha terra/ onde não existe mágoa. / O seu nome foi mudado/ para presidente Vargas.” (POR UMA..., 1993, p. 16 e 18).

Imediatamente após a alteração no nome da cidade, a inscrição “Presidente Vargas” já podia ser observada no letreiro da estação de trem da cidade, como mostra a Figura 10.



Figura 10: Estação de Trem. Itabira, década de 1940.
Fonte: Atlas de Itabira, 2006, p.83.

A homenagem ao presidente da república foi justificada para os pequenos estudantes itabiranos por meio de um livro, publicado em 1943, acerca da história de Itabira, no qual se exaltava a figura de Vargas e do governador do Estado, Benedito Valadares:

Vocês precisam saber que o problema da siderurgia só encontrou solução perfeita, entre nós, na presidência do grande estadista Sr. Getúlio Vargas. Foi por isso que o governo de Minas, prestando justíssima homenagem ao grande brasileiro, mudou o nome de Itabira para o de Presidente Vargas. [...] O nome do governador Benedito Valadares deve estar sempre vivo na memória de todos vocês. Esta cidade que se moderniza e progride incessantemente muito lhe deve. (TELL, 1943, p.14 e 16).

Esse tipo de publicação, associado a uma propaganda política mais ampla do governo, teve real impacto sobre os estudantes como demonstra o depoimento a seguir:

Quando eu estudava no grupo (nossa mãe!), era uma maravilha! Eu adorava o Getúlio! E os cadernos da gente... todos tinham a ilustração com o Getúlio Vargas! Era uma maravilha, sabe? [...] Em todo canto tinha uma foto de Getúlio, sabe? [Eu sabia a história de Getúlio toda! (Escritora, 80 anos).²²

É importante esclarecer que os discursos de engrandecimento ao governo e a favor da modernização alcançavam tanto os estudantes de Itabira como os de várias partes do Brasil. Capellato (1998) explica que, no período, a idéia de uma “identidade nacional” unificada ganhou destaque e, sendo assim, a unidade da nação, a expansão do território, o progresso e a modernidade eram alguns dos elementos postos em relevo nos livros didáticos.

Retomando as questões concernentes à ação política que deu nova denominação ao município de Itabira, é importante mencionar que vários telegramas de cidadãos itabiranos chegaram ao Jornal Minas Gerais como forma de expressar agradecimento ao presidente da república (ENTUSIASMADOS...,1942).

O então prefeito João de Oliveira Torres encaminhou o seguinte telegrama ao Governador Benedito Valadares:

[...] o povo itabirano congratula-se com v. excia. (*sic*) pela expressiva e merecidíssima homenagem, conferindo, em decreto histórico, a denominação de Presidente Vargas ao nosso município (ENTUSIASMADOS..., 1942, p.03).

A população itabirana foi descrita nos trechos acima como grata ao Presidente Vargas pela criação da CVRD e desejosa por homenageá-lo com a mudança de nome da cidade. Quando questionado acerca desse apoio conferido pela população ao ato do governo do Estado, um depoente declarou: “A maioria tava sempre com o poder. E o poder era o governo federal que determinava.” (Ex-professor, 78 anos).²³

Contudo, afirmaram alguns moradores que apenas uma pequena parcela da população conferiu apoio à alteração no nome da cidade, asseverando que, na realidade, fora um período

²² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/07.

²³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

de grandes insatisfações (DE CAUX, 1996). “Itabira infelizmente teve o “apelido” de Presidente Vargas durante muitos anos. Mas os verdadeiros itabiranos que eram contra relutavam em assinar o nome Presidente Vargas.” (Ex-vereador, 88 anos).²⁴ Quando questionado em uma segunda entrevista acerca de quem foram esses “verdadeiros itabiranos”, o depoente respondeu:

Os que não eram partidários de Getúlio. Esses itabiranos não aceitaram o nome e foi também uma das reivindicações a Milton Campos para voltar o nome Itabira. [...] A reivindicação foi feita mesmo pelos partidos: UDN e PR. Os outros ficavam indiferentes. (Ex-vereador, 86 anos).²⁵

Para além das controvérsias geradas acerca de tal fato, sabe-se que o nome “Itabira” marcava a permanência, a origem e a identidade local. A palavra Itabira, que como visto no capítulo anterior, vem do tupi e significa “pedra levantada”, refere-se, segundo o Padre Julio Engracia (1898), ao Pico do Cauê – a formação geológica rica em minério de ferro. O nome da cidade, portanto, liga-se intimamente ao minério de ferro e às origens do povoado. A mudança de nome significava, então, uma mudança de identidade e a perda de um traço forte que os caracterizava como itabiranos.

No intuito de preservarem sua identidade em meio às mudanças, houve uma campanha na cidade organizada pelo partido de oposição objetivando o retorno do antigo nome. Assim, durante a vigência do governo Dutra, em 05 de março de 1947, pelo Decreto-Lei nº. 2.430, a cidade voltou a denominar-se Itabira (BRASIL, 1947). Nessa conjuntura, segundo Carlos Drummond de Andrade, muitos daqueles favoráveis ao nome “Presidente Vargas” arrependeram-se e naquela ocasião de retorno ao nome Itabira souberam reconhecer a importância do nome e aplaudiram a decisão (ANDRADE, 1967).

A identidade, segundo Lucilia Delgado, “remete a um elenco de variáveis em permanente construção.” (DELGADO, 2006a, p.47). Sendo assim, ela é dinâmica, permeada por constantes processos de construção e reconstrução, permanências e rupturas. Desta forma, embora vários aspectos da identidade itabirana tenham, nas décadas que se seguiram, passado por mudanças, a relação de identificação de Itabira com o “ferro” definitivamente permaneceu. Transformou-se, porém, seu significado. Se anteriormente o minério representava uma beleza natural característica de Itabira, a partir da exploração feita pela CVRD, ele passou a representar o progresso itabirano. Para os mais jovens, nascidos na década de 1940, o minério associava-se aos interesses brasileiros e ao desenvolvimento de Itabira:

²⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/07.

²⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

O minério de ferro significava muito pra Itabira, porque, devido a ele, o pessoal precisou de armas na época e então veio a Vale no governo Vargas, né? Então o minério foi uma coisa substancial para nossa cidade estar como está hoje. Nossa riqueza! Tudo aqui baseia na riqueza da Vale, no nosso minério. (Antigo morador, 60 anos).²⁶

Jornais da época representavam o pico do Cauê como símbolo de progresso da cidade e, por decorrência, da nação: “Seu Cauê representa o cume do progresso e de fortuna que deverá tornar essa cidade cada vez mais célebre no Brasil e no mundo.” (MAGALHÃES, 1948, p.05).

Concentrando-se ainda nos aspectos políticos e na influência do governo federal na cidade, é fundamental mostrar que, a partir da década de 1940, os candidatos do PSD – partido do governo federal – ao governo de Itabira passaram a ser apoiados pela CVRD. Desta forma, muito embora em 1958 o partido de oposição tenha vencido as eleições em função de denúncias de irregularidades no governo, de modo geral, apenas os candidatos apoiados pela mineradora eram eleitos:

A Vale do Rio Doce era muito política. Tanto que, quando havia eleição, os cabos eleitorais da companhia traziam os eleitores dentro dos ônibus e despejavam eles já na boca da urna. Então, para nós que éramos da oposição era uma desvantagem muito grande. (Ex-vereador, 86 anos).²⁷

Semelhante fato torna-se mais evidente quando se constata que o presidente do sindicato da CVRD, entre 1958 e 1961, tinha acesso direto ao Presidente da República Juscelino Kubitschek: “Quando ele foi presidente da República, eu fiquei muito feliz, porque eu chegava lá e ele atendia a gente com toda presteza. Ligava pra Vale: ‘Olha, dá apoio ao Wilson, presidente do sindicato, [que] tá procurando aumento.’”. Afirmara que, diante da impossibilidade de acesso ao presidente, recorria ao vice João Goulart: “Eu tinha muito apoio do Dr. João Goulart na época por causa do sindicato [...]” – referindo-se ao aumento de salários. E prossegue:

Aí o João Goulart me chamou e falou: Wilson, eu tenho muita recomendação sua da Vale do Rio Doce, e você vai se candidatar a prefeito de Itabira [...] Candidata a prefeito de Itabira que eles elegem você, porque eu vou te ajudar. Você é meu prefeito operário. (Ex-presidente do sindicato da CVRD, 81 anos).²⁸

Observa-se, no trecho acima, que o entrevistado foi aconselhado a disputar as eleições para a prefeitura local, porque, com o apoio do governo federal, certamente seria eleito, fato este realmente ocorrido em 1962, quando o então presidente do sindicato que representava os

²⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

²⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/07.

²⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/07.

trabalhadores da CVRD – até 1961 – elegeu-se prefeito de Itabira com o apoio do governo federal.

Trata-se, pois, de um conflito, um choque administrativo. Os políticos e a população local tiveram de se submeter aos desígnios do governo federal e sua ingerência no município através da CVRD.

Ademais, a partir de 1942, a cidade tornou-se alvo de discursos elaborados no sentido de mostrar à população a importância da nova fase na qual Itabira estava prestes a adentrar em benefício de todo o País. Discursos como esses ocupavam as páginas do Jornal Minas Gerais, órgão oficial do governo, como se pode constatar a seguir:

Uma cidade é um organismo vivo, mas a cidade de Presidente Vargas, além dessa característica própria de todas as cidades, viverá o estrépito das máquinas, sentirá em si a pulsação dos motores, centralizará uma atividade que desborda do quadro comum, focalizará o Brasil entre as potências. O seu nome cruzará os mares, irá afirmar perante as nações mais poderosas a potencialidade de nossas riquezas. (HOMENAGEM..., 1942, p.07).

A cidade que hoje conhecemos em seu tipo sugestivo será irreconhecível daqui a alguns anos, tal a transformação a operar-se em todos os seus aspectos. Assinalará um ponto de partida numa fase nova da vida brasileira. (HOMENAGEM..., 1942, p.07).

Em um discurso proferido em 1948 por ocasião das comemorações do centenário de elevação de Itabira à categoria de cidade, o Governador Milton Campos da UDN, partido de oposição à Getúlio Vargas, afirmou ser Itabira o ponto de intercessão entre o passado e o futuro de Minas Gerais. Lembrou, ainda, que a cidade era “depositária das mais ricas tradições mineiras” e de grande importância para o País. (CENTENÁRIO..., 1948b, p. 09). Note-se que o governo, cuja finalidade era promover a industrialização e as mudanças estruturais na sociedade, recorreu à cidade “depositária das mais ricas tradições mineiras” como forma de interligar o passado de tradições ao futuro de modernidade que se buscava construir. Traço característico da modernidade brasileira abordada por Ortiz (1993) que, como visto no primeiro capítulo, firmou-se em duas bases: modernidade e tradição; esta última, suporte importante na formação da modernidade nacional.

A cidade tornou-se, ainda, referência para o Brasil, como indicaram as palavras do Governador Milton Campos: “Seu futuro confunde-se com o futuro da pátria, cujas expectativas se alargam, porque Itabira há de forjar o Brasil de amanhã.” (CENTENÁRIO..., 1948b, p.09).

O trecho revela que as expectativas do Brasil se “alargavam”, ou seja, que as possibilidades de crescimento do Brasil aumentavam porque a cidade iria “forjar o Brasil de

amanhã”. O futuro de Itabira agora não pertencia apenas aos itabiranos, “confundia-se” com o futuro do Brasil.

Importa sublinhar que, nessa conjuntura, outra localidade brasileira também foi enredo de discursos nacionalistas que buscavam inculcar nos brasileiros o sentimento de orgulho por poderem contribuir para o crescimento da nação. Tratava-se da cidade de Volta Redonda, sede da Companhia Siderúrgica Nacional, apresentada como “modelo do Brasil do futuro”, segundo Rosélia Piquet (PIQUET, 1998, p.45).

Ao considerar o discurso como uma forma de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, Fairclough coloca em relevo a influência que possui o discurso, uma vez que o mesmo tem o poder de alterar o mundo e os indivíduos que nele se inserem. Inspirado em Foucault, o autor afirma que o discurso contribui para a construção de “identidades sociais” e das relações sociais. E, a partir daí, pode-se compreender a concepção segundo a qual o discurso é encarado, também, como uma prática política e ideológica (FAIRCLOUGH, 2001) que influi de forma significativa na interação social e na construção de identidades.

É nesse sentido que boa parte dos discursos nacionalistas que relacionavam Itabira ao restante do País alcançou êxito junto à população. Quando questionado acerca da presença da CVRD no município, um dos depoentes declarou: “É importante. Se foi importante pra nação, é importante pra todo mundo!” (Antigo morador, 90 anos).²⁹ “[...] eu sinto que Itabira teve uma época muito importante para o Brasil. Ainda mais na formação de divisas, porque Itabira forneceu muitas divisas para o País por causa do minério.” (Ex-professora, 78 anos).³⁰

Em Itabira, os discursos políticos em nível federal e estadual contribuíram para difusão da percepção e sentimento de que a cidade apoiada na tradição mineira e, principalmente, no minério de ferro, deixava o passado de privações e caminhava para um destino novo, ou seja, para a incorporação de uma identidade nacional ligada ao novo Brasil que se buscava construir, o Brasil moderno.

4.2 Uma nova economia: minério de ferro, sinônimo de modernidade

“Tudo que é crescimento é bom. Eu achava. Por que... como é que podia viver?”

(Antigo morador de Itabira, 90 anos)

“Itabira só se desenvolveu às custas da Vale.”

(Ex-vereador de Itabira, 86 anos)

²⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

³⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 09/01/08.

Se ao final dos anos de 1930 a indústria era sinônimo de progresso e modernização, e a exploração agrária de tradicionalismo (MEDEIROS, 1978), pode-se então afirmar, segundo ideário da época, que Itabira iniciou seu processo de modernização a partir de 1942 com a exploração do minério de ferro em escala industrial.

O Brasil entraria em uma nova etapa de sua história alicerçado no minério de ferro, que passou a ser símbolo da modernidade como indica o trecho a seguir. Nele, a cidade de Itabira – Presidente Vargas – emerge como uma importante parceira do País nessa empreitada de modernização:

É um novo ciclo que se inicia agora na vida econômica do Brasil. Este ciclo ajusta-se às características do nosso tempo, em que o ferro e o aço definem a força e a pujança dos povos [...] o denominador da idade moderna é o ferro. Os meridianos da civilização passam pelos centros metálicos. A cidade de Presidente Vargas será um desses meridianos. (HOMENAGEM..., 1942, p.07).

As vantagens advindas da instalação da mineradora na região foram anunciadas desde a sua criação em 1942, como declarou Israel Pinheiro, primeiro superintendente da companhia:

Ademais, entre as vantagens oriundas dessa economia direta, a maior de todas para o Brasil será o influxo de civilização e de vida moderna que a criação da nova companhia fará jorrar sobre esta vasta área do *hinterland* [...] através dos instrumentos do progresso, como saneamento, a emigração, as escolas, as rodovias [...], etc. (O SR..., 1942, p.08).

Com essa afirmação, o então superintendente da CVRD apresentou o Vale do Rio Doce como uma região ainda desprovida de civilização e vida moderna. Para o desenvolvimento da cidade seria necessária a concretização dos planos do governo federal de exportar o minério de ferro brasileiro. A presença da mineradora proporcionaria crescimento e progresso à região, este último, descrito como benefícios sociais gerais à população.

E, de fato, a região necessitava de desenvolvimento econômico. As três primeiras décadas do século XX foram marcadas pela estagnação econômica na cidade, tanto em função da decadência da exploração do ferro e do ouro quanto pela ausência de novas atividades capazes de gerar emprego, renda e manter a mão-de-obra existente na região. Muito embora as duas indústrias têxteis instaladas em Itabira fossem importantes para a economia do município, não chegaram a ter grande expressão (MINAYO, 1986; SILVA, 2000). Ademais, a maior fonte de ocupação do município era a atividade agrícola que, como visto anteriormente, enfrentava dificuldades desde o início do século.

Na perspectiva de boa parte da população itabirana – população trabalhadora – o município, no período anterior à Companhia Vale do Rio Doce, era um local sem alternativas

econômicas e, para estes, a empresa era uma espécie de sinalização para uma melhoria de vida:

Dona Josefina Sampaio, preocupada com a carência de emprego e com o futuro da cidade, resolveu fazer novena à Santa Terezinha para que, afinal, viesse essa grande empresa de que tanto falavam. (COMPANHIA..., 2002, p.15).

Como é que podia viver a rapazeada aqui sem emprego, sem indústria sem nada? Num podia, né? Então a Vale Rio Doce trouxe muitos melhoramentos pra cidade. (Antigo morador, 90 anos).³¹

A instalação da companhia foi almejada não apenas por esses itabiranos, mas por habitantes de outras localidades, principalmente aqueles ocupados em atividades rurais, como declara um antigo morador:

Na roça trabalha muito, trabalha muito e não tem nada. Trabalhar pra fazendeiro, né? Fazendeiro te paga pouco. Mas depois que eu vim pra Itabira [trabalhar na CVRD] as coisas melhoraram muito, muito mesmo. (Ex-operário da CVRD, 83 anos).³²

Nessa região, produzia alguma coisinha, feijão, milho, arroz. A pessoa tinha lá seu pedaço de terra e plantava junto com os filhos, mas, quando o sujeito via que a CVRD oferecia melhores condições, oferecia garantia, eles também tinham interesses; foram abandonando tudo. Foi diminuindo a produção, foi acabando, foi desaparecendo tudo [...] Se a CVRD oferecia melhores condições, salários, garantias, aposentadoria, médico, tudo, as pessoas vinham [...] (Antigo morador da cidade *apud* MYNAIO, 1986, p.119).

Os depoimentos acima traduzem uma das primeiras mudanças no quadro econômico do município: a transferência desses trabalhadores do campo para a cidade ocasionou o início de um processo de enfraquecimento da agricultura local nas culturas de café, milho, arroz, feijão e mandioca. Verifica-se, ainda, entre as décadas de 1950 e 1960, uma significativa redução da área rural – passando de 310. 495 hectares para 208. 450 hectares (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1981, p.36). Terrenos que foram incorporados ao patrimônio da CVRD. Simultaneamente, a pecuária – que demandava menor mão-de-obra – e as atividades de reflorestamento assumiram importância crescente no período (MYNAIO, 1986; TAVARES, 1999). Desta forma, tanto a aquisição de terras pela companhia quanto o movimento em direção à cidade provocou um crescente despovoamento da zona rural, ao mesmo tempo em que se iniciaram mudanças na estrutura do setor primário.

As ofertas de emprego, salários fixos e benefícios indiretos gerados a partir da instalação da CVRD constituíam-se em forte atrativo para o trabalhador rural, pois emprego e segurança de um salário ao final de cada mês eram benefícios pouco frequentes entre aqueles que trabalhavam no campo.

³¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

³² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 01/06/07.

A esse respeito, Robert Castel esclarece que as proteções e direitos ao trabalhador foram respostas do Estado moderno à insegurança social inscrita no desenvolvimento da própria modernidade. O autor afirma que diferentemente das sociedades pré-modernas, cuja segurança estava garantida em função do pertencimento do indivíduo à comunidade, as sociedades modernas desenvolveram-se sobre o alicerce da insegurança, uma vez que não possuíam condições de assegurar sua própria proteção. O Estado, nesse contexto, assumiu a função de principal provedor de proteções individuais “[...] construindo um novo tipo de propriedade, concebida e posta em prática para assegurar a reabilitação dos não-proprietários, a propriedade social” e “atribuindo proteções fortes ao trabalho.” (CASTEL, 2005, p.32). Desta forma, explica Castel, “o trabalho tornou-se emprego” e o Estado instituiu garantias trabalhistas, como o direito ao salário mínimo, a cobertura de acidentes e doenças, a aposentadoria, entre outros benefícios. O autor explica ainda que, após a Segunda Grande Guerra, o mundo viu surgir a “sociedade salarial” na Europa ocidental, onde quase todos os indivíduos estavam assegurados por sistemas de proteção construídos a partir do trabalho. Nessa sociedade, “[...] a imensa maioria da população tem acesso à cidadania social, primordialmente, a partir da consolidação do estatuto do trabalho.” (CASTEL, 2005, p.33).

No Brasil a política trabalhista do Estado Novo refletiu justamente tais transformações que o mundo do trabalho atravessava. Como ressalta Ângela Castro Gomes:

O Estado moderno precisava humanizar-se, pois só assim cumpriria seus fins últimos, definidos por seu espírito e não pelas formas políticas que pudesse assumir. Para tanto, o Estado Novo deveria integrar-se à vida popular, dando *‘melhor assistência social às populações, maior amparo e dignidade à personalidade humana’*. Desta forma, a grande evolução das democracias seria abraçar o ideal de respeito ao trabalho, como meio de valorização do homem. (GOMES, 2005, p.201).

Foi nesse contexto que o lançamento de uma série de leis trabalhistas, entre as décadas de 1930 e 1940, tais como a jornada de 8 horas diárias ou 48 horas semanais; descanso semanal, férias anuais, salário mínimo, entre outras, concretizaram-se com a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que reunia de modo sistemático o conjunto das leis trabalhistas (MUNAKATA, 1981). Estes benefícios trabalhistas constituíam-se em atrativo para o homem do campo que, de acordo com Ianni (1963), viam na transferência do trabalho do campo para a indústria a possibilidade de ascensão social.

Foram precisamente tais benefícios que motivaram esses trabalhadores rurais e urbanos a seguirem em direção ao trabalho na mineradora. Na realidade, 30% eram provenientes do meio urbano, e cerca de setenta por cento 70% da mão-de-obra inicial da Companhia Vale do Rio Doce era masculina e oriunda da zona rural ou de municípios

vizinhos como Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, Ferros, Nova Era e Antônio Dias (MINAYO, 1986; GUIMARÃES, 1961).

Os novos contratados da mineradora provenientes do meio urbano mudaram, então, radicalmente seu perfil ocupacional, como afirma uma antiga moradora:

E assim, como num passe de mágica, a população de Itabira viu-se despertada para novas atividades: homens do campo, sapateiros, açougueiros, comerciantes, alfaiates e professores transformaram-se em mecânicos, bombeiros e escriturários da Vale (Escritora, 80 anos).³³

Além dos postos de trabalho abertos na própria CVRD, outras oportunidades surgiram nas empreiteiras contratadas para iniciarem as obras de construção civil da companhia e para realizarem o final da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, do trecho Drummond a Itabira. O mercado de trabalho local estava se ampliando de forma rápida.

Em função do crescimento do número de pessoas que trabalhavam para a CVRD, o comércio experimentou significativo crescimento. Embora os salários, inicialmente, não fossem altos, eram fixos e, posteriormente, na década de 1950, os salários e os benefícios passaram a ser maiores e melhores; o que propiciou o aumento do consumo. Eram comuns os estabelecimentos não especializados que negociavam gêneros e armazinhos, havendo alguns armazéns bem abastecidos. Poucas casas de comércio especializado havia naquele período, tais como de papelaria, móveis, calçados, ferragens e aparelhos. Em linhas gerais, a cidade contava com 10 casas atacadistas e 60 de comércio varejista no ano de 1961 (GUIMARÃES, 1961).

Além desse comércio que se desenvolveu indiretamente em função da mineradora, havia ainda o comércio organizado diretamente por ela para atender seus funcionários. A Companhia possuía um armazém localizado no bairro Campestre para atender aos operários com artigos de consumo usual. Disponha também de um açougue cujas carnes eram provenientes de seu próprio matadouro.

Desenvolveu-se também o movimento bancário e, conseqüentemente, o número de agências na cidade. No período anterior à instalação da Companhia, a cidade possuía dois bancos: o Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., instalado em 1926, e o Banco da Lavoura, instalado em 1941. Posteriormente, estabeleceram-se na cidade, em 1944, o Banco Mercantil – denominado no período de Banco Industrial de Minas Gerais – e, em 1954, o Banco de Minas Gerais. Observando os anos de instalação dos referidos bancos, verifica-se que a função bancária desenvolveu-se a partir da instalação da CVRD, cujas atividades em crescimento progressivo contribuem decisivamente para o aumento do movimento bancário.

³³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira:12/06/2007.

Surgiram indústrias como a de produção de areia e pedras para a construção, no setor da indústria extrativa mineral; e assim como esclarece Alisson Guimarães, testemunha de todas essas mudanças:

Determinando, através de suas atividades, o crescimento da aglomeração itabirana, a Cia. Vale do Rio Doce vai criando um mercado cada vez maior para uma série de produtos a serem consumidos pela população que serve à Minas e à Estrada – Estrada de Ferro Vitória a Minas – possibilitando, dessa forma o exercício de atividades diversas que, embora não ligadas diretamente à Cia., resultam indiretamente da empresa. (GUIMARÃES, 1961, p.167).

Por outro lado, outras pequenas indústrias e fábricas sofreram concorrência direta da própria CVRD no que tange à disposição de mão-de-obra. Uma vez que a Companhia oferecia direitos sociais, manter sua área de atividade ou um bom empregado em uma pequena fábrica tornou-se tarefa difícil:

Depois que cheguei a Vale, ficou difícil montar qualquer indústria em Itabira. Eu cheguei a montar uma pequena fábrica de calçados em 1946/1947. Eu queria ensinar uma profissão que eu aprendi. Eu pegava 4, 5 meninos de 12 a 14 anos; e comecei a ter um bom número de aprendizes. Mas quando chegavam a 19, 20 anos, tinham condição de ir para a Vale; e era difícil prender as pessoas, porque a Vale tinha condição de pagar mais, dava mais vantagem. Esse era o problema da pequena indústria em Itabira. Foi tudo acabando. Essas fabriquetas, ferrarias... os filhos dos donos de todas foram se empregando na CVRD.

E ele completa:

[...] os operários da cidade, os pedreiros, os carpinteiros, os bons foram para a CVRD e então ela absorveu, levou toda a mão-de-obra de que precisava; ela conseguiu o melhor. O fato de ela pagar um salário melhor, melhorou também o comércio, e todas as pessoas começaram a ganhar a vida através da Vale. (Antigo morador e pequeno comerciante *apud* MYNAIO, 1986, p.121 e 122).

Eu fui pré-Vale, minha família morava aqui [...] Meu pai tinha dificuldades, ele era um dentista prático. Quando chegou a Vale, ele saiu daqui da cidade, foi trabalhar no interior aqui. Porque chegaram novos dentistas, a concorrência aumentou e tal. Então ele teve que sair. (Ex-professor, 78 anos).³⁴

Ademais, a partir da construção de uma estrada pavimentada que ligava Itabira à rodovia federal, aliada à concentração industrial nos grandes centros urbanos, como no eixo Rio – São Paulo – Belo Horizonte, as pequenas indústrias itabiranas passaram a sofrer concorrência (FRANÇA, 1988). Para que fábricas como as indústrias têxteis Gabiroba e Pedreira mantivessem suas atividades, seria necessária uma reformulação da mentalidade local no sentido de modernização de seus equipamentos, o que não ocorreu em função da falta de capital e conhecimento técnico. Quando se iniciou a exploração na Serra da Conceição pela CVRD, o minério começou a sujar o Rio do Peixe – fornecedor da força motriz da fábrica Gabiroba – e a sujeira prejudicou o funcionamento das turbinas geradoras; o que exemplifica a ausência de preparo das pequenas fábricas diante dos problemas que

³⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

passaram a enfrentar e, assim, já na década de 1950, essas empresas se retraíram perante a concorrência dos novos pólos industriais.

Algumas pequenas fábricas resistiam às transformações e, muitas vezes, até se fortaleciam, uma vez que o aumento no número de habitantes significou o aumento do mercado consumidor. O professor Tôrres falou ao jornal Folha de Minas acerca dessa nova fase econômica de Itabira:

Algumas de nossas companhias pertencem a famílias tradicionais, que ocupam cargos que foram honrados por avós: estes não trairão o seu passado. Outras pertencem às forças novas que o mundo moderno está libertando: não saberão trair o futuro. (TÔRRES, 1948, p.03).

Muito embora a Companhia tenha enfrentado dificuldades financeiras no primeiro decênio, quando suas exportações não alcançaram o patamar desejado, a partir de 1950, beneficiada pela conjuntura internacional e pela política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, a empresa finalmente alçou significativo crescimento. Foi nesse período que o minério de ferro ocupou o primeiro lugar no quadro da produção industrial em Itabira, relegando ao segundo lugar a indústria têxtil. (GUIMARÃES, 1961). Na década de 1960, o emprego minerador já detinha a maior porcentagem da força de trabalho local, constituindo-se 91% do total dos empregos industriais do município (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1981, p.49).

E, desta forma, Itabira passou de economia decadente à economia de significativo crescimento. A cidade que anteriormente gerava emigrações, pela insuficiência de empregos suficiente, passou a constituir-se pólo atrativo de mão-de-obra; o que traduz a importância econômica da companhia:

A cidade estava morrendo antes da Vale. Então, quanto, assim, a melhoria na vida da cidade, do ponto de vista econômico, a Vale foi muito importante. Mesmo a gente criança sentia a importância da Vale. (Ex-professora, 78 anos).³⁵

Se, para fins de raciocínio, eliminássemos de Itabira a CVRD com suas atividades de mineração, cessando por essa forma todas as ligações diretas, ou indiretas com o movimento do minério, veríamos uma queda substancial nas funções urbanas de Itabira, bem como de sua zona de influência. Não se poderá negar o papel da Cia. Vale do Rio Doce como fator de desenvolvimento regional. (GUIMARÃES, 1961, p.167).

A exploração das minas de Itabira renderam anualmente ao Brasil – entre 1942 e 1961 – um número próximo a US\$50 milhões, importância superior, afirma Gonçalves, às divisas geradas por dezessete estados do País (GONÇALVES, 1961). E, nesse sentido, muito além

³⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte: 09/01/2008.

de pólo atrativo de mão-de-obra, a cidade passou a ocupar um lugar importante na vida econômica brasileira:

A exploração das minas de Itabira será feita pelo Brasil e para o Brasil. Tornamos efetivo o aproveitamento de uma grande riqueza natural que intimamente se relaciona com a vida da nacionalidade. (AS HOMENAGENS...1942, p.02).

Hoje, Itabira é, por excelência, a cidade do ferro, do minério que desce ininterruptamente de suas montanhas, do lendário Cauê e das outras minas, até o mar, para satisfazer a “fome de aço” dos países desenvolvidos. (GUMARÃES, 1961, p.05).

Desta forma, a cidade das pequenas forjas, de “noventa por cento de ferro nas calçadas”, tornou-se a cidade do minério brasileiro, trunfo do País em busca de um “lugar ao sol” entre as nações industrializadas.

4.3 Um novo espaço: tradição e modernidade encontram-se na paisagem itabirana

O movimento de trabalhadores rurais e de suas famílias em direção à cidade de Itabira ocorreu tanto no escopo do próprio município (distritos de Senhora do Carmo e Ipoema) quanto de municípios vizinhos (Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, Ferros, Nova Era, Antonio Dias). A mão-de-obra de nível superior, por sua vez, em número menos expressivo, era proveniente da capital mineira e de outros centros urbanos do País. Pode-se medir o aumento populacional pelos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das décadas de 1940 a 1960, como indicam as tabelas 1 e 2³⁶:

TABELA 1

População	1940		1950		1960	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbana	4.685	40.8	7.572	45.9	15.539	57.0
Rural	6.807	59.2	8.934	54.1	11.740	43.0
Total	11.492	100	16.506	100	27.279	100

FONTE: CENSO IBGE, 1940, 1950, 1960

ELABORAÇÃO: Daniel Gerhi

³⁶ Os números apresentados são relativos apenas à sede do município.

TABELA 2
Crescimento populacional, 1940 à 1960.

	1940-1950		1950-1960		1940-1960	
	Absoluta	%	absoluta	%	Absoluta	%
Urbana	+2.887	+61.6	+7.967	+105.2	+10.854	+231.7
Rural	+2.127	+31.2	+2.806	+31.4	+4.933	+72.5

FONTE: CENSO IBGE, 1940, 1950, 1960

ELABORAÇÃO: Daniel Gerhi

No início da década de 1940, portanto no período anterior à implantação da CVRD, a cidade contava com 11.492 habitantes, vivendo, a maior parte destes, cerca de 59,2 %, na área rural (Tabela 1). A cidade pouco cresceu desde o início do século, quando em 1920 o distrito sede apresentava 11.040 habitantes.³⁷

A partir da instalação da mineradora, o número de habitantes começou a crescer. No início da década de 1950, o total de habitantes era de 16.506 e, muito embora a maior parte da população ainda se concentrasse na área rural, registrou-se um crescimento de 61,6 % de habitantes na área urbana e apenas 31,2 % na área rural (Tabela 2). Durante a referida década, em função do crescimento da empresa, a cidade atraiu números sempre crescentes de trabalhadores e suas famílias. Pode-se medir o crescimento desse período comparando os números do início da década de 1950 e da década de 1960, quando a população total cresceu de 16.506 habitantes para 27.279 habitantes (Tabela 1), definindo um crescimento de 105,2%. Pode-se verificar, nesse contexto, uma reversão do perfil local com a população urbana superando a população rural (Tabela 1).

Os números tornam-se ainda mais impressionantes quando se compara o crescimento da população urbana entre o período anterior à CVRD, início da década de 1940 e o início da década de 1960 quando o crescimento verificado foi de 231,7 % (Tabela 2).

Entre as novas demandas advindas do aumento no número de habitantes, estava a necessidade de intervenção no espaço urbano em um sentido de expansão e modernização. Tais intervenções acarretaram, por sua vez, transformações identitárias, uma vez que o lugar apresentava-se como suporte essencial da identidade, tendo uma ligação emocional carregada de valor e de sentido para os sujeitos. O lugar é símbolo de segurança, razão de orgulho, “fonte de apego” (CLAVAL, 1979) e fundamental para a construção e solidificação de identidades (DELGADO, 2006a). Milton Santos explica que, a partir da divisão do trabalho no período moderno industrial, “as formas em si mesmas, isto é, os objetos geográficos

³⁷ A ausência de estatísticas discriminadas entre população urbana e rural nesse período permitiu apenas a apresentação do número total de habitantes (GUIMARÃES, 1961).

deixam de ter um papel exclusivamente funcional. As coisas nascem pães de simbolismo, de representatividade [...]” (SANTOS, 1997, p.41). Desta forma, complementa Claval: “[...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades.” (CLAVAL, 1999, p.16).

A relação do itabirano com o espaço, como visto anteriormente, foi sendo construída em momentos econômicos distintos: primeiramente através da exploração do ouro e, posteriormente, com o ferro – forjas – e as indústrias têxteis. Todas essas fases deixaram suas marcas na paisagem local; uma adaptação do espaço a essas atividades, adquirindo formas peculiares de relações entre o itabirano, o meio e os recursos do meio sucessivamente utilizados.

No período que se inicia em 1942 não foi diferente. O espaço urbano foi se adaptando, ou melhor, foi adaptado às necessidades da grande indústria. Diferentemente de períodos anteriores onde havia a coexistência pacífica de espaços de épocas distintas, essa atividade desfigurou alguns espaços e transformou outros; espaços estes que contavam a história do povo itabirano e, de alguma forma, definiam sua essência. A partir da década de 1940, portanto, o espaço urbano, com seus limites estabelecidos em fins do século XIX, estendeu-se em quase todas as direções em consequência direta ou indireta das atividades de extração em larga escala do minério de ferro.

As verbas necessárias destinadas a tais mudanças já estavam previstas nos estatutos da CVRD (Decreto-Lei nº 4.352 – BRASIL, 1942a). Tais estatutos apontaram a reversão de partes dos lucros da Companhia para um fundo de melhoramento e desenvolvimento da Vale do Rio Doce. A análise dos documentos revelou que o interesse do governo federal no desenvolvimento da região fundamentou-se na necessidade de torná-la uma área propícia à execução de suas estratégias nacionalistas e desenvolvimentistas.³⁸

No período de implantação da CVRD, os trabalhadores ficaram em acampamentos improvisados, porém, a partir de 1943, a empresa iniciou a construção de suas instalações de operação e escritório no antigo bairro Campestre. Providenciou também a construção dos primeiros bairros para seus funcionários no Campestre, Pará e Vila Coração de Jesus. Os

³⁸ É importante sublinhar que durante esse período da criação de grandes indústrias, outras companhias semelhantemente à CVRD, obedeciam à prerrogativa de dotar suas localidades de origem com a infra-estrutura adequada a fixação da mão-de-obra. Fora assim que as pequenas comunidades rurais de João Monlevade, Timóteo e Ipatinga desenvolveram-se a partir das respectivas presenças da BELGO Mineira (1937), ACESITA (1944) e USIMINAS (1956). Nesse caso, tais cidades desenvolveram-se em função das siderúrgicas. (BECATTINI, 2006). Em Itabira, diferentemente, já havia um espaço urbano estabelecido e a cidade passou a depender totalmente da empresa.

vestígios dos bairros Campestre e Pará foram inteiramente eliminados para dar lugar às casas dos funcionários da CVRD (GUIMARÃES, 1961). A companhia também pagou certa quantia pelo valor das casas já construídas para seus antigos proprietários.

Aos bairros construídos por empresas, Bonduki denomina “vila de empresa”. De acordo com o autor, tais vilas eram muito comuns no início do século XX e suas construções estenderam-se algumas décadas após o período de 1930. Bonduki explica que estas vilas contavam com vários equipamentos coletivos como escolas, igrejas, enfermarias, clubes e um pequeno comércio, administrados e sustentados pela indústria que exercia controle absoluto sobre seus funcionários, tanto durante a jornada de trabalho como nas chamadas horas livres. (BONDUKI, 1998). Em Leite Lopes, essa rede de equipamentos coletivos presente nas vilas operárias é classificada como “aparato institucional” cuja organização “[...] materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igrejas, cinema, teatro, parque de diversões.” (LOPES, 1988, p.169).

Assim era o perfil dos bairros em Itabira, construídos pela Companhia Vale do Rio Doce. No bairro Campestre, as moradias para os operários eram simples, mas de bom acabamento e aspecto (GUIMARÃES, 1961). Além dessas residências e de uma igreja, havia uma praça de esportes – compreendendo um campo de futebol, piscina, quadras de voleibol e basquetebol –, um hospital, a sede da agremiação esportiva Valeriodoce – clube de futebol dos funcionários da CVRD –, um armazém e um grupo escolar. Muitos serviços urbanos eram patrocinados pela mineradora, inclusive o transporte coletivo. Todos esses equipamentos coletivos foram construídos e organizados pela Companhia Vale do Rio Doce para seus funcionários. Nessa localidade, a nomenclatura de algumas ruas inspirava-se nos recursos minerais do lugar como as ruas: da Hematita, do Ouro, da Jacutinga, do Itabirito, do Granito, dentre outras.

No bairro Pará, semelhantemente ao Campestre, havia moradias de bom acabamento construídas pela CVRD, porém destinadas aos altos funcionários da empresa. Além de um grupo escolar, o Major Laje, a maior Praça de Itabira e o fórum localizavam-se nesse bairro. A companhia construiu ali um jardim com um moderno sistema de iluminação.

Na década de 1950, em função do crescimento da companhia, outros trabalhadores seguiram para Itabira e novas áreas como a Vila Paciência, Sagrado Coração de Jesus (popularmente conhecido como Explosivo), Vila Técnica da Conceição – destinada a funcionários de nível superior da CVRD – Operária da Conceição e Vila Coração de Jesus (ex-Sant’Ana) foram incorporadas ao cenário da cidade. Esta última, além de abrigar um

núcleo residencial organizado pela Companhia Vale do Rio Doce, possuía um campo de aviação.

Estabelecimentos comerciais além do armazém da empresa eram proibidos nessas localidades – principalmente bares – para que não ocorressem perturbações da ordem. Proibidos também estavam os moradores de empreender modificações nas residências; qualquer serviço de manutenção do imóvel deveria ser feito pela própria empresa por meio de seus empregados especializados. A empresa recebia uma quantia simbólica como aluguel dessas residências, o que impedia aos moradores de se tornarem proprietários dos imóveis por direito adquirido.

E assim, a vila operária funcionava “[...] como um verdadeiro laboratório de uma sociedade disciplinar, combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa.” (ROLINK *apud* BONDUKI, 1998). Os benefícios desses bairros em termos de infra-estrutura se tornaram uma forma de controle sobre os empregados e suas famílias, pois a indústria era detentora tanto dos meios de produção quanto dos bairros operários.³⁹

Contudo, nem todos os espaços da cidade contavam com a infra-estrutura dos bairros da CVRD. Guimarães, escrevendo em 1961 acerca de um antigo bairro de Itabira, o bairro Água Santa, declarou:

Trata-se um local que, convenientemente urbanizado, poderia permitir a construção de excelente praça de esportes, com piscina alimentada permanentemente pela fonte mencionada (fonte Água Santa). Infelizmente, nada se fez nesse sentido e o simples acesso ao local apresenta certa dificuldade e desconforto. (GUIMARÃES, 1961, p.134).

Desta forma, as intervenções no sentido de urbanização e modernização, ocorriam em função dos interesses da CVRD. Bairros antigos como o Campestre e o Pará foram totalmente transformados e urbanizados enquanto os demais bairros permaneciam sem melhoramentos.

³⁹ Situação semelhante é percebida por vários autores ao abordar a temática da “vila-empresa”. Entre eles podemos citar Ramalho (1989) acerca do modelo de dominação da vila de operários da extinta Fábrica Nacional de Motores (FNM) e Delgado e Le Ven (1991), acerca da vila da antiga fábrica da Marzagânia em General Carneiro, Minas Gerais – embora esta última com características diferentes, pois se tratava de uma indústria têxtil e de propriedade privada. Nesses trabalhos os autores ressaltam o controle que o patronato industrial/fabril exercia sobre a vida do trabalhador seja no âmbito da fábrica, seja no âmbito da moradia (vila operária). Os trabalhadores que viviam nessas vilas eram, além de empregados das fábricas, inquilinos do imóvel pertencente à fábrica e usuários dos serviços e equipamentos coletivos, convertendo o que seria apenas uma convivência patrão/empregado em uma relação complexa. No caso específico da Marzagânia deve-se mencionar a presença da Igreja Católica que “cumpria adequadamente a função de neutralizadora de conflitos [entre a fábrica e os operários], quando esses afloravam.” (DELGADO e LE VEN, 1991, p.165). Outras informações acerca das vilas operárias da CVRD podem ser encontradas em Minayo (1986) onde a autora analisa, dentre outras questões, a política paternalista e o controle exercido pela empresa sobre seus funcionários através das vilas operárias.

Alguns desses ainda que não tivessem sofrido melhorias, acabaram abrigando parte da população imigrante.

Essa dinâmica pode ser comprovada ao se observar os núcleos residenciais da Vila da Piedade, Caminho Novo e Vila Amélia que se desenvolveram consideravelmente a partir da construção da estação de trem Vitória a Minas em Itabira (1943-1944). Eram localidades de casas simples, onde não houve urbanização planejada como as que existiam no bairro do Campestre e Pará. As construções eram simples, feitas de “pau a pique” ou de alvenaria com cobertura de telhas. Na Vila da Piedade, por exemplo, as casas eram construídas, em sua maioria, pelos próprios empregados da CVRD.

Iniciou-se, portanto, a constituição de um novo espaço na cidade embora marcado pela segregação adequado aos moldes do sistema capitalista. Lefebvre (1991), conhecido por sua crítica ao modelo de cidade capitalista imposto pela industrialização, destaca que a segregação deve ser focalizada em seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: o aspecto espontâneo que provém das rendas e das ideologias; o aspecto voluntário que estabelece espaços separados; e, por fim, o aspecto programado que se dá sob o pretexto de arrumação e de plano urbanístico. A intervenção nesses espaços provém não apenas do capital, mas, muitas vezes, dos poderes públicos orientados pelas exigências da produção. O Estado e o capital em Itabira, representados pela Companhia Vale do Rio Doce, sobrepunham-se ao poder municipal, comandando muitas vezes as intervenções no município de acordo com suas necessidades.

Nesse contexto, a condição do itabirano foi a de perda dos laços de identidade que os vinculavam às antigas relações com a comunidade, que formavam um espaço segregado “espontaneamente”, em que antes viviam as famílias abastadas no centro da cidade e os mais pobres em áreas mais afastadas. Com a construção desses bairros, a segregação se deu de forma “programada”, quando os melhores bairros, dotados de toda infra-estrutura, eram destinados aos funcionários da mineradora.

Esses bairros representavam, ainda, uma diferenciação em termos arquitetônicos. Eram bairros inspirados na moderna arquitetura brasileira que ganhava fôlego naquele período. Bonduki esclarece que a habitação social no Brasil a partir da década de 1940 articulou-se como um embrião de projeto de sociedade, que se objetivava construir uma sociedade moderna e a arquitetura deveria refleti-la. “Nesses verdadeiros núcleos urbanos procurou-se criar um espaço capaz de propiciar o surgimento de um novo modo de vida operário, moderno, coletivo, adequado ao modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado.” (BONDUKI, 1998, p.163). A idéia era estimular o morador a sentir-se parte dessa

sociedade urbano-industrial que se constituía no Brasil, cujos espaços marcadamente coloniais, progressivamente, cediam espaço à racionalidade do mundo moderno, atuando na vida nacional, em uma seqüência de destruição/construção.

Os bairros construídos pela CVRD em Itabira (FIG.s 11 e 12) obedeciam à nova tendência da moderna arquitetura brasileira. As ruas, em geral, eram amplas, de traçado retilíneo e as casas obedeciam a alinhamentos. Eram bairros construídos em série, modernos, uniformes, “racionais”.



Figuras 11: Bairro Campestre. Itabira, década de 1940.
Fonte: MAYRINK, 2002, p.36



Figura 12: Bairro Campestre. Itabira, década de 1950
Foto: Alisson Pereira Guimarães
Fonte: GUIMARÃES, 1961, p.129.

A Vila Amélia, ainda que não tenha sido organizada pela CVRD, também obedece a essa estrutura racional.

As casas modernas tinham que surgir de acordo com o desenvolvimento do mundo mesmo, né? Por isso novas casas obedeciam a arquitetura da época, por influência também da Vale, né? Até porque o pessoal foi ficando com mais recurso financeiro e quis melhorar, acompanhar o progresso. (Ex-vereador, 86 anos).⁴⁰

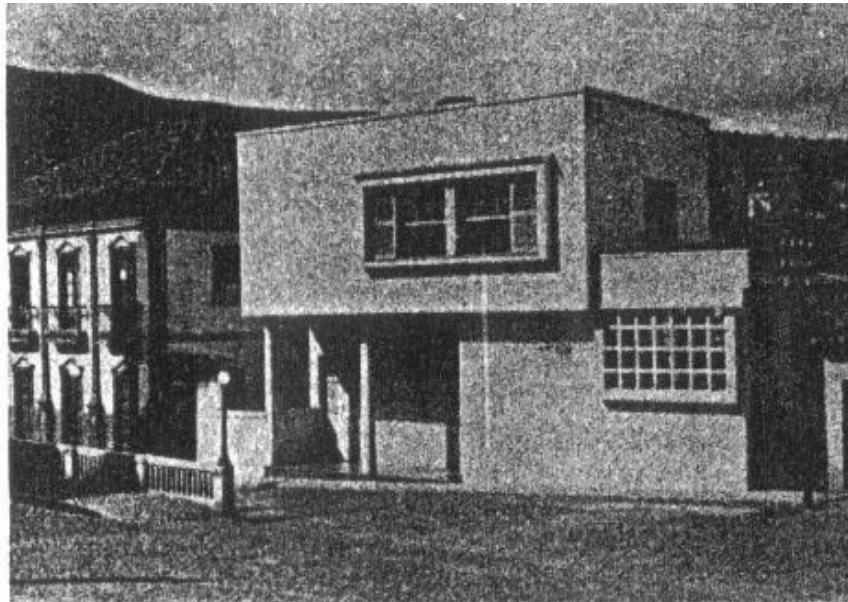
Não apenas as novas áreas, mas a área antiga da cidade também iniciou um processo de modernização arquitetônica a partir da década de 1940. O contraste entre antigas construções, coexistindo com edifícios mais modernos, passou a fazer parte da paisagem a partir desse período. A título de ilustração pode-se citar o moderno edifício sede do Clube Atlético Itabirano, construído na década de 1950, ao lado do Hotel Itabira, com seus velhos balcões coloniais (FIG. 13).

⁴⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.



**Figura 13: Hotel Itabira (ao centro) ao lado da sede do Clube Atlético Itabirano. Itabira, 2007.
Fonte: Viva Itabira, 2008**

Outro edifício construído na década de 1950 foi o moderno prédio de apartamentos localizado à Rua Tiradentes que, também, contrastava com as edificações que lhe eram vizinhas. Havia, ainda, o moderno edifício dos Correios e Telégrafos ao lado da antiga casa Paroquial (FIG 14).



**Figura 14: Edifício dos Correios (ao centro) e a casa Paroquial à esquerda. Itabira, 1959.
Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959.**

Como se pode verificar nas fotografias, o edifício comportava traços simples com sua forma geométrica e sem ornamentos, o que o colocava inteiramente adaptado aos moldes da arquitetura moderna que procurava criar espaços abstratos, geométricos e mínimos; uma

tendência mundial (BENEVOLO, 1976) que se fez presente, também na arquitetura brasileira.

O edifício dos Correios foi construído em 1945, em substituição ao prédio do antigo teatro da cidade (ver. FIG.15).



**Figura 15: Antigo edifício do teatro. Itabira, início do século XX.
Fonte: Turismo em Itabira, 2008.**

O teatro foi demolido por um interventor do governo – Ademar Pimenta Brant – no período do Estado Novo. Um antigo morador falou com pesar acerca da perda desse antigo edifício:

O teatro é uma página antiga na história de Itabira. Itabira tinha um teatro municipal muito bonito, mas na política, depois do golpe, eles acabaram com o teatro e fizeram lá um prédio dos Correios e Telégrafos [...] Na frente do teatro tinha uma águia; era um mapa e por cima a águia. Acabou tudo. Ninguém tinha noção de meio ambiente, de conservação, essas coisas. Não dava importância pra isso. Então perdemos um prédio muito bonito. (Ex-vereador, 86 anos).⁴¹

Por outro lado, aqueles que nasceram na década de 1940 têm uma outra opinião acerca das transformações arquitetônicas do período:

⁴¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/2007.

Esse povo mais antigo tinha nostalgia, né? Porque a gente não tava acostumado com o prédio ali, entendeu? A gente não tinha visto o prédio; então pra mim era tudo a mesma coisa, entendeu? Porque a Vale, crescendo, o pessoal crescendo, a cidade crescendo, então os melhoramentos que tava vindo pra cidade era bom pra mim; pra mim que estava vendo, né? Pra falar que minha cidade tava progredindo, entendeu? Agora esse pessoal de antigamente sentia muita falta [...]. Por essa lembrança desse povo, eles sentiam muita falta desse teatro. (Antigo morador, 60 anos).⁴²

Naquela época eu era novo, né? Eu batia palma. Depois eu mudei um pouquinho de idéia. Mas antes eu gostava [...] ‘Temos que modernizar’, ‘temos que trazer coisa nova.’ (Ex-professor, 78 anos).⁴³

As construções antigas foram desaparecendo devido, ainda, a outros motivos. Como muitas ruas de Itabira eram estreitas, vários casarões antigos localizados nas esquinas foram demolidos com o objetivo de dar aos caminhões da Companhia espaço suficiente para trafegarem:

A Vale do Rio Doce não tinha aquela educação histórica e arrasou com a cidade no princípio [...]. As ruas eram muito estreitas e os caminhões [da CVRD] estragavam muitas casas. Muitos casarões foram destruídos, né...(Ex-vereador, 86 anos).⁴⁴

O processo de substituição das antigas construções coloniais se intensificou em fins da década de 1960 e durante a década de 1970.⁴⁵

Como registram os depoimentos de vários moradores de Itabira, os espaços da cidade, passaram a ser palco da incômoda convivência entre a tradição, representada pelos antigos sobrados e casarões, e a modernidade, simbolizada pelos novos edifícios que surgiam à luz da moderna arquitetura brasileira. A divergência de opiniões sobre a nova realidade significava também o início de uma transformação no cerne da sociedade quanto à manutenção dos traços tradicionais a ela, até então, exclusivos.

Para atender a um número cada vez mais expressivo de empresários, políticos e demais pessoas que a cidade passara a receber, a Companhia Vale do Rio Doce providenciou a constituição de um hotel com melhores acomodações dos que os existentes na cidade:

Itabira tinha uns hotéis acanhados: um hotelzinho lá na Rua da Água Santa, na entrada da cidade, o outro um pouquinho acima e só. Então a Vale tinha que tomar certas iniciativas. Então ela alugou esse sobrado e adaptou para hotel. E foi assim que Itabira teve o primeiro hotel de qualidade, né? A Vale trouxe um suíço: Mr Torrone, com sua esposa e filhas, para administrar esse hotel. Eu lembro muito porque eu era vizinho aqui. (Ex-professor, 78 anos)⁴⁶.

⁴² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

⁴³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

⁴⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/2007.

⁴⁵ Para mais detalhes acerca das transformações experimentadas pelo espaço urbano itabirano, ver Silva (2002) e Bastos (2005).

⁴⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

Em 1959, um acordo celebrado entre a prefeitura e a CVRD para atender a demanda sempre crescente da população imigrante, foram ampliadas a rede de esgotos e o serviço de abastecimento de água. É importante mencionar que até o ano de 1943 esse serviço era realizado apenas pela prefeitura, mas, a partir dessa data, ele passa a ser mantido também pela Companhia Vale do Rio Doce. O sistema de abastecimento da empresa, porém, atendia apenas aos bairros residenciais por ela construídos, à exceção do bairro Pará, que era servido pela prefeitura (GRISOLIA, 1960).

De acordo com o relatório de governo municipal, em fins dos anos de 1950, a prefeitura desapropriou três terrenos, um estabelecimento comercial e uma residência para o alargamento de ruas. A prefeitura objetivava desapropriar, ainda, mais um estabelecimento comercial, dois terrenos e quatro residências naquele mesmo período. A Avenida João Pinheiro iniciou, nessa década, um processo de transformação que atravessou vários governos. Tudo para facilitar o trânsito de pessoas e automóveis, encurtar distâncias, e deixar a cidade com ares de modernidade justificada pelo ideário do progresso.

Durante a década de 1950, a cidade foi perdendo progressivamente seu calçamento característico de minério de ferro, que foi substituído por outro tipo de calçamento e posteriormente por asfalto.⁴⁷ De acordo com o referido relatório, a Companhia Vale do Rio Doce, com a aprovação do Presidente Juscelino Kubitschek, liberou Cr\$ 6 milhões para o calçamento de várias ruas da cidade, como a Rua São José, Água Santa, Alexandre Drumond e Tiradentes. Outras nove ruas também passaram por melhoramentos, mas o relatório não especifica se as verbas também provinham da Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo alguns depoentes, as pessoas mais antigas da cidade manifestaram-se contra a retirada do calçamento original. Contudo, para aqueles nascidos na década anterior, a substituição do calçamento correspondia à chegada do progresso.

No espaço urbano novas escolas foram surgindo. Até a década de 1940, a cidade possuía, como visto anteriormente, três instituições educacionais: O Grupo Escolar Coronel José Batista – criado em 1907 –, o Ginásio Sul Americano e o Colégio Nossa Senhora das Dores – ambos criados em 1923. Na década seguinte, a cidade já contava com uma Escola Técnica de Comércio, quatro grupos escolares estaduais, sendo que um desses foi construído pela CVRD e cedido ao Estado. Havia, ainda, uma escola primária rural e uma escola profissionalizante do SENAI, ambas mantidas pela Companhia Vale do Rio Doce. Nesta última, para a efetivação das matrículas gozavam de preferência os operários da CVRD. O

⁴⁷ Atualmente as ruas Princesa Isabel e Major Paulo são as únicas que preservam o calçamento original em pedras de minério de ferro.

investimento da CVRD na área educacional pode ser explicado, dentre outras razões, pela necessidade de capacitar sua mão-de-obra. Grande número de seus trabalhadores, provenientes da zona rural, não possuíam o grau de instrução necessário ao desenvolvimento das atividades da Companhia, principalmente a partir da década de 1950, quando a empresa começou a operar com equipamentos mais modernos. As escolas destinavam-se também aos filhos dos funcionários.

Com relação à área hospitalar, além do Hospital Nossa Senhora das Dores, mantido pela Irmandade Nossa Senhora das Dores e de um posto de saúde do Estado, a cidade recebeu em 1944 um moderno hospital, o Hospital Carlos Chagas, que se localizava no bairro Campestre e era mantido pela CVRD.

A comunicação de Itabira com outras localidades ampliou-se também a partir da década de 1940. Em 1945, a chegada dos trilhos da Estação de Ferro Vitória – Minas a Itabira colocou a cidade “nos caminhos do mundo” e o minério de ferro extraído do pico do Cauê iniciou sua longa viagem rumo a mercados distantes, na América, na Europa e na Ásia. “Paradoxalmente, a cidade que se mantinha isolada em sua própria região irá ligar-se, por força da nova conjuntura econômica, às grandes correntes de circulação do comércio exterior” (GUIMARÃES, 1961.p.160 e 161).

Itabira, também, ficou mais próxima da capital do Estado. A construção de uma estrada ligando Itabira à rodovia federal Belo Horizonte / Vitória contribuiu para a redução do percurso da cidade à capital mineira de seis horas e meia para duas horas. A rodovia permitiu um intercâmbio permanente entre Belo Horizonte e Itabira, mantendo-se, em 1960, uma média de seis viagens diárias de ônibus (três de ida e três de volta). As estradas que ligavam Itabira a municípios vizinhos sofreram reparos e outras foram abertas em fins dos anos de 1950.

A paisagem local refletia a inegável mudança de Itabira. Estando a mina situada muito próxima da cidade, os equipamentos industriais ficavam visíveis para qualquer observador. Havia partículas de poeira ferruginosa suspensas no ar, atadas às paredes e às árvores. Várias residências foram destruídas pelas enxurradas produzidas pelo minério (GONÇALVES, 1961). Por isso, em 1959, a prefeitura de Itabira reportou uma reclamação à diretoria da CVRD quanto aos estragos causados pelos finos do minério nas propriedades públicas e privadas. Não obteve, contudo, ações efetivas por parte da empresa no sentido de solucionar o problema.

O espaço natural em volta já não era o mesmo. Com a exploração na Serra da Conceição pela CVRD, o minério começou a sujar rios como o “Rio do Peixe”. O Pico do

Cauê, forte símbolo da identidade Itabirana, citado em versos drumondianos, no hino da cidade, começava a ser descaracterizado pela extração do minério. Boa parte dos depoentes manifestou pesar pela perda do Pico do Cauê. Outros, ainda que saudosos, acreditavam na importância de sua exploração: “Era uma beleza o Cauê de longe! [...] mas é a vida... vai crescendo... Qualquer coisa crescendo é importante, não é? Crescendo bem, vai bem.” (Antigo morador, 90 anos).⁴⁸

Conjeturaram alguns que seu minério duraria quinhentos anos:

É curiosa essa Vila da Utopia, posta na vertente da montanha venerável e adormecida na fascinação do seu bilião (*sic*) e quinhentos milhões de toneladas de minério com um teor médio superior a 65 % de ferro, que darão para “abastecer quinhentos mundos durante quinhentos séculos”, como garantia o visconde do Serro Frio. [...] Temos riqueza para dar ao mundo inteiro e ainda sobraria para quatrocentos e noventa e nove mundos possíveis. (ANDRADE, 1933, p.06).

De forma rápida, porém, desagregava-se o que anteriormente prometia durar uma eternidade e, então, estabeleceu-se uma distância entre o itabirano e seu lugar:

Chego à sacada e vejo a minha serra,/ a serra de meu pai e meu avô,/de todos os Andrades que passaram / e passarão, a serra que não passa. / Era coisa dos índios e a tomamos /para enfeitar e presidir a vida / neste vale soturno onde a riqueza / maior é a sua vista a contemplá-la. / De longe nos revela o perfil grave. /A cada volta de caminho aponta / uma forma de ser, em ferro, eterna, /e sopra eternidade na fluência. /Esta manhã acordo e não a encontro./ Britada em bilhões de lascas / deslizando em correia transportadora / entupindo 150 vagões / no trem-monstro de 5 locomotivas /- trem maior do mundo, tomem nota - / foge minha serra, vai / deixando no meu corpo a paisagem / mísero pó de ferro, e este não passa. (ANDRADE, 1973b, p42).

Na década de 1950, Drummond, em visita a Itabira, discorreu acerca dos lugares de sua infância afirmando ter recuperado as mesmas sensações já vividas, porém agora marcadas pelas modificações urbanas:

Mas posso assinalar que aquela doce encosta de vale, que é a Penha, não mudou muito, embora tudo em torno mudasse. A estrada para o Pico do Cauê, por onde desfilam caminhões, abriu um sulco vermelho entre as folhas. A água que escorria trêfega e ia formar um delicioso banheiro de meninos está agora cativa de um rego de cimento; mas sua frescura, afirmo-o convicto, e meu irmão José, igualmente nostálgico e forasteiro, o afirma também, é a mesma de 1924, de 1914, pois que, sorvida sobre a relva, operou em nós aquele brusco sortilégio da memória sensual, que um romancista descobriu rio fundo de uma xícara de chá e de um bolo de Madalena. (ANDRADE, 1967, p.637).

E, ao avaliar as mudanças que ocorriam no município, um antigo habitante declarou:

Eu tava até fazendo uma palestra sobre um determinado assunto e me perguntaram se eu queria a Itabira como ela era. Queria sim! Como Drummond não queria? Você não quer ver sua terra do mesmo jeito que você viu na sua infância? Mas só por sentimentalismo. Mas não tem nenhum preconceito porque o minério foi explorado, foi transformado em riqueza. Muita gente ganhou dinheiro, muita gente teve condições de sobrevivência. Eu acho que esses preconceitos é que a gente não pode ter. (Ex-professor, 78 anos).⁴⁹

⁴⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/08.

A citação do jornal “O Diário” ilustra bem o papel da CVRD na transformação do espaço de Itabira:

A Vale do Rio Doce é a mais importante organização industrial de Itabira. Desde sua instalação no próspero município, vem cooperando decisivamente para o progresso da cidade. A companhia instalou ali três vilas: uma destinada aos engenheiros e funcionários categorizados, outra para os operários classificados e uma terceira para os operários em geral. Elas se localizam em Pará, Campestre e Sant`Ana respectivamente. Possui a companhia, para seus empregados, um moderno hospital, um ambulatório e o “Lactario D. Coraci Pinheiro”. A Vale do Rio Doce incentiva, entre seus empregados, a prática de esportes, apoiando suas iniciativas. O “Valeriodoce Esporte Clube”, valoroso grêmio esportivo de Itabira, reúne em seus quadros o pessoal da empresa. Além disso, coopera com a prefeitura no abastecimento d`água com a captação do precioso líquido nos Borrachudos. (A COMPANHIA..., 1948, p.06).

Atualmente, graças a Cia. Vale do Rio Doce [...] Itabira torna um surto de progresso; com seus numerosos prédios modernos [...]. Conta com dois magníficos estabelecimentos de ensino [...]. Dispõe de excelentes meios de comunicação entre os quais um bom campo de aviação com três aviões: o Cauê, o Conceição e o Raul Soares. Temos uma ótima estrada de automóveis que liga Itabira a Belo Horizonte e a estrada de Ferro Vitória/Minas tem muitas estradas para os distritos da comarca [...] Itabira continuará sua marcha gloriosa para o progresso de decoro de Minas e do Brasil. (MAGALHÃES, 1948, p.05).

As reportagens acima trazem bem a dimensão da imagem que a cidade começava a emitir: o município é tido como próspero – e não mais de economia decadente como em anos anteriores – e em movimento de progresso notadamente por intermédio da CVRD. Na segunda reportagem, o vigário José Lopes Magalhães pôs em relevo as benfeitorias que a cidade obteve por meio da CVRD com destaque para as vias de comunicação ali estabelecidas com outras localidades. A essas mudanças, o vigário denominou “marcha gloriosa” do qual não apenas Itabira é beneficiária, mas Minas e o Brasil.

Uma imagem que expressa de forma evidente as transformações sofridas pelo espaço itabirano foi representada pelo desenho de um jovem estudante Itabirano em 1948 conforme a ilustração a seguir.

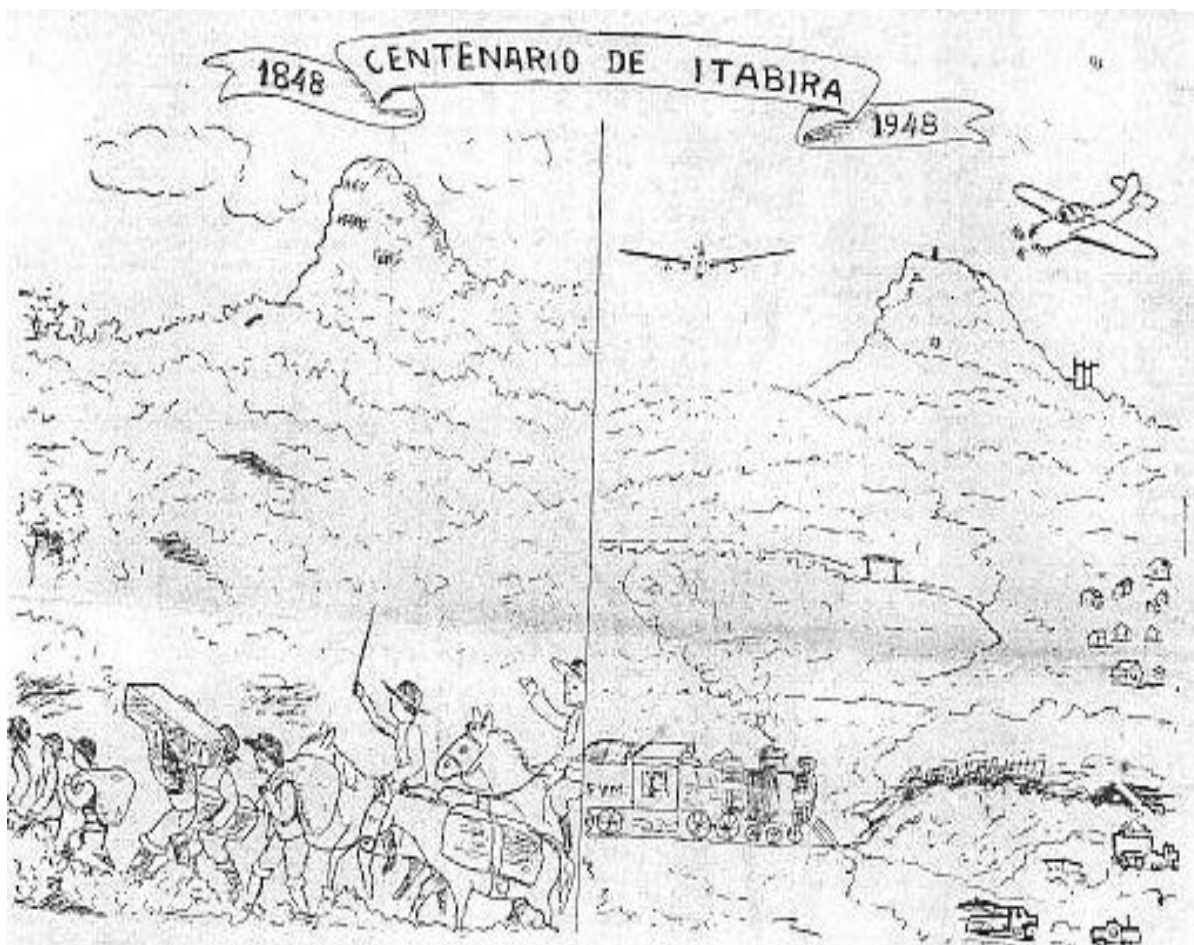


Figura 16: desenho de Gentil Assis Ferreira, aluno da 4.a. série do Grupo Escolar Cel. José Batista. Itabira, 1948.

Fonte: CENTENÁRIO de elevação de Itabira à cidade, 1948.

Na imagem à esquerda pode-se verificar a cidade de Itabira em 1848 com seus escravos, fazendeiros e espaço natural pouco descaracterizado. No alto, o pico do Cauê ainda conservava seu cume. Cem anos mais tarde, através da imagem reproduzida por esse estudante, pode-se perceber como a cidade sofrera grandes mudanças. À direita pode-se verificar que em áreas antes cobertas por florestas, surgiram residências. O pico do Cauê aparece sem seu cume. E, onde antes predominavam as pessoas – parte inferior do primeiro quadro – passou a haver o predomínio das máquinas: trens, aviões, carros e caminhões – parte inferior do segundo quadro –, o que evidencia a presença da racionalidade e do artificialismo característicos da paisagem moderna.

Enquanto os lugares da antiga Itabira desapareciam ou eram modificados pela ação da CVRD, a identidade local também sofria transformações. A tradição itabirana sofreu progressivas alterações ao assumir características externas à sua identidade. Muitos lugares outrora símbolos da cidade ou de convívio social desapareceram para dar lugar a novos

espaços. Não mais o modo de vida interiorano, mas um novo modo de vida urbano condizente com a “identidade nacional moderna” começou a despontar.

Se as “coisas já nascem prenhes de simbolismo, de representatividade”, como declarou Milton Santos (SANTOS, 1997, p.91), os novos espaços de Itabira, os espaços modificados ou ampliados, trazem em seu bojo um simbolismo associado ao progresso e, invariavelmente ligados à idéia de nação, uma vez que sua construção provém da necessidade da empresa estatal em gerar divisas para o País e levar o Brasil a ser uma nação moderna.

4.4 Uma nova sociabilidade e uma nova cultura: transformam-se as identidades

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (...) Ser moderno é fazer parte do universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”.

Marshall Berman

Segundo o trecho acima, a modernidade de pronto, remete seu significado a processos sociais de mudança imersos em uma dinâmica de transformação do tempo, da produção do novo e que, paralelamente, tempo ameaça de destruição valores construídos ao longo do tempo.

No limiar da década de 1940, Itabira iniciava um período de transformações, inspiradas pelos ideais de modernidade; modernidade esta personificada no município pela Companhia Vale do Rio Doce, cuja instalação fez com que a cidade se remodelasse, política, econômica e espacialmente, para abrigar sonhos de modernidade entendidos como de toda a nação. Foi nesse contexto que a vivência local, até então marcada por uma identidade tradicional, aos poucos foi sendo substituída pelos preceitos da “identidade nacional moderna”.

A partir da instalação da CVRD, a modernidade colocou-se como perspectiva de criação de novas sociabilidades e engendrou os novos elementos de tensão no tecido social e urbano da cidade. A chegada da empresa colocou em questão valores culturais tradicionais. Enquanto a população carente buscava abertamente emprego na Companhia, muitas famílias tradicionais não aceitavam que os filhos trabalhassem na empresa, tanto por considerarem ser algo humilhante, quanto por serem contrários à extração do minério de ferro:

Existia uma separação do pessoal mais tradicional daqui em relação à Vale. Até 1960, nenhum filho de família tradicional da cidade trabalhava na empresa. Era tido como humilhação. Esse filho, de pai fazendeiro, ficava velho sem ter o que fazer,

mas na Vale não trabalhava. Quando um ia, a aversão era tanta que torciam o nariz para ele. As tais famílias faliram. (BRITTO *apud* MAYRINK, 2002).

Ele [o pai] arranhou emprego pra mim lá na Acesita, aqui em Itabira, não. Não podia trabalhar na Vale. [...] Preconceito porque a Vale tava tirando todo o minério [...]. Depois, coitado, ele deve ter mexido no túmulo quando eu comecei a trabalhar pra Vale. (Ex-professor, 78 anos).⁵⁰

Contudo, o próprio depoente, quando iniciou sua na carreira de professor no início da década de 1960, transmitia aos alunos uma outra visão acerca da exploração do minério:

Eu ensinava pros alunos na escola que o minério tinha que ser explorado, sim. Determinadas áreas são aquinhoadas com riquezas. Vão deixar essas riquezas morrerem e o povo morrer de fome? Num dá né? Então eu acho que o minério tinha que ser explorado. Só que muitos itabiranos ficaram à margem, ou por preconceito ou por não querer. (Ex-professor, 78 anos).⁵¹

Tal fato demonstra a dimensão das contradições surgidas acerca da principal riqueza e símbolo mais importante da identidade itabirana, ou seja, o minério de ferro.

Centrando-nos, ainda, nas questões concernentes ao trabalho na empresa é importante ressaltar que a abertura de postos de trabalho também se estendeu às mulheres, ainda que em menor escala. A questão que se colocava era que se tratava de um ambiente predominantemente masculino e secular se comparado às indústrias de tecidos – que também empregavam mulheres – onde o ambiente era familiar, havendo inclusive, como visto anteriormente, uma profissional especializada na disciplina das moças. Com a presença da CVRD, a questão do trabalho feminino ganhou outros contornos. Isso porque no plano nacional as transformações modernizantes, iniciadas a partir da década de 1930, e em especial na década de 1950, possibilitaram o início da configuração de uma nova feição da condição feminina. As mulheres tiveram seu papel social gradativamente redefinido à luz das mudanças ocorridas na família e nas condições sociais e econômicas do País e do mundo. Conquistaram direitos políticos, asseguraram o acesso à educação e passaram a integrar, pouco a pouco, o espaço público do trabalho. O estabelecimento do novo padrão de atividade feminina permitiu, progressivamente, a passagem da mulher das camadas médias do *status* anterior de esposa e de mãe para o *status* de trabalhadora. No momento em que a industrialização “[...] absorveu várias das atividades outrora exercidas na unidade doméstica [...] desvalorizou os serviços relacionados ao lar.” (RAGO, 1997, p.591). Principalmente na década de 1950, cresceu significativamente o número de mulheres no mercado de trabalho (BESSANEZI, 1997).

⁵⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 0801/2008.

⁵¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

Todas essas mudanças transformaram também a visão de algumas moças de famílias tradicionais da sociedade itabirana que, cativadas pelos ideais de modernidade, objetivavam um emprego em uma área predominantemente masculina: a mineradora. Muitas mães, porém, não concordavam:

As moças também passaram a trabalhar na Vale, mas as mães não gostavam muito, não. Achavam que num dava pra moça trabalhar no escritório de uma empresa, né? Elas queriam que as filhas fossem professoras! (Escritora, 80 anos).⁵²

A Vale passou a contratar mulher também, né! Eu tinha quatro irmãs. Tinham terminado o curso de formação e tal e meu pai sistematicamente não deixava que elas fossem trabalhar na Vale. (Ex-professor, 78 anos).⁵³

É importante destacar que o início das transformações no mundo do trabalho feminino não chegou a ser amplo, nem eliminou por completo a resistência ao desempenho de determinadas atividades pelas mulheres (RAGO, 1997).

Com o aumento no número de habitantes, os processos de interação social na cidade também sofreram alterações. Segundo Wirth (1987), quanto maior o número de habitantes que participam de um processo de interação, maior é a diferenciação potencial entre eles. Portanto, pode-se supor que as ocupações, a vida cultural e as idéias dos membros de uma comunidade que experimentou rápido crescimento como Itabira, varia entre pólos mais amplamente separados do que costumava variar quando a cidade era menor. O autor explica ainda que os laços de parentesco, vizinhança e os sentimentos que surgem da vida em comum, por gerações, sob uma tradição comum, podem estar ausentes ou se enfraquecem em um agregado em que os membros têm origens e culturas diversas. No caso específico de Itabira, o aumento no número de habitantes limitou naturalmente a possibilidade de conhecimento mútuo e pessoal de cada membro da comunidade, o que imprimiu uma mudança no caráter das relações sociais. Mas tal fato não chegou a significar que, diante da nova feição da cidade, os habitantes passassem a ter menor conhecimento mútuo. Todavia aconteceu um processo de superficialização das relações pessoais conforme a assertiva de With (WIRTH, 1987).

A cidade estava se transformando rapidamente. Como afirma Giddens (2002), a modernidade altera de forma radical a essência e a natureza da vida cotidiana, e nesse sentido, no cotidiano local, sons como o das bandas de música, das crianças gritando e dos sinos das igrejas passaram a disputar espaço com o barulho constante das dinamitagens do minério de ferro, de caminhões da Companhia, automóveis e, até mesmo, ocasionalmente, de aviões. No início, o aparecimento de aviões que levavam para Itabira altos funcionários da Companhia –

⁵² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/2007.

⁵³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

como o superintendente Israel Pinheiro – era um acontecimento interessante conforme, explicou uma antiga moradora:

Mas quando a Vale chegou pra qui era tudo parado. A cidade muito quieta, sabe!? As pessoas na porta de casa sem ter o que fazer [...] Agora quando ela chegou foi uma coisa maravilhosa. Aí começaram a aparecer os aviões: homens, mulheres, crianças quando ouviam o barulho do bimotor, todo mundo corria pra rua, pra janela, qualquer coisa. E as crianças agarravam nas penas do pai, nas saias das mães, sabe? Com medo do avião, eles nunca tinham visto avião. E eles gritavam: Olha! O Israel Pinheiro tá chegando! [...] E aqui tinha um senhor chamado Genaro Mafra. Ele tinha ônibus daqui pra Belo Horizonte e tudo mais. Aí, quando o avião passava lá na fazenda, os pais gritavam: “Olha os filhos do Genaro Mafra! Tá tudo doído! Eles pôs os carro no ar!” (Escritora, 80 anos).⁵⁴

Para assistir à chegada dos aviões, algumas crianças faziam certo esforço: “Não sei se foi impacto ou curiosidade. Eu mesmo quando menino me lembro que andava a pé daqui no Campestre pra ver o avião chegando.” (Ex-professor, 78 anos).⁵⁵

Enquanto as crianças se divertiam com a chegada dos aviões, vários jovens e pessoas mais velhas divertiam-se nas horas dançantes organizadas pelo Valeriodoce Esporte Clube. Fundado em 1942 por funcionários da CVRD, tinha todas as suas atividades subsidiadas pela empresa, sendo seus dirigentes, inclusive, parte do corpo administrativo da companhia.

O nome do time vem da junção de algumas das palavras do nome da estatal: VALE (do) RIO DOCE. Apesar de alcançar poucos títulos, o Valeriodoce entrou para a história por derrotar o clássico time do Botafogo, de Garrincha e Didi, em 1957, em plena vigência dos anos dourados no período juscelinista. Muito embora tivesse um hino oficial, a letra que ficou conhecida pelos torcedores é esta a seguir: “Valeriodoce Esporte Clube / Ó Dragão / Teu rumo é a glória / E a tua história é o penhor de um coração / Forjado no aço / Num sonho bom dos Albernaz / Coração da terra de Drummond / És a raça no esporte / Das Minas Gerais” [...] (ATLAS, 2006, p.141). Embora o time fosse integrado por funcionários que não nasceram em Itabira, o hino evoca as tradições locais e foi buscar no início do povoado, junto aos irmãos Albernaz, o sentimento para unir itabiranos e não itabiranos. Muito embora vários itabiranos se negassem a torcer pelo time da Companhia, vários outros se deixaram seduzir pelo clube, freqüentando, inclusive, os bailes por ele promovidos.

Diante das mudanças que ocorriam no município, seus habitantes mais jovens queriam modernizar também o espaço de suas residências. O antigo mobiliário de família que havia resistido a gerações foi progressivamente substituído por móveis mais modernos. Tratou-se de um reflexo do que vinha acontecendo em todo o País:

⁵⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/2007.

⁵⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

[...] com a emergência da arquitetura moderna, com a ressonância e o assentamento das principais idéias e polemicas levantadas pelo Modernismo no âmbito da literatura e das artes plásticas, do decênio anterior, enfim, com o desejo de modernização geral do país, configurou-se um conjunto de fatores que desempenhou importante papel no processo de modernização da mobília brasileira. (SILVA, 1995, p.21).

De acordo com Sanches, entre fins da década de 1940 e início da década de 1950, o País manifestava seu interesse pela produção de um mobiliário segundo os preceitos do movimento moderno internacional. Ansioso por registrar sua identidade de nação moderna, explica a autora, a produção de arte moderna no Brasil procurou, com freqüência, a simplificação das formas e a produção em série em larga escala e, logo, tornar acessível o móvel de “bom” desenho ao maior número de pessoas (SANCHEZ, 2003). A partir daí, as linhas simples e sem ornamentos passaram a nortear a concepção da mobília (SANTOS, 1995).

Em Itabira, uma antiga moradora contou sobre seu entusiasmo, quando jovem, para modernizar os espaços de sua residência:

Aquela vontade de casa moderna, a gente não valorizava os móveis antigos. Minha casa, por exemplo, tinha móveis antigos. Aquilo a gente achava ótimo substituir por móveis modernos e tirava aqueles móveis antigos. [...]. Minha casa era toda de papel de parede. Eu achava aquilo horrível porque as outras casas eram pintadas. (Ex-professora, 78 anos).⁵⁶

No que tange à religião, muito embora a tradição católica tenha permanecido firme na cidade, verificou-se que algumas outras religiões foram introduzidas lentamente no cenário local: “Aí foi crescendo o número de forasteiros com novas religiões [...] e aí foi aquela efervescência de religiões e tudo, sabe!” (Ex-professora, 88 anos).⁵⁷

Na fotografia, a seguir, o primeiro templo protestante em Itabira – templo da Igreja Metodista –, construído na década de 1950. Dentre seus fundadores, estava o Sr. Ismar Pires.

⁵⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte: 09/01/2008.

⁵⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 11/06/2007.



**Figura 17: Primeiro templo protestante em Itabira, construído na década de 1950. Itabira, [s.d.]
Fonte: Arquivo Igreja Metodista de Itabira.**

Tratava-se, pois, de uma sociedade em transformação. Novos atores sociais surgiam na cena da cidade: eram os dirigentes, engenheiros e chefes da CVRD que procuravam manter uma relação distante, impessoal com outros moradores da cidade, colocando-se como superiores a estes e aos demais empregados da mineradora. Os altos funcionários e suas famílias eram tratados com distinção pelos outros moradores da cidade, principalmente pelos comerciantes. Estes últimos faziam diferenciação entre empregados da Vale e os demais habitantes, pois os salários pagos pela Companhia, ao final do mês, representavam vendas garantidas.

As moças da cidade que, até então, almejavam se casar com os fazendeiros ricos também passaram a valorizar os novos habitantes, altos funcionários da mineradora:

Quando a Vale chegou a gente fez aquela farra, sabe? Achando... é... muita gente vai casar agora, porque vem muito moço pra cá e vai ser um sucesso a Vale vir. E como foi. Engenheiro [da CVRD] era o partido principal. Todo mundo queria se casar com o engenheiro! (Ex-professora, 88 anos).⁵⁸

Nos primeiros carnavais da Vale do Rio Doce, começou a chegar uma leva muito grande de engenheiros, e em Itabira tinha muitas moças casadoiras. Então eu me fantasiei de engenheiro e pus uma placa nas costas [dizendo]: “engenheiro da praça à disposição”. Então por aí você vê como o pessoal os recebeu bem. (Ex-professor, 78 anos).⁵⁹

⁵⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 11/06/2007.

⁵⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

Por outro lado, outros novos atores, os operários da CVRD, tiveram sua presença mergulhada em controvérsia na cidade. Tratou-se de uma relação simultânea de aceitação e repulsa:

Eles eram aceitos na comunidade sem problema. Havia, assim, uma discriminação, “peão da Vale, pé de pombo”. Porque lá na Vale o minério tem uma cor avermelhada, igual a pé de pombo, né! Mas não era tanta discriminação, não, inclusive porque a partir de um determinado momento eles passaram a gozar de um bom *status* por causa da ascensão econômica que eles tiveram. A Vale pagava bons salários. (Ex-professor, 78 anos).⁶⁰

Alguns depoentes, contudo, achavam que esse era “[...] um povo assim... sem instrução, sem educação. O pessoal que trabalhava na mineração era um pessoal grosseiro, né!” (Antigo morador, 90 anos).⁶¹ A partir de sua chegada, declarou outra antiga moradora,

Foi praticamente o fim da cultura itabirana. Tudo destruído, sepultado, o verdadeiro desligamento do passado de glórias, do passado culto. [...] O ponto forte foi a chegada dos candangos⁶², que fizeram um corte, trouxeram ‘raças estranhas’. Em consequência, Itabira foi perdendo os seus pianos, os pianistas, escritores e perdeu a própria alma. (DE CAUX, 1996, p.07 e 08).

A forte afirmação acima, que atribui a perda da cultura local à chegada da CVRD e de seus trabalhadores, evidencia a rejeição de alguns moradores a esses novos habitantes. Tratava-se de um tipo de defesa contra aqueles que se apresentaram como ameaça ao modo de vida e à posição social, ou seja, à identidade tradicional.

Por outro lado, nessa dinâmica marcada pela contradição, muitos operários e suas famílias foram bem aceitos e, em Itabira, constituíram família e lá se fixaram:

Eu nasci em Itabira, exatamente em função da Vale do Rio Doce. Em 1942 quando ela foi implantada, houve uma movimentação de pessoas sendo contratadas e meu pai foi um desses pioneiros, vamos dizer assim. Conheceu minha mãe em Itabira [...]. Eu nasci em um bairro construído pela Vale para os empregados, o Campestre. (VIANNA *apud* MAYRINK).

Estes passaram a sentir-se parte da comunidade local. Sabe-se que as identidades mudam em resposta às mudanças contextuais, e a forma como os membros de um grupo se autodefinem depende da comparação com outros grupos, ou seja, da alteridade. Viver em Itabira e ali constituir novos laços sociais significou para muitos desses novos habitantes a incorporação da identidade local, do amor a Itabira e à sua história. Interessante depoimento concedeu certo “itabirano de coração”, que seguiu para Itabira na década de 1940 para trabalhar na CVRD. Quando questionado acerca da relação entre Itabira e a Companhia, o depoente manifestou-se pesaroso quanto ao desprezo da empresa pela cidade. Ainda no início

⁶⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

⁶¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 08/01/2008.

⁶² Candango: nome dado pelos moradores de Itabira aos novos habitantes da cidade, trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce. Segundo o dicionário Houaiss o termo refere-se, dentre outros pontos, ao “indivíduo desprezível, abjeto; destituído de bom gosto.” (HOUAISS, 2001, p.594).

das atividades da Vale, a empresa prometia conceder vários benefícios à cidade e não cumpriu. O depoente assim se manifestou:

Porque nós temos o melhor minério do mundo. É nosso aqui. Eu acho que nós itabiranos somos muito covardes, porque a Vale... tudo que pode fazer pra tapear a gente aqui ela tapeia. (Ex-presidente do sindicato dos trabalhadores da CVRD, 81 anos).⁶³

Note-se que o depoente utiliza a expressão “nós, itabiranos”, evidenciando identificação com Itabira, tomando o minério de ferro como seu.

Fato interessante acerca da produção de uma identidade em comum pode ser ilustrado retomando aqui o trecho apresentado no capítulo anterior sobre a “guinlagem de comaco” – linguagem de macaco. Segundo alguns itabiranos, foram os próprios operários da CVRD que procuraram manter a tradição da língua. Como os operários não entendiam o inglês, nem se identificavam com outros brasileiros em cargos superiores na empresa, popularizaram-se entre eles as conversas na “guinlagem de comaco”. Quem tinha a “malandragem” do “camaco” conseguia se comunicar com seus pares sem que outros os entendessem. (MINAYO, 1986). Posteriormente, essa linguagem deixou de pertencer a um grupo restrito e foi, progressivamente, apropriada por outros moradores de Itabira, passando a ser uma característica do povo itabirano em geral.

Em função de todas as mudanças supracitadas, é possível afirmar que a própria mineradora foi incorporada para sempre à identidade itabirana. A pequena cidade passou a ser a cidade sede da maior mineradora do País (nos dias atuais, a quinta do mundo), adquirindo um novo perfil. Desde sua instalação na cidade, a empresa passou a fazer parte da “paisagem” urbana, tornando-se onipresente em todas as esferas do município: seja política, econômica, ou espacialmente. No plano geral da cidade, os novos bairros, escolas, o clube e o hospital; de modo específico, nas ruas, o ir e vir constante e freqüente de operários uniformizados, carros e caminhões da Companhia e, no ar, os aviões da empresa, os sons das dinamitagens do minério de ferro e, bem ao alto, a ausência do cume do Pico do Cauê não deixam passar despercebida a presença da grande empresa. E a cidade, em um curto espaço de tempo, passou a ser conhecida como a cidade do minério de ferro, constantemente lembrada em função da Companhia Vale do Rio Doce (GUIMARÃES, 1961; A COMPANHIA..., 1948; MAGALHÃES, 1948).

Assim, as transformações ocorridas trouxeram o crescente rompimento com a identidade tradicional, através da incorporação de valores até então estranhos e, ao mesmo

⁶³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Itabira: 12/06/2007.

tempo, a permanência de hábitos antigos. Na cidade, palco do conflito estabelecido entre dois estados de espírito, o tradicional e o moderno, o alijamento de muitas características socioculturais da cena principal e a manutenção de poucas sob as luzes dos refletores atenderam aos preceitos tradicionais que mantiveram na história apenas os detentores do poder; e o poder relaciona-se à “identidade nacional moderna”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impulso inicial que orientou as investigações e análises que deram corpo a esta pesquisa foi a reflexão acerca do processo de incorporação da “identidade nacional moderna” em Itabira, na conjuntura de implantação e consolidação da Companhia Vale do Rio Doce na cidade (1942 e 1961).

Em um primeiro momento, a pesquisa centrou-se nos aspectos conceituais referentes à formação da “identidade nacional moderna” brasileira. Assim, pode-se afirmar que tal identidade foi o somatório de uma série de discursos que pretendiam dar significado à nacionalidade, tanto por meio da valorização de suas tradições quanto pelo estabelecimento de um ideário de modernidade que estimulasse os sujeitos a se identificarem com o novo Brasil que se buscava construir. A modernidade brasileira seria alcançada por intermédio da indústria que geraria o desenvolvimento e o crescimento para o País. Foi nesse contexto que a nascente Companhia Vale do Rio Doce tornou-se um dos símbolos do Brasil moderno.

Em um segundo momento, a pesquisa trouxe à cena a pequena Itabira que, diferentemente de outras cidades mineradoras que nasceram e se consolidaram em função do processo de extração, tinha uma longa história anterior à exploração mineral. No período de instalação da companhia na cidade, o município contava com pouco mais de seis mil habitantes, poucos bairros, mas vários casarões coloniais e ruas calçadas com pedras de minério de ferro. As procissões, bandas de música, *footings*, festas religiosas, entre outras manifestações socioculturais marcavam a identidade tradicional dessa antiga Itabira.

Tendo essas premissas teóricas e históricas como pano de fundo, a pesquisa empreendida buscou mostrar como a presença da Companhia Vale do Rio Doce nos campos, político, econômico, espacial e sociocultural foi fator decisivo na incorporação de uma identidade moderna pelo município e seus habitantes, uma vez que foi a partir de sua instalação que a identidade tradicional de uma cidadezinha do interior de Minas Gerais entrou em processo de mutação.

Desde o primeiro dia de sua existência, a empresa quebrou tradições. No campo político, por exemplo, foi a partir de sua criação que a cidade tornou-se subordinada aos interesses do governo federal e estadual, tanto de forma direta, quanto pela ingerência da própria mineradora. Assim, rompeu-se a estrutura de poder vigente na cidade representada pelas elites e pelo poder municipal, bem como foram relegadas a segundo plano questões relativas aos interesses comunitários.

Ademais, no contexto nacional, onde se multiplicavam discursos políticos em defesa da indústria e da modernidade, Itabira emergiu como “cidade modelo”, “depositária das mais ricas tradições mineiras”, “intimamente relacionada à vida da nacionalidade”, responsável por levar o “bom nome da nação” e essencial para o progresso do Brasil. Tais discursos serviram para incutir no imaginário itabirano a idéia proeminente, segundo a qual a cidade, apoiada à sua identidade tradicional, à tradição mineira e, principalmente ao minério de ferro, deixaria para trás o passado de privações e seguiria rumo a algo novo, à incorporação de uma identidade nacional ligada ao novo país que se almejava, um país moderno.

No campo econômico, verificou-se, após a instalação da companhia, o início do processo de enfraquecimento da agricultura e de perda da importância das pequenas indústrias locais, uma vez que a produção de minério de ferro passou, progressivamente, a ocupar lugar de destaque na economia, mudando a posição da cidade que passou a constituir-se pólo atrativo de mão-de-obra, aumentando significativamente a população local. Soma-se a isso, o lugar de destaque que a cidade passou a ocupar na vida econômica do País, naquele momento, como importante contribuinte financeira, em função da exportação de seu minério de ferro.

No que tange ao espaço urbano, pode-se afirmar que, quando se modernizavam as cidades brasileiras refletindo as mudanças no campo econômico do País, Itabira viu seus espaços naturais e urbanos expandidos, transformados e ressignificados segundo as necessidades da grande empresa. Os espaços modificados ou ampliados emergiram como símbolos ligados ao progresso e intimamente relacionados à vida da nacionalidade, pois as mudanças provinham da urgência da mineradora em gerar lucros para o Brasil.

No campo sociocultural, a cidade passou a incorporar novos hábitos, novas vivências à sua cultura, o que ocasionou um crescente rompimento com a identidade tradicional. A própria mineradora foi, aos poucos, sendo incorporada à identidade itabirana. Desde então se tornou difícil pensar Itabira sem se pensar a Companhia Vale do Rio Doce.

Em função de todas as mudanças supracitadas foi possível verificar a hipótese de incorporação da “identidade nacional moderna” que norteou esta pesquisa, qual seja: a que Itabira percebeu-se nesse “contexto nacional dinâmico, caracterizado pela busca do “novo” e direcionado para um processo de formação, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista-industrial, orientando transformações sociais, políticas e culturais”.

Com o processo de desaparecimento do pico do Cauê, convertido em minério de ferro, Itabira transformou-se em um retrato não apenas na parede do poeta, mas de toda a cidade. Com ele, morreu a paisagem do interior e nasceu uma nova Itabira, despontando, de tal forma, uma nova identidade. Mas as identidades não são estáticas; algumas se criam, outras são

apagadas; constroem-se e reconstroem-se conforme as vivências dos homens; afinal, o sonho de um Brasil moderno estava apenas começando.

6 PESQUISA ORAL E DOCUMENTAL

6.1 Pesquisa Oral: entrevistas realizadas

Entrevista 1: ex-operário da CVRD e antigo morador (83 anos)

Data da entrevista: 11/06/07

Entrevista 2: ex-comerciante e antigo morador (90 anos)

Data da entrevista: 11/06/07

Entrevista 3: antiga moradora (88 anos)

Data da entrevista: 11/06/07

Entrevista 4: ex-professora e antiga moradora (88 anos)

Data da entrevista: 11/06/07

Entrevista 5: ex-presidente do sindicato da CVRD, ex-prefeito de Itabira, antigo morador. (81 anos)

Data da entrevista: 12/06/07

Entrevista 6: escritora e antiga moradora (80 anos)

Data da entrevista: 12/06/07

Entrevista 7: professora e antiga moradora (70 anos)

Data da primeira entrevista: 12/06/07

Data da segunda entrevista: 08/01/08

Entrevista 8: ex-vereador, antigo morador e médico aposentado CVRD (86 anos)

Data da primeira entrevista: 12/06/07

Data da segunda entrevista: 08/01/08

Entrevista 9: antigo morador (60 anos)

Data da entrevista: 08/01/08

Entrevista 10: antigo morador (68 anos)

Data da entrevista: 08/01/08

Entrevista 11: antigo morador e ex-funcionário da CVRD (90 anos)

Data da entrevista: 08/01/08

Entrevista 12: ex-professor, aposentado da CVRD e antigo morador (78 anos)

Data da entrevista: 08/01/08

Entrevista 13: ex-professora e antiga moradora (78 anos)

Data da entrevista: 09/01/08

6.2 Pesquisa Documental

6.2.1 Documentos

ACORDA Itabira: chegou a sua vez (panfleto), Goiânia, 1961.

BRASIL. Decreto-Lei 4.352, de 1º de junho de 1942. Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S. A. e Itabira de Mineração S. A. e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Capital Federal, 02 de jun. 1942a.

BRASIL. Decreto-Lei 839, de 13 de junho de 1942. Dá novas denominações às cidades de Itabira e Presidente Vargas. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial, Belo Horizonte, de 14 de jun. de 1942b.

BRASIL, Decreto-Lei 2.430, de 05 de março de 1947. Restabelece a denominação do antigo município, termo e comarca de Itabira. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial, Belo Horizonte, mar., 1947.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Sinopse Estatística do Município de Itabira. Belo Horizonte, 1948.

DISCURSO do Ministro Souza Costa. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 05 de jun., 1942.

DISCURSO do governador Benedito Valadares. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 05 de jun., 1942.

DISCURSO. Prefeito José de Grisolia, Itabira, 1948.

ESTATUTOS da Companhia Vale do Rio Doce S.A. **Diário Oficial**. Capital Federal, jun., 1942.

GRISOLIA, Daniel. **Manifesto do Prefeito**, Itabira: Prefeitura Municipal, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 1940, 1950, 1960. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**. Ed. IBGE. Rio, 1959.

ITABIRANOS (panfleto). Itabira, 1958.

MINAS GERAIS, Governo do Estado (1922-1924) Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1923.

6.2.2 Jornais

A COMPANHIA Vale do Rio Doce notável indústria do município de Itabira. **O Diário**. Belo Horizonte, 13 de out. 1948.

ALVIM, Antônio Camilo de Faria. O centenário de Itabira: como foi festejada a efeméride. In: **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 19 de out., 1933.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O centenário da Vila da Utopia. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 07 de out. 1933.

CENTENÁRIO de elevação de Itabira à cidade. **A Voz Infantil**. Itabira, 02 de out., 1948.

CENTENÁRIO de Itabira. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 10 de out., 1948a.

COMEMORA-SE hoje o centenário de Itabira. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 09 de out., 1948b.

COMO ITABIRA comemorou o centenário de sua emancipação. **O Diário**. Belo Horizonte, 13 de out., 1948.

ENTUSIASMADOS os municípios de Presidente Vargas e Nova Era com essas novas e honrosas comemorações. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 16 de jun. 1942.

HOMENAGEM de Minas ao presidente Getúlio Vargas. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 16 de jun., 1942.

MAGALHAES, José L. Itabira e sua marcha gloriosa. **O Diário**. Belo Horizonte, 10 de out., 1948.

O SR. Israel Pinheiro fala sobre a organização e as altas finalidades da Cia. Vale do Rio Doce. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 17 de jun. 1942.

PELA MUDANÇA de nome de Itabira para Presidente Vargas. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 18 de jun., 1942.

PELO RESTABELECIMENTO do nome da cidade de Itabira. **Minas Gerais**: Imprensa oficial, Belo Horizonte, 11 de mar., 1947.

PELA ORGANIZAÇÃO da Companhia Vale do Rio Doce. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 11 de jun., 1942.

TORRES, J. C. DE Oliveira. Discurso sobre Itabira. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 17 out. 1948. Centenário de Itabira

6.2.3 Revistas

ANDRADE, Altivo Drummond de Andrade. As eleições de 1958 num município: Itabira, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, 1958.

COMPANHIA Vale do Rio Doce em 60 anos. **De Fato**, Itabira, p.15 a 23, jun.2002.

DA UTOPIA à realidade. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.34, p.16 a 21, out.1995.

DE CAUX, Emília. Uma enciclopédia da história. **De Fato**, Itabira, p.06a 08 (entrevista), out.1996.

DÚVIDAS, firmeza medo e coragem. **De Fato**, Itabira n.70, p.19 a24, out., 1998.

MARTINS, José Roberto. Ser Itabirano. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.34, p.56, out.1995.

O ETERNO santeiro. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.0010, p.21, out.1993.

POR uma canção cheia de história. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.0009, p.15^a 18, set, 1993.

QUESTÕES históricas. **De Fato**, Itabira, n.130, p.41 a 43, out.2003.

REMEXENDO a história. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.0010, p.17, out.1993.

SANA, José. Rumos. **De Fato**, Itabira, p.54, n.94, out. 2000.

SANA, José. Itabira, 300 anos? **De Fato**, Itabira, n.142, p.12 e 13, out.2004.

SANA José. Itabira 300: hora de recuperara história. **De Fato**, Itabira, p.12 a 16, n.154, out., 2005.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A COMPANHIA Vale do Rio Doce notável indústria do município de Itabira. **O Diário**. Belo Horizonte, 13 de out. 1948.

ACORDA Itabira: chegou a sua vez. (panfleto), Goiânia, 1961.

ALBERTI, Varena. O século do moderno: modos de vida e consumo na República. In: GOMES, Ângela Maria de Castro et al.(coord.) **A República no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: CPDOC, 2002. 559p.

ALVIM, Antônio Camilo de Faria. O centenário de Itabira: como foi festejada a efeméride. In: **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 19 de out., 1933.

ALVIM, Clovis de Faria. Vila de Utopia: Crônica de Uma Cidade. In: **Escritos Bissextos** Belo Horizonte: Vega, 1980. 175p.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. 191p.

ANDRADE, Altivo Drummond de Andrade. As eleições de 1958 num município: Itabira, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, 1958.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O centenário da Vila da Utopia. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 07 de out. 1933.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Obra completa** Rio de Janeiro: Aguilar, 1967,1068p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Boitempo & a Falta que Ama**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1973a. 189p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Menino antigo** : (Boitempo-II). Rio de Janeiro: J. Olympio: INL, 1973b. 176p.

ANDRADE, Luciana Teixeira. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas, C/Arte, 2004. 207p.

ANGELICCI, Enzo. **Todos os aviões do mundo**: dos primórdios da aviação até os dias atuais. São Paulo: Melhoramentos, 1974, 286 p.

AO POVO e ao eleitorado de Itabira. (panfleto). Itabira, 1947.

ATLAS de Itabira. Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira, 2006.

AZEVEDO, Thales. **As regras do namoro à antiga**: aproximações socioculturais. São Paulo: Ática, 1986. 146p.

BANDEIRA, Newton. Lendas e maldições. **De Fato**, Itabira, p.12, n.0010, out., 1993.

BASTOS, Elaine Viza. **Itabira e a Companhia Vale do Rio Doce: interseções**. Projeto de pesquisa. 2005. 65f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de História, Belo Horizonte.

BATISTA, Eliezer. Entrevista. **Brasil Mineral**, nº24, p.35-36, nov. 1985.

BECATTINI, Vlória Ildfonso. **Origens e influencias da responsabilidade social corporativa em siderúrgicas mineiras**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade FUMEC, Belo Horizonte.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 294p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: FAU, 1976. 813p.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.

BESSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: In: DEL PRIORI, Mery (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. 678p.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. 342p.

BRASIL. Decreto-lei 4.352, de 01 de junho de 1942. Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S. A. e Itabira de Mineração S. A. e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Capital Federal, 02 de jun. 1942a.

BRASIL. Decreto-lei 839, de 13 de junho de 1942. Dá novas denominações às cidades de Itabira e Presidente Vargas. **Minas Gerais: Imprensa Oficial**, Belo Horizonte, de 14 de jun. de 1942b.

BRASIL, Decreto-lei 2.430, de 05 de março de 1947. Restabelece a denominação do antigo município, termo e comarca de Itabira. **Minas Gerais: Imprensa Oficial**, Belo Horizonte, mar., 1947.

BRAZ, Maria das Graças Souza. **Itabira: uma visão sistêmica do trabalho no campo: 1900 - 1950**. 2000. Monografia (conclusão de curso) – Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, Departamento de História, Itabira.

CALDEIRA, J. **Mauá: o empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. 557p.

CAMPOS NETO, Candido Malta. **Os rumos da cidade**. Urbanização e Modernização em São Paulo. São Paulo: SENAC, 2002, 660p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998. 311p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 376p.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento** – Brasil: JK e JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 371p.

CARDOSO DE MELLO, João M.; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História da Vida Privada no Brasil no Brasil** - vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 820p.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005. 95p.

CAVALCANTI, Lauro (org). **Modernistas na repartição**. Editora UFRJ/Poço Imperial – Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 1993. 224p.

CENTENÁRIO de elevação de Itabira à cidade. **A Voz Infantil**. Itabira, 02 de out., 1948a.

CENTENÁRIO de Itabira. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 10 de out., 1948b.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. 248p.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 248p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. 453p.

COMEMORA-SE hoje o centenário de Itabira. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 09 de out., 1948.

COMO ITABIRA comemorou o centenário de sua emancipação. **O Diário**. Belo Horizonte, 13 de out., 1948.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **A Mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro, 1992. 639p.

COMPANHIA Vale do Rio Doce em 60 anos. **De Fato**, Itabira, p.15 a 23, jun.2002.

CONGRESSO das Municipalidades do nordeste mineiro. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, 29 de set., 1927.

DA UTOPIA à realidade. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.34, p.16 a 21, out.1995.

DE CAUX, Emília. Uma enciclopédia da história. **De Fato**, Itabira, p.06a 08 (entrevista), out.1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; LE VEN, M. M. . Marzagania: Fabrica, Vila Operaria e Movimento Sindical. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, UFMG-Belo Horizonte, v. 73, p. 155-172, 1991.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral** - memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a, 136p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. JK: uma modernização conservadora. In: **História Viva** (São Paulo) v.27, p.67 a 71, 2006b.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; LEVEN, M. M. Marzagânia: Fabrica, Vila Operaria e Movimento Sindical. **Revista brasileira de estudos políticos**, UFMG, v. 73, p. 155-172, 1991.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Sinopse Estatística do Município de Itabira. Belo Horizonte, 1948.

DINHEIRO, demais. **De Fato**, Itabira n.78, p. 11 a 13, jun., 1999.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1978.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes. In: FAUSTO, Boris (org.) **O Brasil republicano: sociedade e política** (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986. 604p.

DISCURSO do Ministro Souza Costa. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 05 de jun., 1942.

DISCURSO do governador Benedito Valadares. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 05 de jun., 1942.

DISCURSO. Prefeito José de Grisolia, Itabira, 1948.

DOMINGUES, José Mauricio. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 159p.

DÚVIDAS, firmeza medo e coragem. **De Fato**, Itabira n.70, p.19 a 24, out., 1998.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Itabira 1959. p.240-245.

ENGRACIA, Julio. Chorografia Mineira. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto, v.3, 1989.

ENTUSIASMADOS os municípios de Presidente Vargas e Nova era com essas novas e honrosas comemorações. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 16 de jun.1942.

ESTATUTOS da Companhia Vale do Rio Doce S.A. **Diário Oficial**. Capital Federal, jun.,1942.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FERREIRA, Diva. **Memórias**. Belo Horizonte: O lutador, 1999. 350p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 376p.

FRANÇA, Jussara. Itabira: Um Perfil de Sua História. In: **No Tempo do Mato Dentro**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988. 144p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983. 573p.

FRISBY, David. **Fragments of modernity: theories of modernity in the work of Simmel, Kracauer and Benjamin**. Cambridge, Mass: MIT, 1986. 319p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Itabira e a política de recursos minerais**. Ed. FJP, 1981. 238p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 177p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. 228p.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1997. 264p.

GIDDENS, Antony. **Conversas com Antony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 153p.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 233p.

GONÇALVES, José Hindemburgo. **Acorda Itabira: chegou a sua vez**. (Panfleto), 1961.

GOMES, Ângela Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Edirora FGV, 2005, 320p.

GRISOLIA, Daniel. **Manifesto do prefeito**. Itabira: Prefeitura Municipal, 1960.

GUIMARÃES, Alisson Pereira. **Itabira, a cidade e o minério**. 1961. 181f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUIMARÃES, Rosangela de Mendonça. **Cidades em ação: o olhar de Humberto Mauro sobre Congonhas do Campo e Belo Horizonte**. 2004. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 230p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e Pedras Preciosas. In: **História Geral da Civilização Brasileira**: administração economia e sociedade. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988. 158p.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 362p.

HOMENAGEM de Minas ao presidente Getulio Vargas. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 16 de jun.,1942.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922p.

IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963. 269p.

IANNI, Otavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 180p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 1940, 1950, 1960. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**. Ed. IBGE. Rio, 1959.

ITABIRANOS (panfleto). Itabira, 1958.

JAGUARIBE, Helio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: NAVARRO DE TOLEDO, Caio (org.). **Intelectuais e a política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 264p.

KUMAR, Krishan. Modernidade. In: **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 970p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 133p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. 29p.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986. 192p.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela Castro (org.) **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 271p.

LODI, Maria Inês. **Almanaque do Batistinha**. Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira; Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, 1999, 96p.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988, 623p.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização no Brasil-1808-1930**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1961. 224p.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Mundos do Capital e do Trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930)**. 143f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MAGALHÃES, José L. Itabira e sua marcha gloriosa. **O Diário**. Belo Horizonte, 10 de out., 1948.

MARINS, Paulo Cezar Garcez. Habitações e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil** – República da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 724p.

MARTINS, José Roberto. Ser Itabirano. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.34, p.56, out.1995.

MAYRINK, Geraldo. **Histórias da Vale**. São Paulo: Museu da pessoa, 2002. 301p.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed.: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MINAS GERAIS, governo do Estado (1922-1924) Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1923.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Os Homens de Ferro**, Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986. 244p.

MOORE, Wilbert. **O impacto da indústria: modernização de sociedades tradicionais**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968. 142p.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 432p.

MOTA, Myriam Becho. As irmandades leigas em Itabira. In: **De Fato**, Itabira, n.130, p.45, out. 2003.

MUNAKATA, Kazume. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 112p.

NUNES, José Horta. Manifestos modernistas: a identidade nacional nos discursos e na língua. In: ORLANDI (Coord.) **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993. 171p.

O ETERNO santeiro. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.0010, p.21, out.1993.

O SR. Israel Pinheiro fala sobre a organização e as altas finalidades da Cia. Vale do Rio Doce. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 17 de jun.1942.

OLIVEIRA, Cecília Maria Viana Camilo de Oliveira **Itabira: Desenvolvimento e Dependência** (uma abordagem histórica 1910-1958) Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, 1992. 72p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982a. 166p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Tradição e política: o pensamento de Almir Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982b. 166p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In: GOMES, Ângela Maria de Castro et al.(coord.) **A República no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: CPDOC, 2002. 559p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. 376p.

ORTIZ, Renato. Cultura, modernidade e identidades. In: **Cultura Vozes**, nº2, março-abril, 1993.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001. 222p.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 148p.

PARANHOS, Adalberto. Vozes dissonantes sob um regime de ordem-unida. Música e trabalho no Estado Novo. **Revista ArtCultura** – Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura. Universidade Federal de Uberlândia – v. 4, n. 4, p.89-97, 2002.

PARREIRAS, Elizabeth. Cidades da América Latina: modernas ou modernizadas? **Cadernos de História**. Jul.2001, vol.6, n.7 – Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

PELA MUDANÇA de nome de Itabira para Presidente Vargas. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 18 de jun., 1942.

PELA ORGANIZAÇÃO da Companhia Vale do Rio Doce. **Minas Gerais**: Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 11 de jun,1942.

PELO RESTABELECIMENTO do nome da cidade de Itabira. **Minas Gerais**: Imprensa oficial, Belo Horizonte, 11 de mar., 1947.

PIQUET, Rosélia. **Cidade- Empresa:** Presença na Paisagem Urbana Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 166p.

PLAMMER, Ken. Identidade. In: **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996. 970p.

POR UMA canção cheia de história. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.0009, p.15 a 18, set, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil:** ensaios de interpretação dialética da história brasileira. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1947. 203p.

QUESTÕES históricas. **De Fato**, Itabira, n.130, p.41 a 43, out.2003.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mery (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997. 680p.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-Patrão e luta operária:** o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 244p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1995. 211p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: MOTA, Carlos G. (org.) **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000) vol.1, SENAC, 2000.

REMEXENDO a história. **Itabira e Centro Leste em Revista**, Itabira, n.0010, p.17, out.1993.

SAINT HILAIRE, A. Itabira do Mato Dentro: jornada de Itabira a Vila do príncipe. In: **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** São Paulo Cia. Editora Nacional, 1938. 378p.

SANA, José. Rumos. **De Fato**, Itabira, p.54, n.94, out. 2000.

SANA, José. Itabira, 300 anos? **De Fato**, Itabira, n.142, p.12 e 13, out.2004.

SANA José. Itabira 300: hora de recuperara história. **De Fato**, Itabira, p.12 a 16, n.154, out., 2005.

SANCHES, Aline Coelho. O Studio de Arte Palma e a fábrica de móveis Pau Brasil: povo, clima, materiais nacionais e o desenho de mobiliário moderno no Brasil. In: **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo.** Programa de pós-graduação do departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC – USP, 2003.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Móvel moderno no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1995. 198p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1997. 60p.

SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998. 142p.

SILVA, Maria das Graças Souza e. **A terceira Itabira: Os Espaços Político, Econômico, Sócio-espaçial e a Questão Ambiental**. 2002. 224f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Marta Zorzal e. **A Companhia Vale do Rio Doce no contexto do Estado desenvolvimentista**. 2001. 362f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Nelson Mello e. **Modernidade: desacertos de um consenso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. 124p.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Autoritarismo, cultura e identidade nacional (1930-1945). In: **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.15, 2004.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral. In: **Sociedade e Cultura**, v.8, n.1, jan./jun., 2005.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. “Complexo de Zé Carioca – Sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem”. In: **Revista Brasileira De Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n. 29, ano 10, outubro, p. 49-65. 1995.

TAVARES, Carliana do Rosário Gomes. **Itabira frente a seu desenvolvimento**. Monografia (Graduação). Curso de Ciências Econômicas. UFMG, 1999.

TELL, Guilherme. **Presidente Vargas**. Belo Horizonte, 1943.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Discurso sobre Itabira. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 17 out.1948.

TURISMO em Itabira. Disponível em: < <http://www.turismoemItabira.com.br>> Acesso em: 25 jan. 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 376p.

VIVA Itabira. Disponível em: <[http:// www.vivaitabira.com.br](http://www.vivaitabira.com.br)> Acesso em 02 mar.2008.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Octavio (org). **O fenômeno urbano**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1987. 143p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)